

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 08 DE OUTUBRO DE 2008

NÚMERO 5.944

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1944
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Mesa - DL.....2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....2

Ofícios.....27

Projetos de Lei.....35

ATOS DA MESA**ATO DA MESA - DL****ATO DA MESA N. 070-DL, de 2008**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Renato Hinnig para ausentar-se

do País, no período de 1º a 16 de novembro do corrente ano, a fim de visitar o Porto e Zona de Livre Comércio em Dubai e à Feira de Canton, na China.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 8 de outubro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antonio Aguiar 4º Secretário

Deputado Valmir Comin 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, PARA DISCUTIR SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE SEIS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs) NOS MUNICÍPIOS DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E ÁGUAS MORNAS, REALIZADA NO DIA 23 DE JULHO DE 2008, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luís Mignoni) -
Senhoras e senhores, boa-noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública proposta pelo deputado Décio Góes para discutir a implantação de seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas.

O cerimonial convida para compor a mesa o senhor presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes; o senhor Flávio Rene Brea Victoria, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável; o senhor Elmar Antônio Thiesen, prefeito de Águas Mornas; a senhora Isolete Margarida dos Santos, vereadora de Santo Amaro da Imperatriz; o senhor Luiz Gonzaga dos Santos, secretário de Indústria, Turismo e Comércio de Santo Amaro da Imperatriz e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul; o senhor Antônio Munhoz, cônsul e presidente da Adiplan Incorporadora Ltda.; o senhor Luiz Antônio Garcia Correa, diretor

de Licenciamento Ambiental, representando a Fatma; o senhor Ricardo Arcari, representando a Socioambiental Consultores Associados Ltda.; a senhora Fabiana Schmitz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Santo Amaro da Imperatriz; e a senhora Geni Hack Cardozo, representando o Movimento Rio Cubatão Vivo. (*Palmas.*)

Comunicamos aos presentes que desejam fazer uso da palavra que podem fazer sua inscrição com os servidores de apoio desta audiência.

Com a palavra o presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, deputado Décio Góes, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Boa-noite a todos e a todas.

Gostaria de saudar os componentes da mesa e agradecer a presença de todos.

Quero dizer que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa tem procurado ser intermediária, facilitadora e esclarecedora das questões que se apresentam na sociedade.

A comunidade já tem conhecimento de uma experiência que a gente está tendo em relação ao Parque da Serra do Tabuleiro. A Assembléia está procurando construir uma proposta com a Fatma, o governo do Estado e a comunidade no sentido de achar alguma solução para essa questão, inclusive, amanhã e depois de amanhã, teremos oficinas sobre esse assunto com os delegados que foram nomeados.

Também dentro desse mesmo espírito, fomos procurados pelo setor ligado ao esporte, mais precisamente o *rafting*. Fomos procurados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul e por outras lideranças, o que motivou a Comissão de Turismo e Meio Ambiente a iniciar um diálogo no sentido de esclarecer, porque havia dúvidas, questionamentos sobre a falta informações sobre os projetos, como estão sendo desenvolvidos, enfim, e da possível ou não-compatibilidade com o esporte, se é viável ou não.

Então, a idéia foi criar uma audiência pública. Nós não temos o poder legal da deliberação frente à Aneel, frente aos órgãos ambientais; temos o poder da negociação, de facilitar o diálogo, e esse é o objetivo da reunião: que a gente possa esclarecer essa questão. Se for necessário outro espaço para continuar o diálogo, isso é viável; se for interessante estabelecer aqui um grupo de trabalho para fazer o diálogo e buscar alternativas para a solução das questões apresentadas, também é viável. Esta audiência tem esse caráter.

Só para me apresentar, eu sou Décio Góes, deputado estadual do sul do Estado, presido a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e estou aqui com a tarefa de ser o mediador do debate que se estabelece na região.

Nós temos uma questão que é complexa. De um lado, temos a necessidade da produção de energia para o País poder se desenvolver, e o desafio de produção de energia limpa. De outro lado, temos as questões ambientais, que precisam ser respeitadas, a sustentabilidade precisa ser mantida, temos um desafio com as culturas existentes. Existe um conjunto de fatores, um conjunto de interesses, todos legítimos, e a gente precisa encontrar os pontos de esclarecimento, de entendimento possível para que os interesses sejam contemplados o máximo possível. A audiência tem esse caráter, tem essa idéia.

Nós vamos passar a palavra mais rapidamente aos representantes das entidades, por uns três minutos; depois, vamos dar quinze minutos para a representação da empresa, para esclarecer o projeto em si, o que estamos discutindo e o que eles estão propondo; para a representação do movimento, também vamos dar quinze minutos, para fazer o contraponto da idéia que está sendo questionada; a partir daí, vamos abrir as inscrições para perguntas, depoimentos e, no final, vamos tirar algumas conclusões.

O prazo para a nossa audiência é de duas horas. Como estamos começando agora, às 7h30min, com um pequeno atraso, terminaremos, no máximo, às nove e meia, porque uma reunião de mais de duas horas fica muito cansativa - acho que todos concordam com isso.

Temos a idéia de conceder dois minutos para as intervenções, para dar tempo de responder. Depois, podemos tirar os encaminhamentos que acharmos mais interessantes.

Quero agradecer e anunciar a presença do senhor Luiz Carlos de Macedo, vereador do município de Santo Amaro da Imperatriz; do senhor Jean Carlos Zimmermann, vice-presidente da Associação dos Mineradores da Bacia do Cubatão; do senhor Walter Dresch, diretor financeiro da Fetaesc; do senhor Hélio João Machado, engenheiro e coordenador técnico dos projetos da Adiplan; do senhor Gert Schinke, presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Mentalidade Marítima (Inmar); do senhor Lúcio Dias da Silva Filho, presidente do Instituto Ilha Verde, representando a Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses (Feec); do senhor Orlando Gorgone, vereador do município de Santo Amaro da Imperatriz; da senhora Vanessa dos Santos, representando a Casan; e do senhor Oniro Augusto Mônaco, representando a Associação de Turismo Hidrotermal de Santa Catarina (Athisc).

Inicialmente, passo a palavra ao senhor Flávio Rene Brea Victoria, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, para suas considerações iniciais.

O SR. FLÁVIO RENE BREA VICTORIA - Muito obrigado, é um grande prazer.

Quero cumprimentar o deputado Décio Góes e os demais componentes da mesa.

O secretário gostaria de estar presente, mas não pôde, infelizmente, em função de outros compromissos, mas manda um abraço. Estou aqui representando a Secretaria no sentido de trazer a sua posição naquilo que estamos efetuando na condição de órgão gestor do Estado de Santa Catarina.

A Diretoria de Recursos Hídricos tem funções ligadas à avaliação da reserva de disponibilidade hídrica de empreendimentos. Desde a posse do secretário, quando assumimos a Diretoria, adotamos um forte componente técnico de implementação, de estruturação e de análise das diversas ações e tarefas da Diretoria de Recursos Hídricos e da SDS.

Na verdade, dentro da Secretaria, temos como política definida, tecnicamente, a análise e a preservação dos usos múltiplos de água nos diversos empreendimentos. O próprio nome da Secretaria foi modificado na última reforma administrativa - passou a ser chamada Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Na questão da definição da política de recursos hídricos, nós, da Diretoria, temos como uma de nossas funções a análise da reserva de disponibilidade hídrica dos múltiplos usos. Quando assumimos a Diretoria, imediatamente passamos à definição desses critérios da estruturação dessa diretoria e dos critérios para analisar os usos múltiplos de água em todas as bacias de Santa Catarina, iniciando com algumas, como a análise de outorga dos diversos usuários de água da bacia do Cubatão do Norte; na bacia do Itajaí também vamos passar a outorgar mais de oito mil usuários de água e, junto com elas, a análise das PCHs, porque, dentro do sistema de recursos hídricos estadual, são consideradas usuário de água, evidentemente que são um usuário que não extrai água do rio, é um uso não construtivo, mas são consideradas um usuário a mais de água, evidentemente, havendo impactos ambientais que podem levar a consequências locais - provavelmente a Fatma vai abordar isso depois.

Então, apesar de nós termos a PCH, uma fonte, como o deputado estava falando, a energia é uma questão estratégica, assim como a água, assim como a definição da concessão do potencial hidráulico, que é concedido pela Aneel - a concessão hídrica é dada pelo Estado.

O que temos feito em todos os empreendimentos é análise de outorga. Nós temos usado uma metodologia, procedimentos bastante rigorosos, considerando dentro da bacia todos os usuários de água.

No caso da análise das PCHs, analisamos se aquele uso pode ser enquadrado dentro daquela bacia com aquela disponibilidade de água que ela apresenta e fazemos uma projeção para usos futuros. Em função disso, a gente faz uma análise e concede, então, a reserva de disponibilidade hídrica.

No caso específico do Cubatão, ainda não chegou... As fases de fluxo do projeto, vamos dizer assim, são as seguintes: primeiro, a solicitação de reserva de potencial hidráulico, então tem os estudos da parte da questão elétrica, que envolve alguma coisa de estudo ambiental integrado, segundo a Aneel; a Fatma faz a análise ambiental e depois a Aneel envia para a SDS fazer a análise de reserva de disponibilidade hídrica. Nenhum desses projetos chegou ainda à Diretoria de Recursos Hídricos para análise.

No caso específico dessa bacia, nós temos, claramente, vamos dizer assim, um conflito justamente entre as atividades econômicas. Temos uma atividade que gera energia, que é um empreendimento, e será uma atividade como as outras que existem na bacia. É isso que nós temos considerado na análise nas diversas bacias. Nesse caso, especificamente, nós temos uma atividade ligada à natureza, atividade de *rafting*, atividades que vocês conhecem melhor do que eu. Então, nós entendemos que esse contexto todo deve ser equalizado justamente nessa análise da questão das atividades econômicas.

Quando recebemos esses projetos para análise, evidentemente que estão na Fatma para serem analisados, e quando a Fatma analisa serão abordados critérios, entendemos claramente que temos a necessidade de equalizar essas atividades. Por isso, quando o pessoal do *rafting*, das atividades de turismo estiveram em visita à Secretaria, conversamos justamente sobre essa questão, colocamos todos os nossos procedimentos técnicos e aquilo que a gente acha importante. Então, em dado momento, vai ter que se analisar o peso das atividades econômicas envolvidas e isso vai ter que ser usado como critério de decisão para então verificar se os megawatts gerados por um determinado empreendimento superam, em termos das necessidades locais, aquilo que é gerado com a economia local, bem como algum efeito que as atividades de PCHs vão ter sobre a economia local. Então, na verdade, vai ter que haver uma equalização.

Evidentemente que isso nos leva, e aí a gente tenta colocar isso sempre do lado técnico, porque existem alguns argumentos que não são argumentos verdadeiros nessa questão... Por exemplo, a água do rio Cubatão não vai sumir por causa de uma PCH. Pode haver prejuízos em atividades econômicas de *rafting*, (*ininteligível*) haver a passagem de barcos.

Então, acho que temos que colocar todas essas questões práticas de maneira clara na mesa, para termos isso tudo muito bem equacionado - solicitamos até para as entidades ligadas ao turismo e à natureza que fizessem uma espécie de estudo, um dossiê, vamos dizer assim, quantificando essas atividades todas e a importância que elas têm para a bacia.

Eu acho que com isso na mão, com as análises ambientais e impactos mais específicos, podemos construir uma política mais coerente em termos justamente da análise integrada e análise dos diversos usuários de água na bacia.

A gente sabe que essa é uma bacia importante em termos de abastecimento para milhares de pessoas, inclusive da Grande Florianópolis. É uma bacia que eu tenho certo conhecimento, porque sou pesquisador da Epagri, e é uma bacia piloto da Epagri, meus equipamentos de medição de vazão, de nível e de qualidade de água nessa bacia do Cubatão, que é uma bacia hidrologicamente complicada, porque as chuvas que caem nas cabeceiras provocam grandes volumes de água às vezes, de forma extemporânea em alguns pontos, inclusive causando alguns acidentes com o carregamento de pontes no passado - teve até um caso em que um agricultor estava pescando na beira do rio e escutou um barulho, não estava chovendo e, de uma hora para a outra, veio uma enxurrada, como uma *tsunami* no rio, levando tudo por água abaixo.

Então, até por essa questão, obras hidráulicas nessa bacia têm que ser consideradas com um critério muito técnico, muito rigoroso.

Essas são algumas das questões que a gente gostaria de colocar. Ficaremos à disposição para discutir aquilo que as pessoas entenderem que a gente possa contribuir para chegar a um consenso, a um bom encaminhamento nessa questão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu queria convidar para participar da mesa o senhor Eleazar Garbelotto, que é operador de *rafting* e representante da Abeta. (Palmas.)

Também queria agradecer a presença de Antônio Carlos de Beaumord, professor de estudos de impacto ambiental da Univali; de Amilton Voges, representante da Associação das Microbacias II; e de Wagner Roberto Garcia, vereador do município de Santo Amaro da Imperatriz.

Com a palavra o senhor Luiz Antônio Garcia Correa, diretor de licenciamento ambiental e representante da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma).

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - Cumprimentando o deputado Décio Góes e os demais componentes da mesa, gostaria de agradecer o convite que foi formulado à Fatma para participar desta audiência pública para a discussão do empreendimento de geração de energia aqui no município.

Eu gostaria também de colocar, dentro do que já foi exposto aqui pelo meu colega da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, que claramente nós temos aqui aquilo que rotineiramente colocamos, que é um conflito de uso do recurso hídrico entre duas atividades econômicas que pretendem se instalar, e compete ao Poder Público, logicamente, procurar, com o próprio auxílio da Assembléia, como colocou muito bem o presidente, deputado Décio Góes, equacionar, ver se conseguimos chegar a um bom termo entre essas atividades que estão instaladas, mas, independentemente dessa questão pontual que está sendo colocada, gostaria de informar que um breve histórico desses prosseguimentos de licenciamento vêm ocorrendo dentro da Fundação desde o ano de 2004. Em 2007, a Fatma, dos sete aproveitamentos iniciais, licenciou cinco, um foi descartado e outro já tinha sido descartado quando do próprio estudo que foi desenvolvido pelas empresas de consultoria.

Também gostaria de colocar que nós já estivemos com representantes da comunidade. Tivemos uma conversa lá na Fatma que no nosso entendimento foi extremamente proveitosa, houve um entendimento de que durante os próximos noventa dias nós sustaríamos... A Fatma sustou qualquer iniciativa no sentido de dar continuidade ao processo de licenciamento. Nós também solicitamos aos representantes da comunidade que nos encaminhassem a sua avaliação técnica, ou mesmo uma avaliação jurídica, em relação a todos esses projetos que já estavam dentro da instituição.

Para encerrar, já que tem uma série de colegas aqui para fazer uso da palavra, quero colocar, enquanto Fatma, que é muito importante essa discussão pública no sentido de aprimorar o processo de licenciamento ambiental. Uma das grandes alavancas que se tem da participação da sociedade é justamente que muitas vezes (*ininteligível*) questões que quem tem o conhecimento local é proporcionada a colocação dessas questões sempre no sentido de ter o licenciamento da forma mais real possível.

Devo também colocar aos senhores que o processo de licenciamento se dá tendo em vista, logicamente, os aspectos técnicos, mas os aspectos jurídicos também relacionados ao empreendimento. Então, muitas vezes algumas questões são colocadas em nível de comunidade, o que respeitamos, mas na questão pública os nossos atos têm que ser pautados naquilo que rege a legislação, e volto a frisar que é importante desenvolvermos aqui um debate de alto nível, com o espírito desarmado, com o objetivo de propiciar realmente um avanço em termos de informação, para que possamos, dentro dos nossos atos, que se revista na maior realidade, sempre dentro do que está pautado na legislação ambiental.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Elmar Antônio Thiesen, prefeito de Águas Mornas, para as suas considerações iniciais.

O SR. PREFEITO ELMAR ANTÔNIO THIESEN (Águas Mornas S/C) - Quero fazer uma saudação especial ao deputado Décio Góes, representante da Assembléia Legislativa, e, em seu nome, saudar todos os componentes da mesa.

Não quero que ninguém leve a mal, mas em Águas Mornas temos uma decisão um pouco diferente de Santo Amaro, não que estão a favor, só para cumprir o que foi escrito e o que foi tirado de várias reuniões e audiências públicas do nosso plano diretor. Lá ficou acertado que esse assunto só seria tratado em audiência pública com a comunidade local, que aprovaria ou desaprovava.

Então, em respeito ao que nós aprovamos nas várias reuniões e audiências públicas, a minha posição é esta: Águas Mornas não é contra nem a favor. Somos quase leigos no assunto, estamos aqui, como todos vocês, para nos inteirar do assunto, para podermos amenizar a situação e resolver alguma coisa harmoniosamente.

Quero lembrar a vocês que amanhã discutiremos um assunto bem importante, ou até mais importante do que esse assunto que estamos tratando aqui, para os dois municípios, englobando mais alguns, como Palhoça: a Serra do Tabuleiro. Estamos tentando diminuir em alguns assuntos para não afetar alguns agricultores, que terão que sair de suas propriedades, e não querem se retirar porque estão vivendo bem lá.

Agradeço à Assembléia que sempre participa das audiências públicas para tentar resolver os conflitos e outras coisas que a comunidade sente. Antes era apenas resolvido nos gabinetes, ninguém vinha *in loco* para resolver. A Assembléia e o Poder Público estão de parabéns.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, prefeito. Agradeço a menção sobre a atuação da Assembléia Legislativa.

Com a palavra a vereadora Isolete dos Santos, de Santo Amaro da Imperatriz.

A SRA. VEREADORA ISOLETE DOS SANTOS (Santo Amaro da Imperatriz/SC) - Gostaria de cumprimentar o deputado Décio Góes e agradecer a sua presença aqui. Essa intervenção da Assembléia Legislativa no nosso município é muito importante, pois estamos vivendo hoje um drama bem sério: de um lado, temos um empreendimento que o município desconhece; de outro, temos empreendimentos que a cidade está começando a desenvolver, como o turismo, com perspectiva de deslanchar.

Portanto, esta audiência servirá para muitos esclarecimentos. Tenho certeza que poderemos levar daqui grandes estudos, porque estão aqui pessoas técnicas tanto da área de PCHs como da área ambiental e de preservação, que poderão nos esclarecer a respeito de dois assuntos muito importantes para a nossa cidade e que podem mudar o rumo da economia dela.

A nossa Câmara de Vereadores saúda todas as autoridades presentes nesta audiência. Espero que esta noite seja realmente de muita paz e que possamos levar daqui muitos esclarecimentos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, vereadora.

Passo a palavra ao senhor Antônio Munhoz, presidente da Adiplan Incorporadora Ltda., por até quinze minutos, para que possa apresentar o projeto, a idéia, a concepção do que está se propondo.

O SR. ANTÔNIO MUNHOZ - Boa-noite a todos. Deputado Décio Góes, a par de cumprimentá-lo, quero agradecer a oportunidade de apresentar o nosso projeto.

Quero cumprimentar também o prefeito de Águas Mornas; a Fatma, aqui representada pelo senhor Luiz Antônio Garcia Correa; e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e os demais presentes.

Gostaríamos de apresentar para toda a comunidade o nosso projeto, com toda a clareza, dando oportunidade a todos para fazer perguntas técnicas.

Dentro dos quinze minutos que o deputado nos concedeu, vou pedir para o Hélio João Machado iniciar a apresentação de um vídeo muito elucidativo sobre PCHs e, rapidamente, também apresentar o nosso projeto, mostrando a integração das seis PCHs, a parte ambiental e assim por diante.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. HÉLIO JOÃO MACHADO - Terminada a apresentação, eu gostaria de cumprimentá-los e de me apresentar - e talvez muitos de vocês já me conheçam. Tenho 50 anos, nasci no outro lado do rio, numa casa açoriana, onde vivi por muito tempo brincando às margens dele.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

Em 1968 presenciei a dragagem do rio, que o encurtou em 7 quilômetros, indo desde a ponte de entrada no sul do rio até a barra do Aririú. Esse rio era todo ziguezagueado e foi cortado reto para tentar evitar problemas advindos de enchentes, o que, infelizmente, até hoje não foi resolvido. É um problema sobre o qual todos nós temos que pensar e refletir um pouco melhor.

Bom, vamos à apresentação do nosso projeto de geração de energia. Eu e o Antônio Munhoz temos uma parceria aqui em Santo Amaro, temos uma propriedade em Caldas da Imperatriz. A partir de 1990, adquirimos algumas propriedades com o objetivo de achar água quente, porque desejávamos investir em turismo em Santo Amaro. Por dez anos procuramos água quente e não encontramos, daí, no último furo que fizemos lá em cima, perto de um cânion dentro da propriedade, eu disse para o geólogo: "Se eu não encontrar água quente aqui, vou usar a minha parte de conhecimento de engenharia e pesquisar o potencial desse rio". Dito e feito, não deu água quente no último poço que fizemos, então, comecei a procurar empresas de engenharia que trabalhassem com projetos voltados para baixas potências hidrelétricas. Contratamos a Rischbieter Engenharia para fazer o projeto técnico, considerada a melhor empresa do Brasil hoje em termos de potenciais hídricos, e depois contratamos a Socioambiental, do Ricardo Arcari, que também é uma empresa reconhecida em nível nacional em termos de meio ambiente.

Eu queria só esclarecer para vocês o que é uma PCH. Os potenciais, sejam pequenos ou grandes, são de propriedade da União. A partir da Constituição de 1988, a iniciativa privada, com a implantação da Aneel, começou a gerar, distribuir e transmitir energia. A PCH é uma faixa de potência de hidrelétricas que variam de 1 megawatt a 30 megawatts, e não pode invadir mais do que 3 quilômetros quadrados, ou 300 hectares. No nosso caso, o total que invade das seis PCHs que pretendemos implantar é apenas 14,5 hectares, além da calha principal do rio, o que não dá nem 1% do permitido, pessoal.

Aqui vemos a Constituição Federal, que nos deu abertura. A Lei 8.987, na reforma brasileira, permitiu que a iniciativa privada pudesse trabalhar em termos de prestação de serviço público tanto em energia como em telecomunicações, e assim por diante. Depois, em 1997, veio a Aneel, que deu todas as regulamentações para isso.

Nos sistemas interligados, temos dois tipos de consumidor: o cativo e o independente. O consumidor cativo somos nós, que temos que comprar energia da Celesc, são os pequenos consumidores, as pequenas empresas e tudo mais. O consumidor livre, ou independente, é aquele que tem a possibilidade de comprar energia de empresas que geram energia. Para isso eles têm que ter uma determinada demanda. Se a demanda for de 3.000 quilowatts, ele pode comprar energia na Tractebel ou em qualquer outra a um preço menor que o do mercado. Se tiver uma demanda acima de 500 quilowatts atendidos por 13,8, pode comprar energia numa empresa de geração de energia alternativa, no caso uma PCH, uma eólica, uma biomassa. Aí é que é interessante, porque daqui a pouco poderemos ter diversas empresas nessa categoria e vender energia diretamente para eles [os consumidores] a um preço bem menor. A idéia do consumidor livre é exatamente o menor preço.

Já foi mostrada a Adiplan, também já se falou da Rischbieter, que fez o projeto de engenharia, e da Socioambiental, que fez o projeto ambiental.

Aqui temos um pequeno histórico. Como falei, em 2001, depois de tentarmos achar água quente, começamos a estudar o rio. Protocolamos o inventário na Aneel em 2002, para mostrar a ela o potencial que aquele rio tem. Isso você é obrigado a mostrar, porque ninguém tinha detectado ainda esse potencial. E quando protocolamos isso na Aneel, tivemos outro concorrente, para nossa surpresa. O que aconteceu nesse momento? Houve uma disputa técnica, e aí foram levados em consideração dois fatores importantes: como tirar maior quantidade de energia daquele rio com menos impacto ambiental.

Isso leva a uma coisa interessante. Quando contratamos a Rischbieter Engenharia, eu pedi uma coisa ao seu Karl (pena que ele não pôde estar aqui). Eu disse: seu Karl, eu sou da comunidade, vivo lá, sempre participei da entidade mais atuante de Santo Amaro, que é banda de música, em que participo há 36 anos e da qual sou o atual presidente, fundei um Rotary Club com outros amigos, temos um compromisso grande com a comunidade e não queremos ser os causadores de problemas ali, por isso queremos produzir energia com menor impacto ambiental e com menor conflito. O único conflito na época que a gente viu que tinha era em relação ao *rafting*, por isso procuramos fazer algo que pudesse compatibilizar as duas coisas. Realmente, o doutor Karl trouxe um processo de engenharia, uma técnica da Alemanha com a qual conseguimos resolver esse problema.

Aqui temos todo o processo, e gostaria de passar para as autoridades e para a imprensa todos os dados e números de protocolos que a gente teve até então.

(Os membros da mesa e a imprensa recebem o documento.)

Em 2004 tivemos o protocolo básico na Aneel, após a aprovação do nosso inventário, e ganhamos do concorrente exatamente por ter mostrado maior potência e menor impacto ambiental.

Em 16 de janeiro de 2007, antes de completarmos o nosso projeto ambiental, chamamos o pessoal do *rafting* (o único conflito que a gente detectou era nessa atividade) para conversar lá no meu engenho em Caldas da Imperatriz, ocasião em que mostramos o projeto para eles. Muitos já sabiam do projeto, outros não, e foi determinado um técnico para fazer todo um estudo juntamente com eles. E lá eles falaram, reclamaram, xingaram, e foi registrado num relatório tudo o que foi feito e dito, sem omitir nada. Depois, a Socioambiental mostrou o lado em que poderiam conviver pacificamente as duas coisas.

Aqui vemos a potência das seis PCHs: três detectadas no rio Caldas do Norte, que estão dentro do município de Águas Mornas, e três detectadas na calha do rio Cubatão: uma totalmente dentro de Santo Amaro, que é a PCH Santo Amaro, e duas dentro da nossa propriedade em Caldas, que fica na divisa entre Santo Amaro e Águas Mornas: a João Elói e a Antônio Munhoz.

Aqui temos exatamente aquilo que falei: área alagada. Olhem a segunda linha (*aponta para a imagem*): área alagada sem a calha do rio. Aqui diz: "Antônio Munhoz Bonilha alaga 2,92 hectares", e o permitido, pessoal, são 3 quilômetros quadrados, ou seja, 300 hectares. Tinha gente aqui dizendo que nós vamos inundar 300 hectares. É mentira! Porque saiu na Aneel o NA máximo e o NA mínimo, também saiu no Diário Oficial, e você não pode subir nem descer, tem que respeitar a Aneel, e esse respeito é um fator importante.

Vemos aqui que a PCH Santo Amaro inunda 3,08 hectares: a João Elói, 0,48 hectares e assim por diante, num total máximo de inundação de 14,5 hectares, menos de 1% do permitido.

Aqui temos o arranjo das três usinas em Santo Amaro da Imperatriz, que são a Santo Amaro, a João Elói e a Caldas do Norte. Na Antônio Munhoz Bonilha, que está dentro da nossa propriedade, a gente a imaginou uma barragem de elevação, não de acumulação. Barragem de elevação é aquela que apenas eleva, sem acumular água. Não vamos esperar as chuvas acontecerem para acumular água e depois soltá-la e gerar energia, e essa barragem apenas eleva o nível d'água (NA), que atravessa um túnel e deságua, gerando energia lá fora.

Aqui vocês podem ver o salto do Armagedon e outros saltos (*aponta para as imagens*). Então, estamos preservando a parte dos saltos, embora estejam dizendo num *site* que os saltos vão acabar. Não vai acontecer nada disso!

Também dentro da propriedade, perto do nosso engenho, temos a João Elói, uma barragem pequena, que apenas desvia o canal a céu aberto até chegar neste ponto final (*aponta para imagem*). Aqui a água consegue 19 metros de altura, entra na tubulação forçada, gera energia e volta totalmente para o rio.

Esta é a PCH Santo Amaro, sobre a qual o pessoal mais briga, mais fala. Observem que ela entra no Poço Fundo numa barragem móvel (*aponta para imagem*), semelhante a esta barragem aqui, que é ancorada com braços hidráulicos. Essa é uma tecnologia que a Rischbieter trouxe da Alemanha para não haver mais inundações. Não seremos nós o maior causador de enchentes naquela região do Poço Fundo, ali onde fica a casa do Alceu, enfim, por aquela região, que já sofre com enchentes.

Então, a idéia é que quando a água tender a subir meio metro a mais, o mecanismo caia para o fundo do rio e o espectador, olhando ali, não vai ver mais barragem, a água vai escorrer normalmente e não vai provocar inundação.

Outro objetivo é fazer com que aquela água desvie para o canal e gere energia lá embaixo. É lógico que nós somos obrigados a respeitar a lei, parte da água tem que se continuar usando, passando-a nessa alça do rio. O rio não pode ficar morto, temos que respeitar a lei.

Quero mostrar para vocês que toda a beleza cênica do salto do Cubatão, que começa do grande salto até aqui embaixo, está intacta, porque nós vamos entrar aqui (*aponta para a imagem*), numa região de pastagem, e vamos devolver um canal numa região de pastagem também, e a água vai voltar integralmente para cá. Toda a região do salto vai estar intacta e preservada, ninguém vai tocar nela.

Essa foi a concepção que nós tivemos para conseguir fazer uma coisa que, quem sabe, pode ser exemplo em termos de Brasil: mostrar que geração de energia não é totalmente antagônica ao projeto de *rafting*.

Eu tenho um engenho em Caldas, onde recebo os turistas do *rafting*. Gosto muito deles e gostaria de continuar recebendo-os lá e de ter essa paz reinando aqui.

Estamos pronto para um acordo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Hélio. Passo a palavra para o Ricardo Arcari, representante da Socioambiental Construtores Associados, para fazer as suas considerações iniciais.

O SR. RICARDO ARCARI - Boa-noite a todos. Primeiramente, quero parabenizar o deputado Décio Góes pelo convite e pelo evento.

A Socioambiental realizou os estudos ambientais simplificados necessários para o licenciamento ambiental dos empreendimentos, já que tinha uma questão nova colocada pela Fatma que exigia também análise integrada. É um dos primeiros estudos existentes que incorporam a análise integrada de seis empreendimentos, já que, como o Luiz Antônio colocou anteriormente, um sétimo já havia sido descartado.

Esse trabalho foi realizado ao longo de um ano, entre abril de 2006 e maio de 2007, e da equipe participaram treze técnicos. Em função de termos sido convidados na semana passada, não conseguimos mobilizar todos, mas alguns deles se encontram aqui na primeira fila e estão disponíveis para, se necessário, responder algumas questões.

Nesse momento nós estamos concluindo um estudo que a Fatma e a Aneel nos solicitou: as implicações quanto à quantidade e qualidade da água relativas ao abastecimento, ou seja, a captação de água na ETA da Casan. Também estamos concluindo o estudo chamado Plano Básico Ambiental (PBA), que é uma etapa seguinte.

Desde o início dos trabalhos, ficou evidente nos estudos o que já foi colocado por vários aqui na mesa: o conflito devido à atividade de *rafting*. O trecho em que está prevista a construção das PCHs é utilizado pelas operadoras de *rafting*, e as vazões remanescentes nesse trecho impedem a prática normal dessa atividade, daí por que precisaríamos achar uma solução negociada de gestão. O estudo conclui dando algumas possibilidades de funcionamento das PCHs em conformidade com a prática de *rafting*. Também foi proposta uma escala de horários, e fomos buscar algumas experiências fora.

Como a gente colocou desde o início nas reuniões, a empresa de consultoria que faz o estudo de impacto ambiental desses... O que estamos querendo colocar aqui é transparência com relação a todos os dados e isenção de emoção. Vimos aqui que a partir de abril houve realmente um grande envolvimento, acompanhamos isso pelo jornal, pela televisão, e percebemos claramente a necessidade de haver eventos como este para colocarmos as posições e tentarmos esclarecer aquilo que não ficou claro. E se não conseguirmos esclarecer, vamos fazer outros estudos necessários.

Estamos à disposição para tentar responder as questões de vocês. E sempre nos procurem, para ver se conseguimos tirar as dúvidas e deixar o processo claro, a fim de que todos possam ir tranquilos para casa com relação ao que se está planejando nessa bacia.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Ricardo. E também queria agradecer a presença do engenheiro Sérgio Moisés, da Rischbieter Engenharia. (*Palmas.*)

Concedo a palavra por três minutos ao senhor Luiz Gonzaga dos Santos, secretário de Indústria, Turismo e Comércio de Santo Amaro da Imperatriz e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, para as suas manifestações iniciais.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LUIZ GONZAGA DOS SANTOS (Santo Amaro da Imperatriz/SC) - Primeiramente, eu quero cumprimentar o deputado Décio Góes e dizer que essa discussão da questão ambiental é importante para Santo Amaro, um município que vem sofrendo por uma determinação de 1975, e até hoje o Estado não tomou uma decisão em relação ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Outro fato que eu também não posso deixar de registrar, senhores, é que a diretoria do Sindicato aqui presente sabe que este município ganhou uma luta na Aneel em relação à energia agrícola na área urbana, que hoje é exemplo para o Estado de Santa Catarina. Então, não é a primeira vez que nós discutimos a questão em nível federal, e já temos uma vitória. E queria deixar aqui registrado que o presidente, na época, era o Odir Solano Foster.

Bom, senhores, eu não vou entrar em detalhes porque o município de Santo Amaro da Imperatriz, até que provem o contrário, tem uma lei municipal que esclarece a vontade dos nobres vereadores, que são os representantes legais do povo. Porém, eu vejo que aqui há um verdadeiro varal de cartas, de documentos, e não posso deixar também de apresentar um documento, porque, como disse o nobre técnico aqui, é hora da transparência. Então, que esse *e-mail* que recebi de um amigo sirva apenas, senhor prefeito de Águas Mornas, para reflexão e para os órgãos ambientais darem uma resposta à sociedade. O *e-mail* diz o seguinte: (*Passa a ler.*)

"Amigo Luiz, há pouco tempo foi instalado em nossa região o gasoduto de onde, somente em Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, foram retirados aproximadamente oitenta hectares da mata primária ou secundária, na sua maioria em área de proteção permanente (topo de morros e áreas de grande declividade). Não vi a comunidade, naquele momento, se manifestar contra isso. Porém, quando eu, por ser da comunidade, querendo também prestar serviço público na área de energia, assim como a Gasbol" (e se tiver algum membro aqui presente, que se levante), "terei que retirar apenas dez hectares de mata para implantar as seis PCHs, sendo que essa retirada terá a compensação e a reposição de acordo com as leis ambientais existentes.

Sinto-me injustiçado e perseguido. Gostaria que fosse revisto esse desespero.

Abraços,

(a) Hélio João Machado."

Então, se nós já pagamos um preço por 80 hectares e vamos receber mais 10, estamos falando de 90 hectares, senhores. Acredito que a Socioambiental deve ter feito o levantamento para eles dizendo que a área usada na passagem do gasoduto por Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas... Eu só vou falar o total, senhores (e aqui diz que a margem de erro é de 5%, e a fonte é o Google Earth): Santo Amaro da Imperatriz, 38,38 hectares; Águas Mornas, 58,82 hectares; Santo Amaro e Águas Mornas, 97,20 hectares.

Só quero registrar que, no momento dessa construção, a empresa (e acredito que deva ser idônea, como a Adiplan) deve ter feito seus licenciamentos ambientais, mas para nós, santo amarenses, ainda carece, sim, senhores, até porque 80 hectares com mais 10 hectares são 90 hectares.

Então, aqui eu faço esse registro, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Quero agradecer ao Luiz, que foi preciso nos três minutos dele.

Concedo a palavra à senhora Geni Hack Cardozo, representando o Movimento Rio Cubatão Vivo, para suas considerações iniciais.

A SRA. GENI HACK CARDOZO - Cumprimento todos os membros da mesa e os demais presentes.

O grupo vai fazer uma apresentação, vai passar algumas imagens para que sejam interpretadas.

(*Falha no projetor de imagens.*)

Princípios da Carta da Terra. (*Passa a ler.*)

"Princípios da Carta da Terra

1 - Respeitar a terra e a vida em toda a sua diversidade.

2 - Adotar planos e regulamentos de desenvolvimento sustentável.

3 - Promover a recuperação de espécies e ecossistemas em perigo.

4 - Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados.

5 - Prevenir danos ao meio ambiente como melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência. E este é o objetivo deste movimento.

6 - Atuar com restrição e eficiência no uso das energias e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como energia solar, eólica e outras.

7 - Solicitar em todos os eventos a cooperação científica e técnica relacionada a estudos de impactos ambientais, tais como o EIA-RIMA, que comprovem que empreendimentos na exploração e uso da água dos rios, das fontes termais, das nascentes não causem nenhum dano, alterando o meio ambiente, a biodiversidade da vida animal, vegetal, humana e da ictiofauna.

8 - Garantir o direito a todo cidadão de água potável, ar puro, segurança alimentar e proteção do solo.

9 - Proteger todas as espécies de vida que já se pronunciam vulneráveis. Esta é a obrigação nossa de cidadania: tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

10 - A vida na Terra depende da preservação de uma biosfera saudável com todos os sistemas ecológicos das plantas, dos animais, das aves, dos pássaros, dos insetos e da água. Proteger a diversidade da beleza da terra é um dever sagrado de todos nós.

11 - As bases dos sistemas ecológicos, que são as bases de segurança global, estão ameaçadas. Tendências perigosas mas não inevitáveis, se evitarmos o uso abusivo e ganancioso do meio ambiente.

12 - Nós todos temos o dever de preservar as gerações vindouras e manter um ambiente que não se mostre ameaçador.

13 - Desafios para o próximo século: falta de água e de alimentos, encolhimento das florestas, elevação da temperatura, derretimento das geleiras, desaparecimento de espécies vegetais e animais, interrupção do ciclo das águas, de rios e nascentes, grandes secas.

14 - Terra, nosso lar, ainda está viva com uma comunidade de vida única. Vamos unir forças para defendê-la e não destruí-la por leis mal pensadas. Vamos defender com fundamento ético e emergente dentro dessa nossa comunidade de Santo Amaro.

15 - Queremos a restauração do que já perdemos, queremos proteger, restaurar esses lugares notáveis de significados culturais e espirituais em nome do progresso turístico nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e de direitos humanos, atenuando as mudanças climáticas, contribuindo para o bem-estar da nossa vida.

16 - Portanto, a decisão tomada aqui hoje por certo repercutirá amanhã na vida de todos nós. Não podemos ser omissos, nem surdos, nem cegos, para não nos lamentarmos mais tarde." (*Cópia fiel.*)
Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Passo a palavra ao senhor Eleazar Garbelotto, operador de *rafting* e membro da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Ele vai ter quinze minutos para a sua apresentação, o mesmo tempo que teve a empresa.

Depois dessa apresentação, vamos abrir para as inscrições. Quem quiser se inscrever, pode ir naquela mesa dos fundos, lá na entrada, e deixar o nome com as recepcionistas. Eu vou chamando os inscritos pela ordem, que aqui na frente se apresentam, pois temos aqui taquigrafas da Assembléia que estão secretariando todo o trabalho e produzindo a ata, que é um documento para o nosso trabalho. Aproveite para agradecer a elas e à equipe da Assembléia que nos ajudou nos trabalhos e na organização deste evento.

O SR. ELEAZAR GARBELOTTO - Boa-noite a todos. Eu sou o Keko, como o pessoal me conhece, e vou fazer uma pequena apresentação aqui do contexto que envolve o meio ambiente e o turismo. Já no passado escutávamos sobre a tal da guerra da água, e estamos vivendo isso hoje.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Vemos aqui a bacia do Cubatão. Quem conhece o rio, vê que o volume da água está diminuindo, e entendemos que temos condições de reverter isso e fazer com que esse rio tenha mais água. Infelizmente, os empreendimentos previstos aqui não condizem com a vocação do lugar, é uma agressão a mais ao contexto da bacia, e talvez o rio não resista.

Hoje a gente fala em aquecimento global, que o mundo está acabando, e estamos tentando conservar aqui esse santuário.

Vemos aqui o símbolo maior dessas mudanças globais hoje, que é o furacão Catarina. *(Mostra imagens de chuvas torrenciais e ventos.)*

Estamos tentando, juntamente com a comunidade da Grande Florianópolis, nos mobilizar para tentar salvar o pouco que nos cabe, o pouco que nos resta de qualidade de vida, de água. E a água representa tudo isso.

A água é de uso público. Todos vocês podem usar o rio; independentemente das empresas, do turismo, do comércio, o rio é público, assim como a praia. Todos vocês podem ter acesso ao rio para pescar, fazer piquenique às suas margens. Com os projetos que vocês viram, trechos de muitos quilômetros do rio vão secar. O rio, que hoje é da comunidade, vai ser posto dentro de um duto, de um cano, e vão mandar energia para longe, enquanto nós, da comunidade, vamos ficar chupando dedo, vendo pedras.

Faço parte da Abeta (Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura), uma associação nacional que em Santa Catarina tem 17 empresas filiadas.

Aqui vemos um ícone de toda a nossa conversa: o famoso salto do Cubatão. Relatos históricos da época de dom Pedro já falavam desse salto. Aqui estamos vendo-o com água, mas com a previsão desses empreendimentos, a água vai sumir, infelizmente.

Hoje o rio apresenta uma vazão média a longo termo de 11 metros cúbicos por segundo; a hidrelétrica com suas duas turbinas consomem 14 metros cúbicos. Por aí vocês façam a conta: vai faltar água para tocar as turbinas dos caras. É por aí o negócio.

Este é o salto Santa Catarina, e aqui vemos a bacia do Cubatão. Olhem a imagem bonita que nós temos! Essa bacia é um santuário. Santo Amaro, no imaginário de todos nós que estamos aqui, é um santuário, e um dos poucos que ainda existem.

Essa bacia é o manancial de Florianópolis, é um pólo de turismo internacional e uma referência de saúde e de qualidade de vida. A questão do Parque do Tabuleiro, todas as guerras, todos os problemas por que passam famílias e municípios é para proteger os mananciais de água. Toda a síntese da nossa conversa se resume em água.

A primeira estância termomineral do Brasil está em Santo Amaro. Santo Amaro é a capital das águas. O rio Cubatão, feliz ou infelizmente, é o último rio selvagem de porte médio num raio de 400 quilômetros. Todos os outros rios da região de porte médio têm empreendimentos de PCHs.

O rio Cubatão é um corredor ecológico do Parque do Tabuleiro. Quer dizer, é um rio vivo, e nós somos do Movimento Rio Cubatão Vivo.

Aqui temos o Parque da Serra do Tabuleiro; essa outra imagem mostra placas da Casan no trecho vindo para Santo Amaro, no início da BR-282, informando o valor da obra (oito milhões e pouco) que aumenta os canos para captar água da bacia. Daqui a cinco anos, vocês passem ali novamente que verão mais canos pegando água da bacia. Quer dizer, temos aí uma condição de água... O amigo da SDS questionou há pouco o que pesa mais, água ou energia elétrica. O homem viveu milhares de anos sem energia elétrica, mas quem fica sem água uma semana?

A gente falar em *rafting* hoje em Cubatão do Sul parece uma coisa moderna, mas a canoagem é centenária. Infelizmente, hoje as pessoas estão um pouco afastadas desses ambientes naturais, mas é uma atividade milenar.

Aqui temos uma carta, que depois vamos entregar à mesa, de várias entidades e associações do *trade* turístico catarinense. Elas fizeram uma moção de desagravo a essa agressão, porque essa questão das PCHs aqui na bacia não cabe, está fora de contexto. A nossa bacia tem outro destino, a energia que se produz aqui é outra, é a energia da saúde, do esporte, da água. Transformar tudo isso em energia elétrica não é vocação. Treze megawatts é nada de energia. Vão destruir tudo, desequilibrar tudo. E neste momento, em vez de estarmos aqui discutindo estratégias para melhorar a qualidade de vida, a qualidade da água, estamos discutindo sobre um eminente monstro que se aproxima e que vai detonar isso tudo e mais ainda.

Aqui vemos as várias atividades de turismo na região, todas ameaçadas por esses empreendimentos, e o *rafting* é um exemplo disso. Em Santa Catarina, o *rafting* é um ícone do turismo ecológico e está prestes a entrar em extinção. Não tem mais nenhum rio em condições naturais para *rafting*, aqui é o último rio selvagem que ainda tem essa prática.

Estes são alguns empreendimentos de PCHs. Segundo a mídia, a previsão para o Estado de Santa Catarina é 230 PCHs. Tem o lado bom disso, que é ter energia, mas aqui, infelizmente, isso não cabe. O que estamos tentando mostrar para os senhores e para as entidades é que esses empreendimentos não combinam com Santo Amaro. Talvez em outras regiões... Por exemplo, no Itajaí-Açu estão fazendo uma PCH que vai produzir 180 megawatts; aqui produzirão 13 megawatts. Quer dizer, não dá, não está batendo esse negócio.

Aqui vemos canais artificiais. Em muitos lugares do mundo são produzidos artificialmente canais para a prática de canoagem. Já aqui vemos uma pista natural. Quer dizer, existe todo um potencial para esporte e lazer, independentemente turismo. Os filhos de vocês podem ter um caiaque e curtir o rio.

Aqui temos algumas estatísticas de Santo Amaro, o número que nós geramos especificamente em relação ao turismo de aventura, sendo o *rafting* a atividade principal desse tipo de turismo na região. Nós geramos aproximadamente R\$ 1 milhão por ano, e há várias pessoas envolvidas nisso. O turismo tem essa característica, quando a pessoa vem fazer um passeio de *rafting*, existem várias pessoas envolvidas na operação, porque tem restaurante, tem hotel, tem posto de gasolina, quer dizer, é um dinheiro que se dilui em toda a comunidade, não fica no bolso exclusivamente dos empresários. O *rafting* ainda proporciona ganhos de mais de R\$ 1 milhão por ano devido à propaganda que se faz dele. Televisão, jornais e revistas fazem toda uma propaganda da atividade e, em consequência, da região da Grande Florianópolis.

Vemos aqui uma área do rio sobre a qual a gente tem outras propostas. Já aqui vemos a importância das corredeiras num rio, que servem de corredor ecológico propriamente dito para qualificar a água em nível de oxigênio e tudo mais.

Esta é uma foto de uma enchente em Santo Amaro. As operadoras de *rafting*, desde que se instalaram aqui, disponibilizaram embarcações para resgate, para auxiliar a comunidade quando houver enchente. Esse praticamente é um ganho extra que Santo Amaro tem. Não sei se dá para falar assim, mas a gente está aí para colaborar nisso e na educação ambiental também, chamando atenção das pessoas para preservarem, cuidarem dos outros rios, não só do rio Cubatão.

Em relação a esse trecho do rio que vemos aqui, a gente tem apresentado à prefeitura propostas diárias de convivência da população com o rio, sugerindo que planejem a cidade de frente para o rio, e não de costas para ele.

Aqui vocês podem ver algumas estações de convivência. Nesta outra imagem estão os empreendimentos de hidrelétrica, que extinguem a nossa atividade, infelizmente. A forma como os empreendedores apresentam essas hidrelétricas para nós é a nossa morte. Inclusive, trouxemos aqui um amigo que tem uma empresa no rio das Antas, onde tem uma PCH funcionando lá há cinco meses, e não sei se cabe chamá-lo aqui para falar.

(O senhor presidente, deputado Décio Góes, pede que ele conclua primeiro.)

Bem, aqui vemos o rio dele, um rio normal de operação, com peixes; este outro é o rio da PCH *(aponta para foto de um rio seco)*. Por aí vocês tirem uma idéia! *(Palmas.)* Vou mostrar novamente: este é o rio normal, este outro seco é o rio da PCH.

Esta imagem aí é a vazão sanitária. Os empreendedores fazem o barramento, desviam o rio e dizem que deixam uma vazão sanitária nele, e isso que estou mostrando é a vazão sanitária correndo no meio das pedrinhas. Não dá nem para ver, não é?

Aqui são mais fotos do rio das Antas, do rio com a PCH. Aqui são fotos de Santo Amaro *(mostra foto de crianças pescando)*. Em suma, um rio vivo, um rio no lugar, na calha, no lugar dele, para a comunidade ter água e todo mundo poder beber, se divertir. Colocar ele num cano e mandar essa energia para longe não é a vocação deste rio aqui. Eu, como morador, trabalhador do rio, vejo assim.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Temos quinze inscritos, e a idéia é dar dois minutos para cada um.

(O senhor Gert Schinke manifesta-se fora do microfone dizendo que fica impraticável ir lá atrás se inscrever.)

Essa sugestão deveria ter vindo antes. Eu propus no começo, e ninguém falou nada. Então, vamos inscrever esses quinze. Ao término dessas manifestações, se acharem necessária mais alguma intervenção, abrirei a palavra, porque são quinze intervenções de dois minutos, o que dá um tempo considerável.

Com a palavra a senhora Iolanda Fernandes, representando a comunidade sul do rio Cubatão, por até dois minutos.

A SRA. IOLANDA FERNANDES - Boa-noite a todos.

Esse cidadão já é conhecido, porque quando se trata da maioria na Assembléia, para pegar os coitadinhos de perto, eles vêm em muitos e não em poucos. Nós somos simples e pequeninos, mas nós votamos, tomamos água, tomamos banho e, acima de tudo, respiramos! *(Palmas.)*

Quero perguntar, com todo o respeito às autoridades que aqui estão, porque sou uma pessoa simples, humilde, nem daqui eu sou, mas conheço várias pessoas... Não adianta colocar 1.500 nacionais e multinacionais, porque sem água ninguém sobrevive. Eu não troco voto e não troco o direito do cidadão, porque sem hidrelétrica ou com hidrelétrica, se não temos água, cavamos um poço, mas sem comida... Nós não queremos morrer afogados, de jeito nenhum! Já chega a enchente! Se arrebrantar essa represa, estaremos fritos, assados e enterrados no lodo! Eu não quero! Se depender de mim e da minha família inteira, é "não", "não" e "não".

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada.

Com a palavra o senhor Luiz Eugênio Caetano, consultor da bacia hidrográfica do rio Cubatão Sul.

O SR. LUIZ EUGÊNIO CAETANO - Boa-noite, senhoras, senhores e membros da mesa.

Na chegada a este recinto, acho que todos receberam este manifesto *(mostra documento)*, que em determinado ponto diz que... Entretanto, ninguém explica direito o fundamento desses horrores e nenhum especialista assina tais afirmações.

Houve um manifesto sem que houvesse um idealizador, sem assinatura de ninguém. É muito fácil apresentar um manifesto e não dar a cara para bater! *(Palmas.)* É muito triste fazer um manifesto e não assinar.

Temos em Santo Amaro diversas alternativas de energia, energia eólica, energia solar e não necessariamente energia provinda de PCHs.

Eu faço uma pergunta aos senhores e às senhoras: quando foi apresentado de forma sucinta e lúdica por especialistas os reais impactos das construções das PCHs? O povo aqui, por acaso, já teve acesso as essas informações? Não, o povo não teve acesso a essas informações.

O manifesto fala da inconstitucionalidade de uma lei votada no município, só que quem julga a inconstitucionalidade de uma lei é o Supremo Tribunal Federal, através de seus ministros, e não um técnico especialista em PCH! *(Palmas.)* Citou, inclusive, um vereador cassado no município. Ele estava agindo no seu pleno direito de membro do Poder Legislativo. Se foi cassado ou não, é outra história! Ele não foi cassado por causa de PCH.

Eu vou dar o exemplo das usinas do rio do Poncho, em São Bonifácio, que são operadas por dois operadores. O manifesto fala que vão gerar dezenas de empregos. Senhores, onde é que estão essas dezenas de empregos?

Outra pergunta é sobre a venda de energia. Ali diz que qualquer um pode ter acesso a ela, mas essa venda de energia vai ser feita via leilões? Se for feita via leilões, senhoras e senhores, nós não vamos ter nenhuma condição de comprar!

Por fim, como defensor que sou dos gasodutos, porque fui gerente administrativo, financeiro e coordenador de contingência e emergência de uma multinacional que se instalou em Santo Amaro e gerou diversos empregos também, mais precisamente 1.280 mil empregos, conhecida popularmente como Gasbol, que a bem da verdade é a TBG, Transportadora Brasileira de Gasoduto Brasil-Bolívia, que gera milhares de empregos, diretos e indiretos. A SCGás, por sua vez, também gera em Santa Catarina milhares de empregos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada, Luiz.

Concedo a palavra à senhora Janaina Sant'Ana Maia Santos, doutoranda na Universidade Federal e técnica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas.

A SRA. JANAINA SANT'ANA MAIA SANTOS - Boa-noite a todos.

Faço doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de gestão de bacias hidrográficas, e gostaria de trazer a minha contribuição em apoio aos meus colegas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul.

O primeiro ponto que gostaria de colocar, que talvez tenha me passado despercebido, mas não ouvi em momento algum, é a citação da Lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como os comitês de bacias, que são os órgãos gestores da bacia hidrográfica. De acordo com essa lei, uma das funções do Comitê de Bacias é arbitrar em primeira instância os conflitos gerados pelos usos múltiplos - corrijam-me se estiver errada. Aqui nós temos um conflito pelo uso. Então, acho que devemos realmente pensar qual é a posição do Comitê dentro desse conflito.

O segundo ponto que eu gostaria de levantar para reflexão de todos é em relação ao vídeo que passaram no início, aquele exemplo de uma PCH no Rio Grande do Sul, se não me engano. Aquele exemplo nos mostra o quê? Primeiro: aquela PCH foi instaurada por uma cooperativa, o que não é o caso aqui. E nós podemos pensar o seguinte: as bacias hidrográficas não são iguais. Pelo contrário, cada bacia hidrográfica é uma bacia hidrográfica, não existem duas iguais no mundo. Por esse motivo, o Comitê de Bacias é que deve arbitrar em torno dos conflitos. Naquele caso, o exemplo da PCH pode ser muito bonito, o que não é o caso aqui, porque tem um conflito muito grave que envolve outros usos que já são antigos na bacia. Então, acho que esses dois pontos devem ser bem refletidos por todos nós.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra a senhora Viviane Pawlick.

A SRA. VIVIANE PAWLICK - Boa-noite a todos.

Sou professora em Caldas da Imperatriz e ninguém melhor do que eu para saber da situação do rio Cubatão, pois vivencio todos os dias a prática do *rafting* e a luta dos nossos alunos, que também desenvolvem projetos sobre o rio.

Completando o que a nossa colega acabou de colocar, a reportagem do Jornal Nacional explanou bem a questão da PCH, mas não sei se vocês perceberam a forma da captação da água. Era em canos, não em túneis. Realmente, o nível do rio é irrisório, a quantidade de água retirada no momento, o impacto é zero, sendo que a forma como está sendo colocada pelos senhores, de que terá não sei quantos túneis, como fica a situação do nosso rio? A quantidade de água é a mesma que foi apresentada no Jornal Nacional? Esse é um dos maiores questionamentos que faço.

Realmente, a Lei das Águas, a Lei 9.433, coloca no seu primeiro artigo que a água é um bem de domínio público.

Era isso que eu tinha para colocar.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada, Viviane.

Passo a palavra à senhora Daniela Freitas.

A SRA. DANIELA FREITAS - Boa-noite a todos.

Eu estou aqui para perguntar por que, de acordo com a explanação do Hélio e de acordo com esse manifesto que entregaram ali na porta, eles dizem que a beleza do salto não vai ser alterada. Só que hoje, naquela foto que o Keko, o Eleazar mostrou, que é a beleza do salto, tem uma vazão de onze metros cúbicos de água e a vazão sanitária que eles vão deixar é de dois metros cúbicos.

Eu faço um questionamento para vocês refletirem, para vocês verem que o que está escrito aqui e o que eles estão dizendo é mentira: quem aqui acha que a beleza do salto vai continuar igual? Se vai reduzir de onze para dois metros cúbicos a vazão de água, vocês acham que aquela água vai ficar branquinha, bonita, como aparece ali na foto? Isso é para vocês verem que o que está sendo alegado é uma mentira.

Eu concordo com o colega que falou aqui anteriormente sobre a geração de empregos. A hidrelétrica de Itaipu, que é a maior do mundo em operação atualmente, tem 3.000 empregados, sendo 1.500 brasileiros. De onde que seis PCHs vão gerar dezenas de empregos? Será um engenheiro, ou dois, trabalhando nessa PCHs, e não será daqui, virá de fora!

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigada.

Passo a palavra ao senhor Augusto Serrano.

O SR. AUGUSTO SERRANO - Eu agradeço, presidente.

Eu sou jornalista do Instituto Nacional de Estudos Ambientais Avançados e da Abepolar Ecologia, que é a ONG ambiental mais antiga do País, tem 41 anos. Eu estou fazendo um trabalho para essas duas entidades em nível de Brasil de desenvolvimento energético *versus* meio ambiente. Vim parar aqui pelo noticiário que está correndo por aí, vim verificar. Eu não vou me manifestar, estou aqui para perguntar - e gostaria muito, presidente, que depois o senhor abrisse tempo para responderem o que eu vou perguntar.

A primeira pergunta que faço é para a representante da Câmara Municipal e para o representante do governo municipal. Está havendo aqui um conflito sobre PCHs, entretanto, a renovação de contrato com a Casan, feita em 2005 pelo município e avalizada pela Câmara, prevê a instalação aqui em Santo Amaro de uma grande hidrelétrica, e percebi que a imprensa não tem conhecimento - gostaria que depois se manifestassem, para eu poder anotar as respostas.

Uma outra pergunta é para o engenheiro Hélio: o senhor afirma que os seus empreendimentos não gerarão enchente, mas nós vimos uma fotografia em que a cidade estava inundada em função de uma grande enchente. Gostaria que o senhor explicasse em que o senhor se baseia para dizer que não vai haver enchente no município.

Finalmente, gostaria de perguntar ao senhor Keko... Porque eu percebi, na manifestação do movimento do senhor Keko, que se quer colocar a cidade dentro de uma campânula. É muito fácil fazer meio ambiente sem desenvolvimento e é muito fácil o desenvolvimento sem meio ambiente, não é? Eu pergunto se tudo o que se usa aqui nesta cidade, como roupas, relógios, carros etc., por acaso também não agride o meio ambiente dos lugares de onde esses produtos vêm. Porque se Santo Amaro não quer ter nenhum impacto ambiental, de jeito nenhum, nem o mínimo, para produzir energia, não deveria usar produtos que agridem o meio ambiente em outros lugares.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Com a palavra a senhora Ana Maria Ribeiro.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO - Sou geógrafa e moradora de Santo Amaro da Imperatriz, em especial, em Caldas da Imperatriz.

Na verdade, eu não vou fazer uma pergunta, só uma colocação para a Socioambiental. É sobre a gênese da fenda. Não há nenhum estudo aprimorado geotécnico sobre a gênese da fenda. Nós sabemos que existe um estudo da fenda. Para não dizer muito técnico, o estudo da fenda vem de infiltrações de águas. Então, tem uma fenda, a evaporação entra e sai, forma os gases e a água. Esse estudo nunca foi contestado com validade maior ou menor.

Em 1936 tentaram explicar como essa água está aqui no nosso município e por que está só nas quatro fontes. Outra teoria diz que a água infiltra-se no solo, vem e volta. A segunda hipótese pode ser de origem vulcânica, mas nada comprovado. Simplesmente de origem vulcânica. Ela passa ali - quem desce pelo rio Cubatão vê o granito rosa, o granito cinza -, vem pelo vapor vulcânico da terra, derrete, passa o granito, sobe em forma de gases novamente e então nós temos a água quente, e aí a água termal com os seus minerais.

Em 1981 existiu um outro estudo dessa fenda. Foi o último. Bibliograficamente, não encontramos nenhum outro estudo da fenda. Como essa fenda tem uma relação estrutural com a bacia do rio Cubatão, colocarmos o movimento dentro do rio, água, movimentação de terras, e não conhecermos a geotecnologia do rio Cubatão, será que essa nossa fenda vai continuar? Se modificarmos o ciclo hidrológico sem conhecimento da fenda, teremos ainda as nossas águas termais que aqui apareceram e foram descobertas em 1917?

Só completando: no século 19 (eu tenho esses dados), essas águas desapareceram. Foi mais ou menos em 1826. Foi chamado um geólogo do Rio de Janeiro, de um departamento especializado, que concluiu que estavam sendo mal direcionadas as fontes, por isso ela desapareceu, foi parar em outro lugar.

Eu só faço esta pergunta: será que nós podemos mexer no rio Cubatão sem conhecer a tecnologia da nossa fenda? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Concedo a palavra ao senhor Gilberto Pitz.

O SR. GILBERTO PITZ - Boa-noite, eu sou ambientalista, morador de Caldas da Imperatriz.

Eu pergunto: os estudos ictiofaunísticos por Stein Dachner, em 1907, apontam pelo menos três espécies únicas do Planeta no rio Cubatão do Sul, espécies endêmicas: *Deuterodon longirostris*, também conhecido como lambari, ambiente bentopelágico, poços profundos bem oxigenados; *Rineloricaria henselii*, uma espécie de cascudo sem nome popular, ambiente demersal bentopelágico; e *Rhamdella ignobilis*, o peixe-gato, sem nome popular, ambiente demersal e bentopelágico. Considerando que são três espécies únicas desse rio, gostaria de saber se tem algum estudo sobre elas.

Após estudos do empreendedor - ele fez campanha de campo no dia 8 de junho de 2006 - e após essa experiência, eles dizem: "Heptapterus podem apresentar espécies novas" - referência: Backup, 1988. Além das espécies migratórias como jundiá, lambari, *Astyanax sp.*, espécies em extinção no Planeta, ou o cascudo *Rineloricaria*, é fundamental que essas espécies se reproduzam durante a piracema.

Eu pergunto: que estudos nós temos sobre esse assunto, sobre esses peixes, únicos no Planeta, que temos no nosso rio?

Faço a última pergunta: e o assoreamento que o rio poderá receber de Santo Amaro a Palhoça em decorrência das obras na cabeceira, há algum estudo sobre isso?

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concedo a palavra ao senhor Antônio Carlos Pinto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PINTO - Senhor deputado e demais autoridades da mesa, eu sou do Rio Grande do Sul, da cidade de Bento Gonçalves, onde tenho uma empresa de *rafting*.

Não acreditem no que eles estão falando, por favor. Nós fomos ludibriados lá. Vocês viram aquela coisa seca lá? Sabem o que eles fizeram conosco? Pagaram a nossas empresas de *rafting* para tirar os peixes dos buraquinhos, porque iam morrer sem oxigênio. Sabem quantos quilômetros... O mesmo duto que eles vão colocar aqui, eles vão colocar lá, e mentiram descaradamente. Todas as promessas que uma mulher recebe de um homem quando está a fim de pegá-la, disseram para nós (*risos*). Foi descarado! Descarado! (Palmas) Vocês não têm noção... Nem que eu tivesse duas, três, quatro ou vinte e quatro horas, eu conseguiria contar o tamanho da prostituição que fizeram conosco! Eu me sinto uma mulher traída, rasgada, estraçalhada! Vocês não têm noção! O rio, aquilo seco que vocês viram ali, os peixes... O Ibama não deixa a minha empresa colocar quinze pessoas na mata para caminhar, diz que causa impacto ambiental, mas os caras matam dez quilômetros de rio! Eu não estou preocupado com o *rafting*, não, porque as empresas têm muito dinheiro e vão nos indenizar. Eles estão pouco se importando comigo, com a minha empresa, com dez botes, ou que ela vale R\$ 500 mil. Eles vão me dar dinheiro, mas a vida dos meus filhos e as coisas que virão pela frente eles não têm como pagar. Indenização nenhuma paga o meu bem-estar e o ar que eu respiro!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Gert Schinke.

O SR. GERT SCHINKE - Boa-noite, pessoal.

Eu sou florianopolitano. Em primeiro lugar, vou dizer para vocês que sou um cidadão muito mesquinho, mas mesquinho mesmo, porque estou preocupado que vocês cuidem muito da água que chega todo dia lá em Florianópolis. Se vocês não cuidarem dessa água, não virei aqui sozinho na próxima vez, vou trazer a metade de Florianópolis para cobrar de vocês pela barbaridade que permitiram fazer, a destruição desse rio!

Eu vou esclarecer duas dúvidas que este panfleto aqui coloca. Primeiro, ele diz o seguinte: "Por que então a gente encontra PCHs em Santo Amaro?" Bom, eu me coloco nos dois grupos. Eu sou da minoria barulhenta e da maioria honesta! (Palmas) Eu sou da minoria barulhenta e da maioria honesta, porque aquele panfleto está me chamando de desonesto, está chamando todo mundo aqui de desonesto, e honestidade intelectual tem lugar no meio técnico, no meio acadêmico, em todo lugar, no meio político também! Temos que começar a fazer política com "P" maiúsculo, com honestidade, não com mentiras deslavadas, como esse panfleto apresenta!

A segunda dúvida: quem é contra as PCHs? Quem é contra a Constituição brasileira?

Pelo amor de Deus, eu não sou contra a Constituição, deputado! Eu sou a favor da Constituição e muito a favor de que ela seja cumprida a todo minuto, a todo segundo! (Palmas) Eu defendo a Constituição e não quero papel rasgado!

A terceira dúvida que eu quero trazer para contribuir com a nossa discussão aqui é dizer que esse lero-lero de que o Brasil precisa de mais energia porque senão vamos morrer amanhã é uma falácia, é uma mentira! O Brasil tem que economizar energia! Antes de se pensar em fazer outra hidrelétrica, tem que se poupar energia! (Palmas)

Isso só interessa, deputado, ao *lobby* das construtoras. Quem mama nessa teta é que tem interesse que faça hidrelétrica eternamente!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARTINS (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor José Martins.

O SR. JOSÉ MARTINS - Eu sou filho de Bom Jesus e estou reparando que com as duas hidrelétricas os únicos beneficiados serão de Bom Jesus, porque não tem ninguém aqui de Bom Jesus, ali do rio Forquilha Norte. Não tem ninguém aqui!

Eu acho que o senhor Hélio lembra: eu estive com o senhor lá em cima uma vez para ver essa possibilidade. Eu levei o senhor lá, e acho que o pessoal de lá iria ser beneficiado.

Agora eu quero perguntar para o senhor Hélio: a estrada para ir para o Canto do Schulzw iria passar por Bom Jesus ou pela fazenda que o senhor (*ininteligível*) mantém as estradas, porque nós, para irmos para esse Canto do Schulzw, não temos mais estrada. Dizem que se o homem desaparece, a natureza agradece. E lá em Bom Jesus está sendo assim. Eu acho que não tem ninguém de Bom Jesus aqui, né? Eu nasci lá, não moro mais, mas eu me inscrevi porque amo aquilo e no dia 3 vai ter festa. O lugar está lá, tem bastante água, a Casan não esteve lá, está apenas colocando postes - a gente não sabe quem da Casan, mas estão colocando postes.

E eu sou da opinião que se descarte a hidrelétrica de Caldas, dos fundos para baixo, mas a nossa, se não aterrorizar o nosso terreno todo, a herança que tinha lá... Eu sou de opinião, não sou (*ininteligível*). Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Temos inscritos o Antônio Carlos Beaumord, a Sandra Eliane Michel, o Lúcio Dias da Silva Filho e o Hélio João Machado. Só não sei se o Hélio vai manter a inscrição, porque depois vamos dar tempo para os dois setores responderem.

Com a palavra o senhor Antônio Carlos Beaumord.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BEAUMORD - Senhor presidente, é só uma questão de ordem.

A primeira dúvida seria para o Luiz Garcia Correa, e por isso gostaria de um esclarecimento. No início da sua fala você fez uma recapitulação do histórico do processo, que se iniciou com sete, mas parece-me que você disse que atualmente seriam cinco. Mas depois eu ouvi, tanto na fala do empreendedor como na do consultor, que seriam seis.

Então eu gostaria de ter essa clareza, saber de fato quais são as cinco e qual a sexta que foi excluída, se for esse o caso. Portanto, seria uma pergunta dirigida ao órgão licenciador.

Para os consultores, eu teria uma pergunta técnica e uma refletiva. A primeira: quais foram os métodos para a determinação ou não de endemismos na região, não só aqueles que foram citados, da ictiofauna, mas os demais grupos, tanto da fauna terrestre como da fauna aquática e também da flora. Nós tivemos um problema similar em Salto Pilão e acho que esses ambientes reproduzem condições propícias a endemismos. Então a gente corre um sério risco nessa abordagem.

A segunda pergunta seria para reflexão. Por tudo que foi colocado aqui, para mim ainda tem uma dúvida: seria o *rafting* o único conflito?

Seriam essas as colocações. Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Antônio Carlos.

Com a palavra a senhora Sandra Eliane Michel.

A SRA. SANDRA ELIANE MICHEL - Boa-noite a todos os componentes da mesa, boa-noite a todos os presentes.

Eu tenho uma pergunta bem rápida e prática. Como o nosso movimento está sendo considerado um grupo de "ecochatos" e radicais, eu, como "ecochata", fui direto a um aspecto que me chamou muito a atenção nesse manifesto entregue hoje - e gostaria, sinceramente, que me tirassem essa dúvida. O manifesto prevê que serão criados milhares de empregos. Muito bem! Eu tenho aqui... Como não foi pedido sigilo, é possível acessar informações precisas contidas no projeto. E o projeto estabelece, no item 7.25, segundo o abordado no impacto, o aumento de oferta de empregos... serão setenta empregos diretos.

Eu gostaria imensamente que me esclarecessem de onde virá essa criação de milhares de empregos, pois não consta no projeto.

Muito obrigada e uma boa-noite (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Lúcio Dias da Silva Filho.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Eu estou aqui pelo Instituto Ilha Verde, pela Associação Amigos do Parque da Luz, que é uma associação ambientalista e protetora de patrimônios da natureza, da cultura e paisagísticos, e também estou representando... E vou ler a carta da Federação das Entidades Ecologistas Catarinense (Feec) dirigida ao Ibama, à Fatma, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Santa Catarina e ao Ministério das Cidades.

(*Passa a ler*.)

"A Federação das Entidades Ecologistas Catarinense - FEEC, vem por meio deste, manifestar publicamente seu posicionamento quanto ao projeto de implantação de 6 Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs - na bacia do Rio Cubatão, na região de Santo Amaro da Imperatriz/SC, na grande Florianópolis.

O rio Cubatão, além de ser o maior manancial de abastecimento de água da grande Florianópolis, é também um dos maiores recursos na região para o turismo ecológico, *rafting*, entre outras atividades geradoras de emprego e renda. Considerando a falta de Estudos de Impacto Ambiental para um tão grande número de centrais elétricas na mesma bacia hidrográfica, a FEEC ratifica a iniciativa do Governo Municipal de Santo Amaro da Imperatriz que sancionou a Lei municipal 1.898 de 30/06/2008, que proíbe a implantação das PCHs em seu território." (*Cópia fiel*.)

Aliás, eu gostaria de dizer que essa iniciativa de Santo Amaro de sancionar essa lei demonstra uma atitude de prevenção à implantação desses projetos, uma atitude correta tanto da Câmara de Vereadores como do prefeito. E nós entendemos também que assim como Águas Mornas, que segundo o senhor prefeito falou está em estudo o plano diretor, Santo Amaro também deveria ter o seu estudo de plano diretor, principalmente o plano diretor voltado ao turismo, e que antes que estejam prontos esses planos diretores esse tipo de empreendimento jamais possa ser implantado.

Essa é uma coerência com a lei federal que hoje está em vigor no Ministério das Cidades, que diz que para a implantação desse tipo de projeto, há necessidade de se ter critérios dentro do plano diretor.

(*Continua lendo*.)

"Uma simples análise preliminar e visita 'in loco' mostram o grande impacto ambiental que tal proposta poderá trazer à região (...). Desta forma, entendemos a necessidade de estudos mais profundos que comprovem que as 6 PCHs causem menor impacto do que uma única grande hidrelétrica com capacidade superior a 10MW - exigência da Resolução do CONAMA 001/86.

Portanto, solicitamos a Fatma e ao Ibama para que sejam feitos criteriosos estudos de avaliação dos impactos sinérgicos ambientais e sociais do conjunto das 6 PCHs em toda a bacia do Rio Cubatão. Durante tal estudo apelamos para que nenhuma obra seja construída ou licenciada até a obtenção dos estudos mais aprofundados destas PCHs, que atestem sua viabilidade ambiental." (*Cópia fiel*.)

Agradeço. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Eu gostaria de registrar que o Hélio Machado retirou a sua inscrição, pois depois o grupo vai poder responder, passando sua vez para a Magda Magri.

(*O senhor Augusto Eduardo Ribeiro Bueno manifesta-se fora do microfone pedindo para tirar a imagem da represa que ficou projetada na tela. Palmas*.)

Já atendemos o seu pedido.

Com a palavra a senhora Magda Magri.

A SRA. MAGDA MAGRI - Boa-noite a todos. Eu sou engenheira sanitária ambiental e química industrial e trabalho na Rede Plaza de Hotéis e na Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz.

A minha preocupação, e gostaria que o Ricardo Arcari me respondesse, é no sentido de saber se realmente foi feito algum estudo geológico para ver se essas represas vão afetar as águas termominerais de Santo Amaro.

Big, eu gostaria que a Fatma realmente nos tirasse as dúvidas, talvez numa próxima oportunidade, com técnicos, para que eles viessem nos dizer quais são os impactos que podem ser causados, porque aqui não ficou resolvido nada. Saio daqui frustrada, parece que a reunião ficou ligada ao *rafting* e às hidrelétricas, e não era isso que deveria ser feito aqui nesta reunião. Deveria ser feito um esclarecimento sobre o melhor uso dessas águas; as águas de Santo Amaro do Cubatão não vão mais abastecer Florianópolis, a Grande Florianópolis, só as águas dos Pilões.

Então, realmente é só para conversar com vocês, e eu gostaria que essa pergunta, se o estudo geológico foi feito ou não, fosse respondida.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Magda. Depois ele responde, pode ser?

A SRA. MAGDA MAGRI - O.k., obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Estamos com o nosso tempo combinado, que era 21h30min, vencido. A ideia era passar a palavra por três minutos para os técnicos - a Fatma, a SDS (do governo), o Comitê e a Socioambiental - e, depois, conceder cinco ou seis minutos para a Adiplan responder e para o Garbelotto também fazer a sua manifestação.

Então eu estou propondo que a gente conclua a nossa audiência. Vi que a questão é muito mais complexa do que se poderia imaginar, do ponto de vista de todos os interesses, de todas as consequências e de todos os estudos que precisam ser respondidos e das dúvidas que foram levantadas. Há um universo de questionamentos, de afirmações e de contra-afirmações.

Por isso penso que poderíamos dar um encaminhamento mais maduro para essa questão. Não sei se a Fatma tem respostas para tudo, se já foi analisado o projeto, como está sendo encaminhado; tem ainda todo um trâmite que está acontecendo e a gente precisaria... Eu penso que é possível, como sugestão de encaminhamento, darmos um tempo - como o Movimento, por exemplo, pediu para a Fatma algo semelhante -, a fim de que os dois grupos produzam um material melhor e mais instrumentalizado a fim de que possamos fazer um debate mais profundo sobre essas coisas. As sugestões já foram anotadas e precisam ser respondidas, porque na nossa ata vai constar todas as perguntas e todas as dúvidas levantadas, ela será um retrato fiel daquilo que foi tratado nesta reunião.

Se dermos continuidade por mais meia hora, não resolverá o problema e vamos nos cansar. Penso que seria mais interessante, como sugestão de encaminhamento, criarmos esse espaço de tempo, como o grupo pediu, para preparar um material, dos dois lados, que responda a questão.

(*O senhor Carlos Eduardo Kuhnemann manifesta-se fora do microfone. Inaudível*.)

Uma questão de ordem aqui. Apresente-se, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO KUHNEN - Boa-noite. Eu represento o ecoturismo da região através de uma empresa.

Eu acho que a comunidade não tem noção do local que vai ser atingido. É muito fácil falar que vai ter impacto, que vai ter vazão sanitária, isso e aquilo sem ter a noção do local. Nós temos um vídeo, bem objetivo e rápido, do local onde nós passamos e vamos mostrar para a comunidade a realidade, sem mentiras, sem nada! As imagens estão prontas para serem passadas e a comunidade poderá saber exatamente o que vai acontecer, o que vai secar, o que não vai secar, através da filmagem. Beleza? (*Palmas.*)

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Só por uma questão de ordem, senhor presidente.

Eu acho coerente essa proposta, porque os senhores empreendedores apresentaram o filme deles. Então, para ficar no zero a zero, eles também devem apresentar o filme.

A outra questão...

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Veja bem! Eu não quero polemizar. Nós vimos perfeitamente bem até aqui! Este é um assunto extremamente delicado, polêmico e não vai se resolver de hoje para a amanhã, nem depois de amanhã. Acho que devemos ter maturidade, bom senso e respeito por todos.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Perfeito.

A outra questão diz respeito às perguntas e às respostas que gostaríamos de ter... E eu tenho uma pergunta para fazer: os senhores têm conhecimento que a agência nacional de seguros tem um manifesto (isso eu consegui na Internet) atestando os riscos e as consequências das PCHs, aconselhando que todos os moradores do seu entorno façam seus seguros?

(*Manifestações ininteligíveis da plenária.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Todos têm interesse e isso a gente tem que levar em consideração. E é legítimo que todos tenham interesses, ninguém está aqui julgando se o interesse do *a*, do *b* ou do *c* é melhor que o do *c*, do *a* ou do *b*. Acho que a gente deveria ter isso claro.

(*Manifestação tumultuada da plenária pedindo para ser projetado o vídeo.*)

Pessoal, são 20h40min, foi dado tempo igual para as duas partes. Se eu abrir... o Hélio veio aqui e me pediu para dar...

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Ele me pediu para dar um tempo para o senhor da Rischbieter - eu não sei onde ele está... da empresa para poder falar dos estudos dele. Se eu abrir um tempo para vocês, eu sou obrigado a dar ao outro o que já neguei.

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Pessoal, vamos escutar as duas manifestações.

O SR. CARLOS EDUARDO KUHNEN - Nós, em reunião com a Fatma, tivemos conhecimento que nem eles mesmos sabiam. Eles estiveram na região. Então, se o empreendimento está conforme as questões ambientais, o que custa a comunidade ver as imagens do que vai acontecer, as imagens do que será afetado? A gente só quer mostrar o local.

O SR. LUIZ EUGÊNIO CAETANO - Presidente, uma questão de ordem.

De todo esse trabalho que foi feito aqui, houve diversos questionamentos que foram registrados pelos taquígrafos da Casa. E se com esses questionamentos a Comissão elaborasse um documento, de igual teor para as duas partes, para que, munidas desses questionamentos, as duas partes respondessem?

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - O que vai acontecer? Será disponibilizada cópia da ata dessa reunião para quem quiser e o Newton está me lembrando que também estará disponibilizada no site da Assembléia.

A idéia era que os órgãos governamentais responderiam as questões abordadas aqui, em três minutos, e depois concederíamos aos dois seis minutos.

(*Manifestação da plenária. Ininteligível.*)

Pessoal, então vou ter que dar espaço para o outro. Não tem...

(*Manifestação tumultuada da plenária pedindo para ser projetado o vídeo.*)

Com sinceridade, eu acho que...

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Pessoal, o tempo foi dado igual.

(*Manifestação tumultuada da plenária pedindo para ser projetado o vídeo.*)

Então eu vou dar um tempo para a empresa...

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Vocês vão me desculpar! Nós fizemos um encaminhamento no início da audiência, estamos aqui, somos adultos, maduros e não vejo problema, só que eu tenho que dar espaço também para o outro...

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Consciente que não vai resolver o nosso problema, não é? De qualquer forma...

(*Manifestação tumultuada da plenária. Ininteligível.*)

Nós estamos aqui nos entendendo, vamos manter o que a gente teve até agora. Então depois se dará os três minutos para o pessoal responder. É isso? E depois há a idéia de um prazo para que cada grupo possa apresentar os questionamentos tirados. É isso? Então, o prazo do vídeo de dez minutos...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Então vou passar a palavra à Fatma para que responda aos questionamentos que lhe foram feitos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - Respondendo à indagação do professor Antônio Carlos, das sete PCHs originais, seis foram apresentadas, e a PCH Canto dos Schultz não foi licenciada na licença ambiental prévia. As demais, Antônio Munhoz Bonilha, João Elói, Santo Amaro, Caldas do Norte e Sacramento, receberam a licença prévia.

Com relação à proposição que foi feita aqui sobre a apresentação e discussão dos estudos ambientais, nós poderíamos fazer uma proposta nos moldes que fazemos quando da apresentação dos EIAs/Rimas. Nós temos um rito, um procedimento que adotamos no Estado todo, que se divide em duas etapas: a primeira parte diz respeito à apresentação do projeto e a apresentação do estudo ambiental; faz-se uma pequena pausa e entramos na segunda parte, a dos debates.

Eu tenho plena certeza que em função talvez desta audiência ter sido marcada um pouco em cima da hora, não houve tempo necessário para se preparar a fim de fazer a apresentação dos estudos ambientais. Via de regra, a apresentação de um estudo ambiental desses leva de quarenta minutos a uma hora, com todo o rol dos impactos ambientais decorrentes das instalações desse tipo de empreendimento.

Então, a proposta da Fatma é a seguinte: estamos abertos a coordenar, junto com a Assembléia Legislativa, a apresentação dos estudos ambientais dentro dos moldes que a Fatma sempre faz; com a participação do público no debate, da empresa de consultoria, em conjunto com o proponente do projeto, faz-se a apresentação do projeto e dos estudos ambientais.

Eu acho que a Assembléia Legislativa, que vem coordenando os trabalhos, depois pode entrar em contato, num entendimento conosco e junto com os empreendedores e com as empresas de consultoria, para agendarmos uma próxima reunião especificamente para essa discussão, porque nós entendemos que ela vale. Hoje, logicamente, a discussão ficou muito centrada no conflito do uso do recurso hídrico, mas há questões extremamente importantes aqui - não sei se o Ricardo vai poder respondê-las agora -, como essa dúvida que se tem em relação ao uso futuro dessa água termal.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado. Passo a palavra agora para o Luiz Gonzaga dos Santos, que vai responder uma questão que lhe foi perguntada.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL LUIZ GONZAGA DOS SANTOS (Santo Amaro da Imperatriz/SC) - Eu quero registrar a presença do presidente da Defesa Civil de Santo Amaro da Imperatriz, cabo Rodrigues, que é um grande parceiro nosso quando há enchente no município.

Em relação à lei municipal, até que provem o contrário... O senhor da imprensa que me perguntou, a cópia está aqui, caso o senhor queira levar.

Quanto à questão do Parque, ele volta ao Estado, porque a delegação de gerenciamento hoje é da Fatma, e tem uma procuradoria especial - acredito que ainda seja com o doutor José Eduardo Cardoso -, que estará trabalhando amanhã e sexta-feira lá no hotel Canto da Ilha para discutirmos a questão do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Como o Parque é de gerência do Estado, o município fica de fora, ele tem apenas uma cadeira no grupo de trabalho e decisão.

Quanto à bacia hidrográfica, nós protocolamos na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável o plano de bacia, que vai apontar tecnicamente as questões de desenvolvimento. Então o que eu peço, também em nome do Comitê, é que se aguarde o desenvolvimento do plano de bacia.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Passo a palavra para a vereadora Isolete dos Santos, aqui de Santo Amaro.

A SRA. VEREADORA ISOLETE DOS SANTOS (Santo Amaro da Imperatriz/SC) - Só para responder ao questionamento feito sobre a Câmara de Vereadores.

Nós estamos em período eleitoral e fica até meio complicado falar nas leis aprovadas ou não na Câmara. Mas eu posso dizer que esta vereadora que vos fala não aprovou o contrato da Casan, fomos contrários exatamente pela sugestão da implantação de uma hidrelétrica. Felizmente tem uma lei, que é possível de ser questionada, mas não por leis estaduais e, sim, por leis federais; é uma lei do município e nós, vereadores, estamos lá para responder o que a população nos pede, e a população nos pediu que proibíssemos a instalação em função do que já se conhecia dos problemas que traria uma PCH ao município.

Hoje, aqui nesta audiência, a gente está mais para ouvir, e concordo com a Magda, pois gostaria de ouvir mais dados técnicos sobre as duas questões, tanto da PCH como dos impactos ambientais que serão causados ao nosso município. Acho que hoje nós não deveríamos pensar em responder sobre duas questões, a atividade de *rafting* e a atividade de PCH, porque são empreendimentos. Nós temos que pensar no município, no impacto ambiental para o ser humano, para o morador de Santo Amaro, de Palhoça, de Florianópolis, da Grande Florianópolis (*palmas*). O nosso município já tem 63% de preservação, e o que nós vamos precisar preservar mais com a PCH?

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, vereadora.

Eu concedo a palavra ao Flávio Victoria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável.

O SR. FLÁVIO FRENE BREA VICTORIA - Eu gostaria de dizer rapidamente que apesar do calor da discussão, eu acho que é neste fórum que nós vamos passar a construir uma atuação mais competente, inclusive com subsídio técnico mais adequado, mas não dizendo coisas que, às vezes, não correspondem à realidade.

Essa idéia de uma nova reunião mais técnica, com mais subsídios, com questões sendo respondidas a partir do que for registrado pelos nossos taquígrafos, é um encaminhamento extremamente recomendado para que a gente consiga avançar numa decisão mais qualificada para essa questão.

Em relação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, nós temos mecanismos, como a gente já falou, no que compete à Secretaria, para fazer a análise de usos múltiplos, inclusive a consideração da vazão cênica em alguns trechos de rio para que atividades importantes ou que questões da natureza afetadas possam ser evitadas, mesmo nos trechos dessecados, e não somente a vazão ecológica.

Também nos preocupam - e esse amadurecimento da discussão certamente pode levar a isso - essas questões de riscos de estrutura. Essa é uma bacia complicada em termos de hidrologia e certamente que deve haver uma preocupação da construtora em relação a isso, mas é uma preocupação nossa também. E também mecanismos como gestão da operação integrada, como rampa de passagem de barcos e outros, usando tecnologias seguras e amigáveis ao ambiente.

Então, em diversas questões a gente pode avançar, mas é justamente com subsídio técnico mais qualificado que nós vamos conseguir fazer isso.

Obrigado.

(A senhora Jaqueline Sturm manifesta-se fora do microfone: "Devido à polêmica toda, não seria interessante pedir o EIA/Rima englobando as seis PCHs?")

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Vamos fazer o encaminhamento logo em seguida.

(A senhora Jaqueline Sturm manifesta-se fora do microfone agradecendo.)

Temos agora a manifestação da Socioambiental, por até três minutos.

O SR. RICARDO ARCARI - Eu vou voltar à questão colocada pelo Luiz Antônio. A melhor prática que a gente tem para eventos como esse é aquela que normalmente é feita em audiências públicas para o EIA-Rima, ou seja, uma apresentação do empreendimento, como foi feita aqui, depois é feita uma com quase o dobro do tempo para se explicar o Estudo de Impacto Ambiental, e a partir daí passa-se às inscrições, como vocês fizeram aqui, mas com as respostas sendo dadas na sequência.

Eu, realmente, me perdi. Eu anotei umas quatro, cinco questões, sobre as quais eu vou tentar agora, em um minuto e meio, falar alguma coisa.

Foi perguntado se haveria impacto somente no *rafting*. Não! Quando eu fiz a minha falação, eu coloquei que talvez o principal impacto que a equipe técnica detectou fosse o conflito de uso com o *rafting*. A vazão remanescente não tem condições da prática do *rafting* na situação atual, o que exigiria, portanto, negociações, um termo de ajuste de conduta, assim como existem em alguns outros locais, para se chegar a uma possibilidade de acordo.

Foram propostos ali alguns horários, algumas horas durante o verão, durante a alta e a baixa temporada, mas sem querer esgotar o assunto. A proposta foi para iniciar um processo de negociação. O que a gente percebe é que pelo clima do momento às vezes tem que ser dado um tempo para que todos comecem a entender, verificar se é possível, se tem possibilidade ou não, tentar ver se acha alguma coisa. No momento atual, a gente tem visto que não tem muito clima ainda. Dentro de um processo de entendermos os conflitos, sempre tem um momento de ápice, de não se querer discutir, mas passando o tempo as coisas começam a ficar mais claras e é possível sentar e começar a negociar.

Nós tivemos uns exemplos, a gente foi atrás também... A idéia da empresa de consultoria é tentar dar mostra de algumas situações que acontecem em outros Estados, em outros países, para que se veja se há viabilidade de implantar ou não. E para isso fomos buscar algumas experiências até na França, onde existe, historicamente, um conflito de uso com os comitês de bacia pela prática da canoagem e do *rafting*, e se existem algumas soluções as quais poderíamos pensar em utilizar aqui. Longe de querermos mostrar aqui algumas soluções ou mostrar um livretinho, como eu tenho aqui, e dizer que a solução está aqui. Longe disso! Mas é o início para a gente começar uma discussão.

Uma outra questão é sobre a água termal, que eu acho que é um ponto interessante. Em função de a gente ter sido chamado aqui meio em cima da hora, não conseguimos mobilizar o geólogo, que poderia dar uma explicação muito melhor para vocês, mas eu vou fazer uma analogia com outro caso que eu já comentei na reunião que tivemos em abril deste ano, que foi contestada por ser uma situação um pouquinho diferente, mas só para vocês terem uma idéia.

Em 1992, 1993, havia um grande estudo nessa área que era feito lá em Goiás, em Caldas Novas, com a construção de algumas usinas do Complexo Corumbá. Lá, com todo aquele hidrotermalismo existente, tendo bem mais desenvolvido a hotelaria, o turismo do que aqui, tinha uma grande discussão sobre o que iria causar a construção dessas hidrelétricas e a conseqüente formação desse reservatório. Para isso foi contratado um eminente consultor, que fez estudos de vários anos e chegou à conclusão dos problemas existentes lá e eles acabaram encontrando a solução.

Quando foram construídas as usinas de Itá, de Machadinho e de Barra Grande, aqui no nosso rio Uruguai, o Ibama solicitou à Tractebel - na época, principalmente para Itá e Machadinho - que trouxesse esse consultor para dar um parecer sobre esses casos.

Lá no município de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul - também temos uma situação em Piratuba -, nós temos um poço termal dentro do lago. Foram feitos estudos lá; é a Socioambiental que faz os estudos de hidrotermalismo em Foz do Chapecó, em Itá, em Machadinho e em Barra Grande que dá aproximadamente 350 quilômetros, 400 quilômetros de rio, em que se estuda especificamente o hidrotermalismo ou as influências que isso poderia dar para o turismo da região.

Concluindo, e respondendo ao questionamento, é que a posição do consultor que trabalha com a gente, que fez esses trabalhos em Corumbá, com relação ao impacto causado aqui, é que ele é insignificante.

(Manifestação da plenária.)

Eu sinto decepção, mas diante do apelo de vocês... Eu acho que a gente tem que ter claro...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Os três minutos acabaram!")

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - De fato, o tempo dele acabou, mas ele me pediu para responder essa questão considerada importante, levantada aqui pela Magda, se não me enganar, e nós concordamos.

O SR. RICARDO ARCARI - Só mais um minuto e eu finalizo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Conclua.

O SR. RICARDO ARCARI - Então, com relação à posição desse técnico eminente, foi de que não havia nenhum problema. O que a gente pode fazer?

Como vocês colocaram várias vezes, e a gente tem acompanhado nas faixas, na Internet, no jornal... se há em vocês uma preocupação evidente, clara, de que isso pode causar alguma ameaça, então vamos dar uma olhada um pouco melhor, vamos trazer esse consultor aqui e tentar resolver, porque a idéia é resolver o problema. Não queremos dizer: olha, os estudos apontaram que não. Tem dúvida? Vamos trazer aqui, vamos conversar, vamos confrontar estudos e sanar... Essa é a solução que a gente tem para não ficarem esses monstros, essas dúvidas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Vou dar uns cinco minutos, em torno disso, para o Garbelotto concluir, e depois para a Adiplan.

Eu queria sugerir como encaminhamento... antes eu havia falado de uma audiência pública mais adiante, mas acho que o ideal é fazermos... Eu queria solicitar à Fatma que capitaneasse, e nós seríamos parceiros, ajudariamos, e o Comitê da Bacia também, a realização de uma reunião técnico-informativa, conforme prevê a legislação, visando informar e esclarecer as dúvidas para toda a população. Isso seria feito após esse prazo dado, lá para outubro ou novembro, quando se faria essa reunião, com esse caráter, quando se tiraria alguns encaminhamentos de caráter mais oficial.

Eu queria saber se o grupo que ainda permanece na nossa reunião entende que esse é um bom encaminhamento.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Parece-nos ser conveniente sairmos daqui com a data da próxima audiência, para que não se limite a uma, pois a gravidade e a complexidade do assunto requerem várias audiências.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Sim.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - E que tanto a Fatma como a SDS, pois tenho certeza que os técnicos estão atentos a isso, pois a Fatma é a Fundação do Meio Ambiente, ou seja, prevê outras tecnologias, fomenta outras tecnologias - parece-me que as verbas são dirigidas para esse tipo de atividade - que não só hidrelétrica, assim como a SDS tem direcionado recursos do BNDS e do Banco Internacional para o desenvolvimento sustentável. Então que se proceda, ao pé da letra, a estudos de outras alternativas além dessa.

A Comissão aqui está analisando a questão do prazo, mas o que vocês entendem como necessário: sair daqui com a data da próxima audiência? Qual seria...

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

Essa audiência seria o quanto antes. E sustaríamos, nesse interim, desses noventa dias das audiências, os licenciamentos. Não tem sentido licenciar antes dos estudos estarem concluídos. Não tem sentido, é incoerente!

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A Fatma vai licenciar só depois de um conjunto de trâmites e de normas, conforme prevê a legislação.

Eu estou propondo que a gente faça uma reunião técnico-informativa, conforme a legislação prevê, mas que isso seja puxado pela Fatma, porque é atribuição deles. Então nós não podemos agendar aqui o dia, porque é uma sugestão e ele vai levar à Fatma, mas o Comitê e a Assembléia vão acompanhar e depois divulgaremos a data. O indicativo da sua realização seria outubro ou novembro, porque tem o prazo que já foi determinado, dada essa moratória, mas está dentro desse prazo.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO - Só uma questão de ordem. Eu quero apenas entender como é essa reunião técnico-informativa: o empreendedor levaria o projeto à Fatma, depois nós, a comunidade, seríamos convocados... Enfim, como seria feito isso?

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Vou devolver a palavra ao representante da Fatma para detalhar melhor essa questão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - A nossa proposição é a seguinte: encaminharemos um expediente ao empreendedor solicitando que ele disponibilize na duas prefeituras, nas suas bibliotecas, os estudos que se fazem presentes dentro da instituição. Quanto ao prazo para a comunidade (inclusive tem pessoas aqui que já obtiveram esse estudo), vamos fazer oficialmente, será de 45 dias à disposição do público para que possam olhar, tirar suas dúvidas e fazer suas indagações. Dentro de um prazo de aproximadamente 90 dias, lá pelo mês de novembro, marcaríamos essa reunião técnica, que será precedida de uma divulgação, através de faixas aqui no município, e de convite através da rádio, para que todos possam estar presentes à reunião.

O como se dará a reunião? Na primeira parte tem a apresentação do projeto, que normalmente é feita em 10 minutos, 15 minutos pelo proponente; na segunda parte teremos a apresentação dos estudos ambientais, que deverá levar aproximadamente 45 minutos; depois um intervalo de quinze minutos e aí se abre um segundo tempo para os debates, de forma organizada, tal qual aconteceu no dia de hoje. Existem regras, existe um regimento de como deve ser essa reunião técnica.

Então é isso: a participação e o debate normal em torno do assunto.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO - Só complementando para entendimento. Mas esse estudo que vocês disponibilizariam para a comunidade é o que já existe ou a empresa vai complementar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - Por ora é aquilo que existe.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO - Só o existente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - Aquilo que existe.

O que é importante aqui? Na reunião que tivemos com a comunidade houve a discussão e nós, num entendimento, colocamos noventa dias para que ela fizesse a sua avaliação técnica e nos apresentasse, sempre com o objetivo de aprimorar o processo de licenciamento. Eu, por exemplo, pelo que ouvi nesta reunião, já tenho algumas convicções, sem entrar profundamente na questão técnica de outros impactos que o projeto possa provocar. Mas alguns, para mim, já ficaram muito claros.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO - Apenas esclarecendo, até porque é uma questão de ordem: esses noventa dias estão dentro desse prazo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORREA - Sim. Estão dentro desse prazo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - No meu entendimento, a indagação feita foi esclarecida

Portanto, entendemos que a proposta foi acatada. Será levada à Fatma, vai ser disponibilizada para as prefeituras e de acordo com o regimento vamos realizar essa reunião técnico-informativa. A convocação será feita pelo Comitê, nós também ajudaremos, assim como as prefeituras. E se as empresas quiserem dar maiores esclarecimentos para as prefeituras em função das dúvidas havidas agora, elas têm liberdade para fazer. Aí o problema é com elas.

Agora passo a palavra ao Eleazar Garbelotto, para que possa fazer suas considerações finais.

O SR. ELEAZAR GARBELOTTO - Deu para termos uma visão de todo esse drama; tem cara de drama tudo isso. É bastante problemático.

Nós conseguimos mobilizar a Assembléia para realizar esta audiência pública, estamos todos aqui com uma mesma finalidade, mas o assustador é que se realmente algumas pessoas, a comunidade e algumas associações não se mobilizassem, isso não iria acontecer. Esse empreendimento iria se instalar no município porque os empreendedores e a Fatma não iriam fazer essa reunião que nós estamos fazendo aqui. Isso aqui...

(Manifestação fora do microfone informando que foi feito um abaixo-assinado pedindo a realização de uma reunião técnico-informativa e que não receberam resposta, e que por isso querem a garantia de que essa reunião vai acontecer.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - A Fatma já saiu daqui com esse compromisso. A data ficou para novembro, por conta daqueles prazos que eles falaram.

O SR. ELEAZAR GARBELOTTO - Eu só queria aqui completar a minha fala.

Quero pedir, deputado, que você leve para a Assembléia essa preocupação, assim como o amigo da SDS também, no sentido de que essas políticas de fomento, as PCHs, elas têm que ter talvez um critério um pouco melhor estudado. Existem regiões e regiões, existem bacias hidrográficas com características muito especiais, como a nossa, que têm que ter um detalhe, um estudo mais aprimorado, não uma coisa simplificada como é previsto para as PCHs. Aqui, realmente, tudo é muito complexo.

Queria também lembrar que hoje o Cubatão... No momento a Casan aumentou a captação de água do Pilões, que é um afluente do Cubatão, mas cedo ou tarde vão pegar água do Cubatão, isso é fatal, não tem como não pegar a água desse rio.

Queria agradecer pela oportunidade, espero que a gente avance e que o resultado de tudo isso seja que realmente cuidemos melhor do nosso ambiente. Estamos aqui exercitando a democracia, a cidadania, e ficou bem claro para vocês nesta audiência que a população não quer esse empreendimento, já foi feita uma lei na cidade proibindo esse empreendimento, e eu não sei o que mais tem que ser feito para vocês ouvirem, para a Fatma ouvir que esses empreendimentos não são bem-vindos aqui. A vocação desse lugar, desse rio, é outra, não é produzir energia elétrica!

Muito obrigado. (Palmas.)

(Passa para as mãos do presidente um documento.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Agora estamos com 22h10min. Eu queria passar a palavra ao Antônio Munhoz, para que faça as suas considerações finais num tempo semelhante ao do Garbelotto.

O SR. ANTÔNIO MUNHOZ - Deputado, muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria responder a questão relacionada aos empregos. Eu vejo que Santo Amaro tem um problema grave, que é o Parque do Tabuleiro, que restringe muito a cidade, ela não tem com se expandir, não tem como gerar mais empregos. Sabemos que várias residências aqui, e muitos empresários, têm problemas de energia, e as PCHs vão ser interligadas ao sistema de energia de Santo Amaro, reforçando a energia daqui. Santo Amaro só vai ter condições de crescer e de gerar empregos com novos hotéis, com indústrias, assim como fez São José, Palhoça e outras cidades aqui no entorno da Grande Florianópolis. Os hotéis são atividades turísticas e só poderão ser implantados com a disponibilidade de energia, o que hoje não temos.

Então, sobre os milhares de empregos, essa é a resposta que gostaríamos de deixar expressa na audiência de hoje.

Queria agradecer a presença de todos, a presença da Fatma, dos técnicos, sendo que muitos vieram de longe, como o Sérgio, da Rischbieter, que veio de Porto Alegre de avião para estar à disposição de todos, do Ricardo da Socioambiental, do prefeito de Águas Mornas, que está nos prestigiando, e de todos os componentes da mesa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Como já tiramos o nosso encaminhamento, vamos finalizar.

Quero agradecer a participação de todos e de todas, o nível da nossa reunião foi muito bom; agradecer à Fabiana, presidente do Sindicato, por ter cedido o espaço, a toda a equipe da Assembléia Legislativa, a todas as autoridades, à empresa, a todos os órgãos, aos movimentos, enfim, a todos que atenderam o nosso convite para estar aqui. Foi um aprendizado muito importante para todos nós, tenho certeza.

Um abraço a todos e até novembro. (Palmas.)
(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO DÉCIO GÓES

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PARA DISCUTIR SOBRE A APOSENTADORIA ESPECIAL DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2008, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DESTA CASA

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Senhoras e senhores, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, damos início à audiência pública proposta pelo deputado Sargento Amauri Soares para discutir a aposentadoria especial dos trabalhadores dos serviços de saúde.

O cerimonial convida para compor a mesa o senhor deputado Sargento Amauri Soares, autor do requerimento que ensejou a audiência pública; a senhora Edileuza Garcia Fortuna, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado e Público Estadual (SindSaúde/SC); a doutora Marta Muller, representando o Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (Cremesc); o senhor Victor Crespi, engenheiro de segurança, representando a Gerência de Saúde do Trabalhador e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde (Ceresst/SC); o senhor Marco Borges, coordenador da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (Cist) no Conselho Estadual de Santa Catarina; o senhor Mário Antônio da Silva, presidente do Sintespe; e a senhora Liliana Pischki, representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC).

Registramos a presença do senhor Valério Rodrigues, coordenador regional do SindSaúde de Joinville; e da senhora Enalda Simas Graciosa, coordenadora dos aposentados do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Comunicamos os presentes interessados em fazer uso da palavra que podem fazer sua inscrição com os servidores de apoio desta audiência.

Neste momento, o cerimonial passa a palavra ao senhor deputado Sargento Amauri Soares, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Bom-dia a todos e todas.

Definindo a dinâmica desta audiência, como de praxe, penso que devemos conceder a palavra a cada um dos membros da mesa por um tempo máximo de até dez minutos, evidentemente que aqueles que considerarem desnecessário esse tempo e falarem menos nós agradecemos, pois teremos mais tempo para debater com a plenária, e, em seguida, pela ordem de inscrição, aos demais presentes.

Inicialmente, passo a palavra à senhora Edileuza Garcia Fortuna, presidente do SindSaúde.

A SRA. EDILEUZA GARCIA FORTUNA - Bom-dia a todos os componentes da mesa.

Quero saudar também aos companheiros que vieram de Joinville, de Ibirama, de Mafra, de Lages e da Grande Florianópolis. É muito importante discutirmos a aposentadoria especial para os trabalhadores da área da saúde.

Quero, ainda, lamentar a ausência de representantes do governo do Estado que foram convidados para participar desta audiência pública. Infelizmente, mais uma vez, sentimos que esse assunto não é prioridade na pauta do governo do Estado de Santa Catarina, que já mostrou isso na semana passada, quando rejeitou a admissibilidade do projeto de emenda constitucional da aposentadoria especial dos trabalhadores da saúde.

É importante dizer que a Constituição Federal fala em aposentadoria para quem trabalha em áreas de risco, bem como que os agentes nocivos à saúde são agentes químicos, agentes físicos e agentes biológicos. E que é o risco? O risco são atividades que podem proporcionar dano, doença ou morte, e isso a gente vivencia muito bem todos os dias em nossos locais de trabalho, nos hospitais, nos ambulatórios, em todos os ambientes em que trabalhamos como profissionais de saúde. Então, na existência de um perigo, o risco não é zero, existe a possibilidade de risco - depois vocês vão entender melhor por que estou colocando o risco e o perigo nessa introdução.

Nós, trabalhadores da saúde, estamos expostos a radiações ionizantes, raios X, ultravioleta, infravermelho, microondas, laser, ruídos, vibrações, pressões anormais, bem como a temperaturas elevadas nos ambientes de esterilização e no transporte de pacientes acamados, pacientes dependentes.

A exposição à radiação ionizante pode nos afetar e afetar também os nossos familiares, ou seja, os efeitos são hereditários, e não só para quem trabalha com raios X, tomografia ou em ambientes de radioterapia, mas também em centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva e exames radiológicos, já que quando são feitos com o paciente no leito a gente também sofre os efeitos, como irritação na córnea, lesão na retina, envelhecimento prematuro da pele, câncer de pele e catarata, e as mulheres estão sujeitas a irregularidades menstruais, amenorréia e abortos espontâneos também por exposição a agentes químicos.

Várias literaturas tratam de agentes químicos e físicos, mas gostaria de falar a respeito dos agentes biológicos, aos quais nós, profissionais da saúde, estamos mais diretamente expostos: hepatite B, hepatite C e HIV. Apesar de toda a população hoje estar exposta a isso, a partir dos anos 1980 os profissionais da saúde, principalmente os que trabalham em laboratórios e em hospitais, têm risco sete vezes maior de adquirir um problema de saúde. Também podemos citar tuberculose, varicela, rubéola, influenza, todas as doenças respiratórias e doenças transmitidas através do sangue, como já foi citado, contato com a pele, escabiose e pediculose. Tudo isso que citei, a gente, como profissional da saúde, conhece de cor e salteado, todos os dias a gente vivencia isso no nosso local de trabalho.

Eu gostaria de citar, ainda, o número de afastamento de trabalhadores da saúde, que a gente pegou na Secretaria de Estado de Administração. No ano de 2007, foram 3.965 afastamentos por licença para tratamento de saúde, sendo 482 para funcionários que estão acima de 25 anos de serviço. Em primeiro lugar, estão os casos de doenças do aparelho circulatório, sendo 32% dos afastamentos para quem passou dos 25 anos de serviço, e 24% dos afastamentos se referem a transtornos mentais e comportamentais. Há outros índices que estão à disposição e que a gente pode depois colocar com mais precisão para vocês discutirem, mas isso é só para mostrar o número de afastamentos e a necessidade de se discutir uma aposentadoria especial para nós que estamos diretamente ligados à saúde.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 40, inciso I, diz que uma lei complementar poderá estabelecer exceções ao dispositivo no inciso III, a e c, no caso de exercício de atividade considerada penosa, insalubre ou perigosa; a Emenda Constitucional 20, de 1998, cita a mesma necessidade de se discutir uma lei complementar para profissionais que trabalham em áreas que prejudiquem a saúde e a integridade física; a Emenda Constitucional 45 é mais precisa, fala, nos incisos II e III, das atividades de risco - como foi visto, a gente está exposto a risco físico, químico e biológico. O inciso III diz o seguinte: "Condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física"; no artigo 30 da Constituição do Estado de Santa Catarina, os professores têm aposentadoria especial, 25 anos para mulheres e 30 anos para homens; em uma lei complementar, os policiais militares e os policiais civis têm aposentadoria também especial, 25 anos para mulheres e 30 anos para homens.

Esse projeto de emenda constitucional foi rejeitado, teve voto cabresto dos deputados da base do governo. Pela manhã, eles haviam dito "sim", admitiram na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, votaram pela admissibilidade do projeto, mas como em reunião ao meio-dia o governo Luiz Henrique disse "não", disse que não poderia, que não conhecia a situação dos trabalhadores da saúde, esses mesmos deputados, que são do PSDB, do DEM e, em especial, do PMDB, à tarde votaram contra.

Então, depois de protocolar o pedido de emenda nessa Constituição, a gente pediu uma audiência pública, que demorou mais de quatro meses para sair. Depois de ser negada a admissibilidade desse projeto, demonstrando a morosidade, a dificuldade e o descaso com o trabalhador da saúde, a gente hoje vem discutir e pedir que, novamente, esta Casa, assim como o governo do Estado, coloque na pauta do dia a nossa saúde, a necessidade de se discutir a saúde do trabalhador; discutir que precisamos de uma aposentadoria especial - a gente tem um mandado de injunção, já tem um parecer favorável para que o governo do Estado faça uma lei complementar apresentando uma aposentadoria especial para nós, trabalhadores da saúde.

Quero dizer (*chora*) que muitos trabalhadores da saúde saíram chorando na terça-feira passada, estávamos em mais de quinhentos nesta Casa legislativa, decepcionados com o voto cabresto. A gente sabia que era muito difícil passar, porque não era um projeto que vinha do governo do Estado, era um projeto proposto por esta Casa legislativa, mas, novamente, a gente vem pedir humildemente ao governo que cumpra o seu dever como Poder Executivo e faça essa lei, porque a gente está só esperando isso. A gente quer ser tratado com dignidade, quer que seja reconhecida a necessidade dos trabalhadores da área da saúde. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Quero registrar a presença da senhora Maria Cláudia dos Santos e do senhor Sebastião Amorim, representantes do Sintespe.

Com a palavra a doutora Marta Muller, por até dez minutos.

A SRA. MARTA MULLER - Eu queria cumprimentar o Sargento Amauri Soares, parabenizá-lo por essa iniciativa, e, ao mesmo tempo, lamentar a ausência de profissionais da área da saúde nesta audiência pública, e aí faço a *mea culpa*: especialmente de médicos, poucos médicos estão presentes.

Gostaria de dizer que estou aqui, com muita satisfação, representando o Conselho Regional de Medicina, que entende que é extremamente importante discutir essa questão.

O Conselho Regional de Medicina, instituído em 1957 através da Lei 3.268, tem como base a função de preservar a boa qualidade do atendimento à saúde da população, ao contrário do que muitos pensam, até os próprios médicos. Esta não é uma instituição para defender o médico em si, mas, sim, para defender a qualidade da assistência médica. O Conselho entende também que para ter uma boa assistência médica é importante que o médico esteja bem, assim como a sua equipe.

Hoje, as instituições de saúde são precárias na grande maioria das vezes; as equipes de saúde estão desmotivadas, a qualidade de saúde está aquém da necessidade, o que, conseqüentemente, leva a um atendimento àquele paciente aquém da sua necessidade.

Por isso, estamos aqui defendendo que todos os profissionais da área da saúde sejam vistos de forma especial, assim como são vistos os profissionais da área da educação e da Polícia Militar.

Nós, que trabalhamos na área da saúde, temos muitas dificuldades no trabalho em função da deficiência da própria estrutura. Muitas vezes somos médicos, assistentes sociais e enfermeiros ao mesmo tempo, participamos em todas essas áreas, porque o paciente tem uma carência muito grande, em função da estrutura de atenção à saúde.

Então, nós captamos muito além daquilo que podemos suportar, o que gera uma situação que vem em detrimento da nossa saúde, e não podemos cuidar da saúde dos outros se não tivermos saúde, e para termos saúde é preciso condições de trabalho, condições de atendimento, o que não acontece e, seguramente, não vai acontecer durante os próximos tempos na condição ideal.

O trabalhador da saúde sofre uma pressão muito grande, um estresse muito grande. Assim sendo, não consegue manter o ritmo de atendimento durante muito tempo, isso sem considerar o que a colega já falou: toda a situação de risco que corremos no exercício da nossa função, no contato com agentes nocivos, no contato com agentes químicos, o que faz com que a nossa saúde seja prejudicada.

Então, acho que essa situação precisa ser questionada, precisa ser levantada, porque não há população no mundo que seja bem atendida por um doente ou por alguém que não tenha condições de trabalho.

Como estou aqui representando o Conselho Regional de Medicina, não posso deixar de falar dos médicos, apesar de poucos médicos estarem presentes. Infelizmente, a gente tem pesquisas mostrando que, em relação à população, há um aumento no número de médicos que usam drogas antidepressivas, calmantes, enfim, para poder suportar o estresse do trabalho.

Então, tudo isso tem que ser visto, tem que ser reconhecido pelo governo que precisamos realmente de uma atenção especial, assim como os demais trabalhadores da saúde.

Mais uma vez, quero parabenizar o Sargento. Apesar de termos tido esse revés, não ter sido aprovada a emenda constitucional, não vamos desistir, vamos continuar lutando. O Conselho Regional de Medicina apóia essa idéia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Muito obrigado, doutora Marta.

Com a palavra o senhor Victor Crespi, engenheiro de segurança, neste ato representando a Gerência da Saúde do Trabalhador e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde (Cerest/SC).

O SR. VICTOR CRESPI - Eu gostaria de cumprimentar a mesa, todos os trabalhadores presentes e todos aqueles que não estão presentes mas estão botando fé na nossa luta.

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador é um organismo da Secretaria de Estado da Saúde que existe no País todo, existem o Centro estadual e alguns Centros regionais. O objetivo do Centro de Referência é atuar tanto na iniciativa privada quanto nos órgãos públicos, ou mesmo para trabalhadores sem carteira profissional assinada, sem vínculo empregatício, do ponto de vista da melhoria das condições de trabalho. Esse é o objetivo primeiro do Centro de Referência.

Uma das primeiras ações do nosso Centro estadual foi fiscalizar o Ministério Público e a segunda ação foi realizada no Tribunal Regional do Trabalho. Foi feita uma fiscalização na Secretaria de Estado da Saúde para fazer o *start*. inicial da atuação e hoje tem atuado fortemente em nível de iniciativa privada, existem alguns projetos estruturadores, vamos chamar assim.

Na área da saúde dos trabalhadores existem outros órgãos atuando em nível de serviço público, e eles podem nos dar algum alento. Acredito que a luta não termina hoje. Mesmo que se consiga isso, existem outras questões, a aposentadoria é uma delas e a melhoria das condições de trabalho é uma luta contínua, permanente. Esses outros órgãos podem ter alguma ação no serviço público. Em nível nacional, estão ocorrendo muitas mudanças, e isso é bom, como os sindicatos, em particular, mas os trabalhadores devem procurar se informar, acompanhar. Em nível de Estado, temos feito muita coisa, mas é importante o pessoal acompanhar.

Eu sou funcionário de carreira da Secretaria da Administração, tenho vinte e poucos anos de serviço público. Nos idos de 2005, acompanhei a aposentadoria especial - não sei como está hoje. Existe um tal conselho de secretários de Administração do país que estava discutindo a aposentadoria especial para o servidor público não só da saúde mas para o servidor público em geral; há também uma proposta de legislação federal, que também não sei como está hoje na área.

Essa discussão me deixou muito alegre, muito contente, porque chegou em boa hora. Muitas coisas estão acontecendo na área de saúde do trabalhador, na iniciativa privada ou em nível de legislação, unindo Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, INSS, e isso vai ter repercussão aqui no Estado.

Ao discutimos a questão da aposentadoria especial, é importante termos em mente que essa é a melhor forma de tirar precocemente as pessoas que estão expostas a riscos. A nossa Constituição é uma coisa atrasada, por isso traz mais questões do ponto de vista físico do que ideológico. Os dados que levantamos na Secretaria da Administração sobre acidente de trabalho demonstram um grande sub-registro e um grande subdiagnóstico nessa área, por isso que ainda aparece muito a questão da saúde em primeiro lugar e o perfurocortante. Isso não quer dizer que na área da educação e da segurança pública não aconteçam acidentes, também não significa que a maioria dos acidentes são esses do ponto de vista do perfurocortante, o que está demonstrado na pesquisa é que existe um subdiagnóstico, porque na hora em que você vê os dados de perícia médica, a maioria dos afastamentos acontece por doenças osteomusculares e saúde mental.

A questão da aposentadoria especial tem que ser ampliada, não pode ficar na discussão somente do ponto de vista dos riscos físicos, químicos e biológicos, há que se discutir os riscos ergonômicos. A ergonomia trata da adaptação do trabalho ao ser humano e não o contrário. Então, essas questões de LER/Dort e saúde mental têm a ver com esses riscos. Isso tem que ser trazido à pauta também, já que é uma legislação que está sendo gestada, que está sendo discutida. Acho importante trazer isso à pauta.

Para finalizar, gostaria de deixar o Centro de Referência à disposição do Sindicato dos Trabalhadores e dos demais órgãos, como a Assembléia Legislativa, para desenvolvermos algumas ações específicas, inclusive no sentido de promover debates e capacitação em torno dessa questão.

O Centro de Referência tem financiamento público. Existe dinheiro público do governo federal no Centro de Referência para que a gente possa desenvolver ações objetivas e práticas que aprofundem o conhecimento dos trabalhadores sobre essas questões.

Para finalizar, gostaria de deixar o Centro de Referência à disposição do Sindicato dos Trabalhadores, dos órgãos aqui da Assembléia Legislativa e dos deputados. A gente pode desenvolver algumas ações específicas, inclusive promover debates e capacitação em torno dessa questão.

O Centro de Referência tem financiamento público - existe dinheiro do governo federal no Centro de Referência -, portanto poderemos desenvolver ações objetivas e práticas para que os trabalhadores possam aprofundar o seu conhecimento sobre essas questões.

Eu acho que a luta, mesmo que hoje fosse aprovada a lei, não iria terminar, porque as condições de trabalho permaneceriam da forma como vocês conhecem muito melhor do que eu.

Era o que eu tinha para falar. Fico à disposição de vocês.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Muito obrigado, doutor Victor.

Com a palavra o senhor Marco Borges, coordenador da Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (Cist/SC) e também diretor do Sintufsc, Sindicato dos Trabalhadores da Ufsc.

O SR. MARCO BORGES - Bom-dia a todas e a todos. Na pessoa da Edileuza, gostaria de cumprimentar cordialmente os membros da mesa; e cumprimentando a companheira Schirlei, o faço a todos os trabalhadores e trabalhadoras que de alguma forma ficaram impossibilitados de exercer a sua profissão.

Quero registrar que através da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, que tem basicamente a sua prerrogativa consultiva para o Conselho Estadual de Saúde, estamos vivendo um momento muito rico dentro do Conselho Estadual quanto ao debate sobre a saúde do trabalhador.

Inclusive está aqui conosco a nossa companheira da CUT, Liliana, que também faz parte da Comissão e que, portanto, sabe que temos enfrentado alguns problemas de concepção, haja vista o que foi a última reunião do Conselho Estadual, quando o representante das entidades patronais da área da saúde simplesmente questionou a apresentação que a Comissão fez sobre dados defasados do período de 2007 a respeito de acidentes de trabalho ocorridos no Estado de Santa Catarina. Basicamente ficou configurado que, pelo INSS - até sentimos falta de um representante do INSS nesta mesa para fazer um debate inicial visando aprofundar essa discussão, que não é somente do Estado de Santa Catarina, ela domina todo o setor de aposentadoria especial do País - existem somente duas classes de trabalhadores: os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, na pessoa dos comerciários. E aí também nós, servidores públicos federais, estaduais e municipais, estamos embutidos nessa categoria, segundo a lógica do INSS. E as categorias profissionais da área da saúde não se restringem tão-somente a médicos e ao pessoal da enfermagem, envolve também o pessoal da psicologia, do serviço social, da fisioterapia e da nutrição.

Portanto, temos uma gama de debates a ser realizado, que se estende aquém daquilo que a gente pensa. Eu até teria várias coisas para falar, mas elenquei apenas as que me preocupam mais.

Sou servidor público federal, lotado no Hospital Universitário, trabalho no centro cirúrgico (alguns aqui já me conhecem), hoje estou na coordenação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, também sou membro da direção nacional da Fasubra (Federação das Entidades Sindicais dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e posso dizer que no âmbito do serviço público federal, nunca o servidor público sofreu, e está sofrendo, tantas ameaças como neste período que estamos vivendo.

A conjuntura, a partir da Constituição da República de 1988, está sendo basicamente retalhada. A Lei 8.112, que no seu bojo trazia uma perspectiva de defesa e uma forma transparente de ingressar no serviço público, hoje está uma verdadeira inhaca. Os servidores não conseguem ver realmente onde estão sendo valorizados.

Pasmem! Hoje as discussões em torno da fundação estatal de direito privado é uma ameaça sobre a cabeça dos trabalhadores em todo o País. Para quem não sabe o que significa, é o seguinte: se eu chegar aqui e perguntar a todos o que sabem a respeito das OSs, Oscips, com certeza (o pessoal do Hemosc e do Cepon já sabem o que é uma OS) a população só vai ficar sabendo daqui a um ano, dois anos, quando começar a sentir no bolso a cobrança por um serviço que está expresso na Constituição, que é direito de todos e dever do Estado. E nós, movimento sindical, não conseguimos nos aglutinar às forças dos movimentos sociais para fazer um embate verdadeiro contra as ameaças do governo neoliberal que tem se sustentado ao longo do tempo.

Uma discussão que levamos para dentro do serviço público federal, basicamente para a Fasubra, é sobre o que é melhor para os trabalhadores: as Cipas ou as Consats? Cipa todo mundo sabe o que significa, é Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Nós, do serviço público federal, trabalhamos na lógica da discussão da saúde do trabalhador dentro das comissões por local de trabalho. E isso, chefe, patrão não quer saber, muito menos o governo. Então nós temos que brigar por comissões locais de saúde do trabalho que visem não só a prevenção de acidentes, mas também a discussão ampla do direito do trabalhador. Discutindo, inclusive, uma coisa que está embutida na aposentadoria, que não nos é computada, principalmente para os trabalhadores da saúde, que é a violência nas relações de trabalho, muitas vezes promovida (acho muito importante e agradeço a presença do Cremesc aqui) pelo profissional médico, quando ele é chefe de sessão, quando é o líder da equipe de saúde por unidade de referência. Sinto falta aqui dos companheiros do Sindicato dos Médicos, que dentro do Conselho Estadual têm feito um papel bastante importante no embate.

Chamo a atenção, inclusive como crítica, dos trabalhadores, para que ocupemos de fato o nosso espaço. A mesa de negociação permanente do SUS com o Conselho Estadual de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde está uma vergonha. Precisamos realmente fazer com que ela funcione e traga de fato execução para nós, trabalhadores. Somos nós que produzimos a riqueza e o atendimento à população. Não vamos ficar pedindo nada, temos que exigir. O movimento sindical tem que ser mais ousado, tem que propor mais em vez de somente criticar. Devemos compor as comissões, ocupar os nossos espaços enquanto trabalhadores, para que não sejamos aliados de nenhum direito.

Outra questão que preocupa muito os servidores da saúde, que não está no bojo da discussão do governo federal, é o índice técnico de pessoal: qual o índice hoje estabelecido como critério técnico para que um profissional realmente trabalhe com qualidade, sem estresse, sem se submeter a riscos, quaisquer que sejam, ergonômicos, ou o que for, pelo seu local de trabalho?

Hoje, em UTI, sabemos que é necessário um trabalhador para 3,7 pacientes, se não me engano. E o resto? Como nós estamos trabalhando? No HU (Hospital Universitário) tivemos situação em que três servidores (dois técnicos e uma enfermeira) atendiam trinta pacientes internados. Como é isso, pessoal? E a gente não faz nada?!

A questão, por exemplo, do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - que o IBGE e o próprio governo federal utilizam para fazer a média aritmética do fator previdenciário para nós. Como é isso, pessoal? O trabalhador, quando vai se aposentar, perde em torno de 30% a 35% dos seus vencimentos - isso colocando por baixo. Se entrarmos em detalhes, teríamos seminários a respeito disso.

A subnotificação dos agravos de acidentes de trabalho no Estado é uma vergonha. Vou falar somente sobre três coisas que acontecem no Estado: trabalhadores da metalurgia, que usam metais; trabalhadores da indústria de tecidos e de couro, que usam solventes; e trabalhadores rurais, que usam agrotóxicos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada caso notificado há cinquenta subnotificados que o governo ou quem quer que seja não quer nem tomar conhecimento, alija esse debate. Qual é o debate que temos enquanto trabalhadores? Hoje, um grande número de pessoas vem do interior, com alto índice de câncer pelo uso de agrotóxico, e qual é a política que temos no Estado? É pífia.

Quero chamar a atenção basicamente sobre um ponto que nos amedronta como servidor público, até para finalizar. Eu queria falar menos, mas não dá. O Sias (Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor), antigamente chamado de Sisosp (Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil da União), produzido como proposta pelo Ministério do Planejamento, vai cair como uma espada, primeiro, sobre os servidores públicos federais, depois em forma de cascata aos estaduais e municipais. Esse sistema, basicamente, coloca a saúde do trabalhador, na lógica dos tecnocratas dentro do Ministério, contra o que nós queremos discutir nas comissões por local de trabalho, que não é a Cipa, porque Cipa é outra questão e, na minha modesta maneira de ver, está fora do contexto.

Precisamos reformular esse debate. E aí muitos companheiros da Central e da executiva nacional, com quem já tivemos a oportunidade de partilhar esse debate, têm o entendimento de lutarmos pela instalação de comissões por local de trabalho.

Por ora, fico por aqui. Ainda há muitas coisas e espero que tenhamos um debate rico. Perdoem-me ter ultrapassado o tempo, mas a gente entende que o debate só está começando.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Com a palavra o senhor Mário Antônio da Silva, presidente do Sintespe.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Bom-dia a todos os trabalhadores da saúde.

Inicialmente cumprimento o presidente da mesa, deputado Sargento Amauri Soares, e parabeno-o por esta audiência, este é um espaço que precisamos garimpar cada vez mais. Cumprimento a companheira Edileuza, presidente do Sindicato da Saúde; os demais companheiros da mesa; os representantes do Sintespe; a direção do Sindicato da Saúde; e a companheira Liliana, da CUT.

Este é um tema que precisamos exercitar diariamente no nosso trabalho e no Estado, no Estado de direito também, mas, antes disso, eu gostaria de trazer aqui uma reflexão e uma indignação diante do que vimos nos jornais do Estado ontem pela manhã, que eu colocaria como mais um dia de luto para Santa Catarina: o governo entregou o Hospital Infantil de Joinville para uma organização social. É mais um dia de luta e luto contra essa prática, a exemplo do que já houve com o Hemosc, o Cepon e o Iprev, que era a nossa aposentadoria pública e solidária que esta Casa nos tirou no mês de julho.

Portanto, existem leques e leques de direitos sendo ceifados no dia-a-dia da nossa vida funcional. Por isso não podemos deixar como está. Precisamos fazer uma grande reflexão em razão não só das mobilizações, da organização e da solidariedade, porque precisamos manter e ampliar esses direitos, mas principalmente no que diz respeito à aposentadoria dos trabalhadores da saúde, uma luta que vem desde a época da CLT (quem era celetista tinha esse direito).

Entrou o estatuto em 1988, morreu a aposentadoria especial. Como pode isso? Será que a função, a atuação ou o desempenho do trabalhador da iniciativa privada é diferente dentro de um órgão de saúde, a exemplo do pessoal da saúde do Estado, do município ou da área federal? A bem da verdade, o que falta é vontade política de Estado. Inclusive queria lembrar que a partir de 1994, em Santa Catarina, o governo criou a aposentadoria especial para o pessoal que trabalha em raio-X nos hospitais do Estado, e por que não estendeu a todos os servidores da saúde do Estado?

Na seqüência, veio a aposentadoria. Vejam o que acontece: o trabalhador do Deinfra, aquele que está lá na ponta, na função-fim, correndo todos os riscos com agentes químicos, enfrentando variadas situações no trabalho, não tem aposentadoria; os engenheiros que trabalham no mesmo órgão, antigo DER, uma categoria corporativa que se une para buscar os seus direitos (quem sabe isso falta para nós, a unificação das nossas lutas), através do projeto para esse trabalhador, que fica no escritório, no ar-condicionado e com café, eles conseguiram aposentadoria especial. Vejam bem como é a política de governo, a política de benefícios.

Portanto, existem esses emaranhados de direitos que precisamos de uma vez por todas dar um basta, é preciso a igualdade desses direitos. Por que uma categoria de engenheiros do Estado (quinhentos trabalhadores) conseguiu uma aposentadoria especial e a área da saúde, com quinze mil trabalhadores, não consegue? Quem sabe está faltando um entendimento nosso para buscar esse direito e fazer valer a nossa força. Para esses agentes políticos que estão aí, temos que falar a língua deles, que é a urna, é a eleição, aí eles vão entender o recado.

Uma outra luta antiga é a da segurança pública, da qual fazemos parte. Conseguimos uma aposentadoria para o sistema prisional - agentes e monitores -, que também alcançou a Polícia Civil e a Polícia Militar feminina, que não tinham até então. Essa aposentadoria especial, a exemplo dos engenheiros e também do pessoal do raio-X, foi feita com base em uma regulamentação estadual, em cima da Constituição Federal. Portanto, o governo do Estado tem a prerrogativa, não precisa nem fazer emenda constitucional para estender aos demais trabalhadores da saúde. Por que ele não faz isso?

Aí nós precisamos colocar o dedo na ferida e nos perguntar: que tipo de Estado queremos, que tipo de Estado vigora hoje, que governo temos e que governo queremos? Para quem trabalha esse governo? No primeiro mandato, deu as cartas, então por que veio para um segundo mandato? Para tirar direitos, para cada vez mais aprofundar as desigualdades do Estado, aprofundar a retirada de direitos. É isso o que está acontecendo.

A iniciativa do deputado Soares é nobre e precisa ser apoiada em todos os sentidos. Nós temos a clareza de que precisamos estender essa luta, Soares, com a Edileuza, dentro do Sindicato da Saúde, e com o Sintespe, que tem a base estadual na saúde e que tem um grande corpo funcional também filiado, e fazer esse debate para levar a todos os cantos do Estado essa mobilização. Nós precisamos dar resposta a esse Estado.

No final de semana eu estava lendo uma crônica a respeito da política deste Estado. Hoje o governo do Estado tem um exército de deputados, mais de duzentos municípios na sua mão, de um total de 290, dentro da articulação da tríplice aliança. Ele tem, de certa forma, o Judiciário fazendo as concessões que interessam ao governo. Então nós precisamos fazer uma leitura profunda desse Estado, que hoje não nos interessa, muito menos à sociedade, que vai pagar por todos os serviços públicos que estão sendo privatizados. Nós não podemos ficar calados diante disso.

Pela função que vocês exercem, a aposentadoria é mais do que meritória. Hoje ela é um direito relacionado ao contexto dos trabalhadores. Saindo de casa, nós devemos ter direito à aposentadoria especial, por quê? A ausência de políticas públicas na segurança nos remete a uma situação de assalto, de seqüestro relâmpago... e isso não é insalubre, não é risco? São situações permanentes em nosso dia-a-dia, e imaginem dentro de um hospital, em que companheiros que trabalham em laboratórios estão diretamente ligados a agentes insalubres e a riscos de diferentes situações.

Portanto, este debate precisa ser alimentado e fomentado muito mais ainda porque precisamos fazer a categoria entender que essa discussão precisa chegar a todos. Temos quinze mil trabalhadores da saúde, este auditório tem espaço para quinhentas pessoas, e não está lotado. Parece-me que existe também uma alienação ou um pouco de falta de vontade da base para fazer esta luta.

Precisamos também fazer a categoria entender que há necessidade de fazer essa luta junto com a entidade que a representa e junto com os parlamentares que estão à disposição dessa luta. Precisamos, cada vez mais, tirar a máscara desse governo. Governos vêm e vão, eles têm políticas que não interessam a nós, por isso precisamos estar atentos a isso. Nós precisamos tirar a máscara desse governo.

Precisamos lutar para não perder nossos direitos e sim ampliá-los. Nessa esteira, está a aposentadoria especial de vocês, da Secretaria da Saúde, que precisa ser tema de debates. Estamos juntos e precisamos reforçar essa luta.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Mário.

Passamos a palavra à senhora Liliana Piski, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT/SC.

A SRA. LILIANA PISCKI - Bom-dia, companheiros e companheiras.

Inicialmente cumprimento a mesa e parabeno todos os trabalhadores da saúde presentes neste plenário.

Vendo vocês emocionados quando a Edileuza colocava toda a situação de risco que correm, eu só tenho a dizer que, enquanto trabalhadora do serviço privado, diante da responsabilidade que vocês da saúde têm, do carinho e da atenção quando atendem outros trabalhadores que chegam com dor, no momento mais difícil de suas vidas, os servidores da saúde são especiais. Por quê? Porque vocês nos atendem quando estamos num momento de dor, num momento de angústia e de incertezas, porque quando a gente está lá para fazer um exame, realizar um raio-X e não sabe o que vai ter, você conta não só com um trabalhador, mas com um amigo, com uma pessoa que está ajudando.

O papel que vocês exercem é importante, e o fazem muito bem. Mas, no momento em que vimos vocês emocionados quando a companheira Edileuza colocava os riscos que correm, percebemos o descaso por não termos presentes nesta mesa representantes do governo do Estado para discutir isso - aí dói muito. Vocês têm todo o direito de estarem emocionados. Parabênizos os servidores presentes a esta audiência, representantes de mais de quinze mil trabalhadores da saúde. O papel que cada um de vocês representa é importante, porque com certeza irão discutir com o companheiro que ficou, que hoje está trabalhando ou que está em casa porque logo depois do almoço tem que ir trabalhar, ou que não pôde estar aqui presente.

Este é só um passo dos muitos que vocês já deram, e ainda precisam muitos mais. Quando percebemos a ausência do governo do Estado à mesa, um Estado que entrega hospitais públicos à iniciativa privada, que cada vez mais diminui a qualidade no serviço público - e isso está não só na não-concessão da aposentadoria especial aos servidores da saúde, nas condições de trabalho, nas condições de qualificação, nas condições de remuneração do serviço público, na impossibilidade de organização no seu local de trabalho -, fica bem claro que Estado a gente quer. A aposentadoria é só um fator que vocês reivindicam. E aí eu pergunto: o Estado de Santa Catarina deixou de arrecadar? Este é um dos Estados que mais vem crescendo, onde a indústria vem arrecadando muito, os seus impostos são cada vez mais superavitários, e a redução na qualidade do serviço público é maior. Isso vem se refletindo no rosto dos seus servidores.

Não podemos permitir, de maneira alguma, que cada vez mais tenhamos um Estado mínimo, sem condições adequadas para todos os seus trabalhadores e para a população, onde alguns são beneficiados e trabalhadores prejudicados. Não podemos permitir que isso aconteça.

Com relação ao Conselho Estadual de Saúde, no qual existe representação da Central, eu peço à companheira Edileuza para que leve a questão da aposentadoria especial a fim de que se debata com a Secretaria de Estado da Saúde. Enquanto Central Única dos Trabalhadores, nós vamos estar com vocês nessa luta, vamos desenvolver as ações. Essa é uma primeira etapa.

Não quero me estender mais porque quero ouvir o que vocês têm a falar. Eu acho que tem muitas coisas que devemos fazer. Esta audiência é um dos primeiros passos que tem ser dado.

Como os demais companheiros já falaram, como o Mário reforçou, é preciso colocar todas essas questões que a gente viu. Essa negativa de dizer os motivos - que eu já citei aqui -, não tem o porquê de Santa Catarina não garantir aos servidores públicos uma qualidade de vida digna, não só com relação à aposentadoria especial, mas também à trajetória, com qualificação profissional, com condições de trabalho, com direito à organização no seu local de trabalho. E isso a gente não tem.

Então, essas questões têm que ser colocadas, porque a maioria dos deputados, do governo e provavelmente dos seus aliados vai colocar nos seus planos de governos municipais: "Agora, saúde pública com qualidade". E aí vai ser a hora de perguntarmos: como está a qualidade dos trabalhadores da saúde? Que qualidade a gente pode ter se não reconhecem os trabalhadores em saúde como prioridade? Porque para você ser atendido com qualidade, é preciso ter do outro lado alguém que seja feliz, que esteja bem no seu local de trabalho, que não adoça, e pelo reflexo desta plenária, não é isso o que a gente vê. Os trabalhadores em saúde estão com depressão, estão estressados, pois acabam levando para casa a angústia, o sofrimento, a dor daquela pessoa que eles atenderam, e isso a gente não pode permitir.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigada, Lílina.

Passamos agora para o segundo momento desta audiência pública: a manifestação da plenária. A minha intenção inicial, como proponente desta audiência pública, era ser mais um dos debatedores desta mesa e falar sobre algumas questões que julgo importantes, mas devido à não-presença de deputados da Comissão de Saúde, coube-me a tarefa de presidir a audiência, função esta compreendida regimentalmente como coordenar, administrar o evento. No entanto, não posso me abster de fazer algumas considerações a respeito do debate de hoje.

A primeira consideração é que a ausência de qualquer representante do Poder Executivo aqui não é por acaso, é intenção deliberada de esvaziar este debate, é boicote mesmo.

A segunda consideração é que a possibilidade legal da aposentadoria especial é plena, e faz vinte anos isso - aliás, faltam dois meses para fazer vinte anos. No dia 8 de outubro deste ano vai fazer vinte anos que os governadores poderiam ter garantido a aposentadoria especial para os trabalhadores da Saúde por força da Constituição Federal, promulgada naquela data (artigo 40, parágrafo 4º, incisos II e III).

A Constituição Estadual também fala disso, mas vou ler aqui o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988 só para a gente ter uma idéia do que estou falando e ver que não estou inventando. (Passa a ler.)

"É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividade de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física."

Então, a Constituição Federal está dizendo que, por lei complementar, desde a data da promulgação desta Constituição, vocês já poderiam ter esse direito.

Na Constituição Estadual é o artigo 30, parágrafo 5º, que diz o seguinte: "Lei complementar poderá estabelecer exceção ao disposto no inciso III, alíneas a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas."

Então as duas Constituições estão dizendo que o governador de 1988 já poderia ter feito, assim como poderiam ter feito os governadores de 1990 a 1994, de 1994 a 1998, de 1998 a 2002 e o atual governador.

A qualquer momento poderia ter sido feito por lei complementar, como bem o disse o Mário. Não precisaria uma PEC, não precisaria que um, dois, três, vinte ou quarenta deputados propusessem aposentadoria especial, bastaria que, nesses quase vinte anos, um bendito governador tivesse tido a vontade de fazer.

Foi baseando-se nisso aqui que foi concedida a aposentadoria especial para os outros servidores. Das três grandes categorias do serviço público estadual - educação, segurança e saúde -, só vocês não têm. É preciso dizer isso, porque alguém comentou, não sei se por desinformação ou por intenção, que não foi aprovado porque tinha sido proposto para todo mundo na PEC. Não, os outros já têm, só se estava propondo acrescentar vocês. A segurança e a educação já têm, e a educação com ressalvas. A Constituição Estadual, em vigor desde 1989, garante aposentadoria especial para o Magistério no seu artigo 30, inciso III, letra b, que diz: "aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais." Agora, nas PECs da vida aí no Congresso Nacional, os professores têm esse direito bastante relativizado, foi distorcido esse direito que estava na Constituição Estadual.

Baseado nesses itens da Constituição Federal e da Estadual, o governo do Estado fez um projeto de lei complementar (PLC). Foi aprovada a Lei Complementar 337, de 2006, que trata da aposentadoria dos policiais civis masculinos, agentes prisionais e monitores do sistema do menor infrator, conforme o Mário estava falando. E a Lei 343, do mesmo ano, garante essa aposentadoria especial aos vinte e cinco anos para todas as mulheres do sistema de segurança pública: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e sistema prisional.

Poderia estar valendo esse direito para vocês, e por que não está? Esse é o elemento central que temos que debater. Não está porque até hoje não teve pressão, trabalho, correlação de forças. Talvez há vinte anos nós, servidores públicos que estamos com quarenta, cinquenta e tantos anos, não considerávamos isso importante. Há vinte anos nós éramos jovens, e talvez, inconscientemente, agíamos como se nunca fôssemos envelhecer. E, na prática, não se lutou efetivamente por isso, ou com a quantidade necessária. É possível que se tenha falado disso durante todos esses vinte anos, é possível que o sindicato tenha dito, é possível que os trabalhadores tenham perguntado, mas não se fez a demanda necessária.

Com relação à justeza desse direito para vocês, creio que não precisamos ficar aqui colocando mais elementos, porque todos nós aqui sabemos o que é isso. Sabemos o que é adoecer para, assim, cuidar dos outros; sabemos o que é um colega nosso estar com plena saúde aparentemente, trabalhando, e de repente ter alguma coisa e morrer.

Eu tenho acompanhado esse choque entre os trabalhadores em saúde no nosso Estado, para os quais o antibiótico já não faz mais efeito. Se eu tiver uma infecção ou outras pessoas alhures, qualquer outra da porta aqui para fora, aplica-se um antibiótico e, em alguns dias, estamos bem. Já para quem trabalha numa clínica médica, para quem trabalha numa emergência ou num centro cirúrgico, pode entupir de antibiótico que não faz efeito. Então, só em falar isso não precisaria dizer mais nada.

Gostaria de agradecer bastante as pessoas que reconhecem essa iniciativa, que não foi de uma pessoa, que não foi de um deputado, que não é deste deputado, a iniciativa é de vocês, é da categoria.

Nós, deputados, aqui na Assembléia somos instrumentos de uma correlação de forças existente na sociedade. Então, somos instrumentos, não podemos ser os agentes. Quem faz mover a roda da história não são os quarenta deputados da Assembléia Legislativa, não são os não sei quantos secretários de Estado, não é o governador; quem faz mover a roda da história é a correlação de forças existente lá nos hospitais, nas universidades, nas escolas, nas fábricas, nos campos, enfim, nos espaços em que se definem efetivamente as relações de poder da sociedade.

Nós somos a superestrutura. Estamos aqui para assinar a ata da correlação de forças que existe lá fora. Tivemos a iniciativa de propor a PEC a pedido da categoria, e embora soubéssemos das dificuldades, nos surpreendemos pela forma tranqüila com que ela foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, talvez nem refletindo a legitimidade da demanda, mas dando uma resposta para alguém.

Os deputados, querendo dar um recado para alguém, aprovaram-na na CCJ; curiosamente, os mesmos partidos e os mesmos deputados no mesmo dia votaram diferentemente no plenário. Talvez o recado já tivesse chegado de manhã, e houve uma resposta antes das 16h, quando foi a votação. Ou seja, a nossa luta, o nosso trabalho e a nossa proposta foram usados para que alguém mandasse o recado e o outro o recebesse.

Não há nenhuma intenção da minha parte querer ser o dono da história, e já falei isso para vários deputados do governo, para o líder do governo. O meu nome pode nem aparecer, eu posso nem estar na foto. Preferia que todos os secretários de Estado estivessem com todos os deputados do governo nesta mesa, nem que não me coubesse nela. Poderia ficar espiando lá da porta, lá atrás, mas que a coisa andasse!

A gente conhece, sabe qual é a dificuldade, e conhece dentro de casa. Conhecemos o adoecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da saúde dentro de casa, das nossas relações pessoais inclusive.

Voltando àquilo que eu disse antes, que o deputado está aqui para assinar a ata, por que então os trabalhadores só tomam na cabeça (desculpem a expressão) se o voto é popular? Nós não podemos nos enganar com as aparências. Todo poder é expressão de uma correlação de forças existente na sociedade, este Poder também o é, embora digam que seja o mais democrático, e talvez até seja, mas é só para a gente daí pensar como são os outros.

Estou dizendo isso para quê? Para fazer algum discurso contra o Poder Legislativo ou os Poderes em geral, contra o Estado? Até tem uma discussão grande para se fazer com relação a isso, mas não é essa a pauta de hoje. Estou dizendo isso para registrar que não depende do deputado Soares, que não depende da bancada da Oposição, que não depende da bancada governista, que não depende do deputado x, y ou z, e sim da correlação de forças existente na sociedade, e vocês têm que construir essa correlação de forças favorável a que essa intenção prospere - as policiais militares falavam há mais de dez anos da aposentadoria especial.

A conjuntura de hoje é complexa e difícil, a conjuntura mundial e nacional é de retirada de direitos, como muito bem já foi dito aqui, é de querer torcer cada vez mais o trabalhador para tirar dele até a última gota de sangue, ou até a última vírgula, o último cifão de mais-valia. Essa é a intenção do capital, essa é a intenção dos monopólios. Infelizmente, saúde também virou negócio no nosso país, apesar do SUS, e muitas vezes, lamentavelmente, de forma criminoso dentro do SUS.

Saúde também é negócio no nosso país. Saúde também interessa aos monopólios, e alguns exemplos foram citados aqui, como o do Hospital Infantil. A grande notícia de um jornal no final de semana foi: "Entregamos o Hospital Infantil de Joinville para o mercado!" E compra quem pode. Grosso modo, é mais ou menos por aí.

Para concluir, vai depender da luta e da organização dos trabalhadores. E o governador, se quiser, pode mandar para a Assembléia Legislativa amanhã, na semana que vem, no mês que vem, em outubro, em novembro ou de presente de natal um projeto de lei complementar garantindo esse direito para vocês, para todos os trabalhadores em saúde no serviço público do Estado.

Nós temos que trabalhar na perspectiva de buscar aliados e não adversários. Muito embora esse discurso que eu fiz tenha sido de avaliação, nós temos que buscar aliados. Para nós é mais importante ter garantido o direito do que provar que o governo não quer fazer. Quanto mais rápido conseguirmos isso, melhor.

Nós temos que trabalhar desde agora para sensibilizar (essa palavra agora é moda, e nunca vi tanta gente precisando ser sensibilizada) o governo a encaminhar esse projeto ainda neste ano, 2008. Se não for possível, nós entramos em 2009 com outra legislação e voltamos à velha PEC, continuamos trabalhando nisso. Uma hora a conjuntura vai mudar favoravelmente aos trabalhadores, seja em 2008, seja em 2009, seja em 2010. Isso tem que se tornar questionamento, reivindicação de cada trabalhador e trabalhadora da Saúde que falar com vereador, com deputado, com secretário municipal, com secretário estadual, com diretor do hospital, enfim, com todo o mundo.

Então, essa pauta tem que estar lá no local de trabalho, tem que estar no bairro, se eventualmente alguma dessas figuras aparecer por lá (e aparecem nesses momentos, principalmente agora), tem que estar na frente do Palácio, aqui na Assembléia, lá na Secretaria, em cada reunião, em cada mobilização. Enfim, essa pauta tem que estar entre as principais. A princípio, a gente sabe que ela é a principal, e já ouvi dizer por aí que, se bobear, até greve sai por causa da aposentadoria especial, porque isso é um anseio dessa categoria.

Então, tem que se difundir bastante essa idéia, conversar bastante que em 2008, 2009 ou 2010 isso sai. Se depender de mim, não precisam nem citar o meu nome; que recebam os aplausos todos os secretários, todos os governos, não tem problema nenhum, nós queremos é comemorar junto esse direito.

Falei bastante, de fato, e vejo aqui apenas uma inscrição por enquanto, a do agente prisional Sebastião Amorim, que representa a diretoria do Sintespe. O tempo para cada fala é de três minutos no máximo, pode ser? Depois voltamos para a rodada da mesa.

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

Depende da questão. Se houver questionamento direto, creio que sim. Nós vamos fazer um bloco, se ficar muito comprido, a gente volta para a resposta dos membros da mesa que desejarem fazer uso da palavra, certo?

Concedo, então, a palavra a primeiro inscrito, senhor Sebastião Amorim, agente prisional, neste ato representando a diretoria do Sintespe, por até três minutos.

O SR. SEBASTIÃO AMORIM - Queria cumprimentar a mesa, os companheiros que se fazem presentes e os que, infelizmente, não puderam estar aqui.

Acho importante a gente fazer um pequeno resgate aqui sobre a história do trabalhador. Não chegamos por acaso onde estamos, foi através da nossa luta que estamos aqui, através de alguns poucos que acreditam e que vão em frente, engajando-se a cada caminhada, a cada passo, a cada degrau na nossa história.

Então, o trabalhador já teve uma história bem mais árdua, com jornadas de dezoito horas, vinte horas, de segunda a segunda. Conseguimos uma redução nessa carga horária, que não nos foi nos dada, e sim conquistada.

Nós nos apropriamos também de uma tecnologia que terá que ser para uso nosso, para o nosso benefício, para reduzir a possibilidade da nossa exposição, mas ainda não é suficiente, daí haver necessidade, pelo risco que se corre, de a gente lutar para ter menos exposição, e essa exposição menor vai passar por uma aposentadoria especial.

A gente percebe que o governo, que deveria ser mais sensível e não é, está preocupado com o quê? Com o custo que isso vai ter. Quer dizer, não há preocupação realmente com o ser humano, há preocupação com o custo, e essa falta de sensibilidade é muito triste.

Outra situação é que a luta não pode ser só por uma direção de sindicato, terá que ser do conjunto dos trabalhadores, e séria, gente, muito séria. Não adianta a gente ficar batendo à porta ou chamando para audiência se não houver o engajamento dos trabalhadores. Isso é fundamental!

Outra preocupação também é que, junto com a chamada para a aposentadoria especial, o governo aprova um projeto chamando o trabalhador depois de aposentado para voltar à atividade, a exemplo do que aconteceu com a Segurança.

Então, eu acho que a gente tem que estar bem ciente dessa situação e ficar brigando por uma aposentadoria especial. E há companheiros, às vezes, numa jornada dupla.

Há falta de sensibilidade por parte do governo também, que não tem uma política salarial adequada que respeite o profissional, o qual, mesmo após a aposentadoria especial, se obriga a voltar novamente à atividade, às vezes até insalubre, para poder fazer um complemento de salário.

Portanto, acho que temos que fazer junto essa discussão: redução e aposentadoria especial, mas com salário justo, senão também não adianta, porque o cara se obriga a ir tocando.

Para concluir, eu gostaria de ler aqui um pensamento bem interessante de Jacob Riis: "No entanto, na centésima primeira martelada, a pedra se abre em duas e eu sei que não foi aquela a que consegui, mas todas as que vieram antes". Então, nós não vamos aprovar com uma audiência só, com uma atividade só na Assembléia, vai ser uma luta, vai ter que ser construído.

Reforçando o que o Soares comentou, em todos os momentos que a gente tiver oportunidade, vamos fazer essa luta. E tem uma coisa muito importante: não basta só esse grupo agir em cima dessa proposta, é preciso que todos os trabalhadores, não só os da Saúde, tenham isso no futuro. Temos que ter consciência de que não fomos criados para o trabalho; o trabalho tem que fazer parte da nossa vida, e não a nossa vida ser o trabalho. Mas parece que se hoje a pessoa não trabalhar, não tem valor, não é?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) -

Com a palavra o senhor Pedro Paulo das Chagas, diretor do SindSaúde.

O SR. PEDRO PAULO DAS CHAGAS - Quero parabenizar a mesa, o Marcos, o Mário, a Edileuza, o companheiro da CUT e todos os demais presentes, agradecendo a cada companheiro que está aqui hoje.

Como falou o Sebastião, é bem isso mesmo, a gente sabe que não depende só de nós. Nós que estamos aqui somos vitoriosos, e não podemos criticar quem comparece, mas temos que chegar lá fora e fazer uma leitura do que aconteceu aqui, conversar com os nossos companheiros e convidá-los para participar de cada ação que cada sindicato chama, ou de uma ação unificada, porque a gente sabe que o interesse é de todos.

Mas tem uma palavrinha que eu fico triste quando ouço, quando acontece, que se chama "traição". E quando o Mário fala que a gente tem que dar a resposta, eu concordo plenamente com ele, as urnas estão aí e a gente tem que dar a resposta. Só que às vezes a gente vota num companheiro e esse companheiro trai a gente.

Vocês lembram muito bem quando foi criada a PEC 20, de 1998. O que eles vendiam? Que ao servidor público que estava no mercado de trabalho nada aconteceria. Criaram o tal do pedágio que vocês conhecem: tínhamos que pagar 20% do tempo que nos faltava. Fomos sacaneados! Depois veio outra melhor: a tal da PEC 41, de 2003, que fala no seu artigo 3º que os trabalhadores... Ah! E não muda nada! Para quem está no mercado de trabalho é a mesma coisa. Não aumentou e não diminuiu o nosso tempo de trabalho, mas aumentou a idade: mulher permaneceu nos 30 anos, mas não se aposentava mais no serviço público com 48 anos - passou para 55 anos, ou seja, aumentaram 7 anos; e homem permaneceu nos 35 anos, mas não se aposentava mais no serviço público com 53 anos e, sim, com 60 anos. Então a gente tem que fazer uma análise disso.

Depois veio o senador Paulo Paim, que desde quando deputado trabalha para dar uma aliviada, mas a gente acha que as coisas vêm de graça. O que diz o artigo 3º da PEC 41, de 2003? Que para termos direito à paridade e à integralidade... O que é isso? Para a gente ter direito ao mesmo salário de ativa e ter direito aos aumentos, teríamos que ter 20 anos de serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo (*sic*). Já na PEC 47 houve uma pioradinha: são 25 anos de serviço público, sendo 15 anos na carreira e 5 anos no cargo. E alguns companheiros nossos, nos quais a gente votou, foram lá e votaram contra nós!

Então nós temos que aprender a escolher bem. Dar resposta na urna, mas dar resposta para a pessoa certa, porque depois chegam lá e votam todos com o governo! A gente sabe disso, em Brasília aconteceu isso. Fomos traídos, teve expulsão de companheiros nossos do partido... E com isso a gente tem que aprender! Por quê? Porque era interessante para nós? Não, nós votamos a favor, certo? E eles tinham que, no mínimo, ouvir o trabalhador e representá-lo, mas o trabalhador em nível de Brasil, gente, foi sacaneado. E isso a gente não pode permitir!

Em relação à PEC especial, eu acho até que a gente deveria mudar o nome, passar de aposentadoria especial para aposentadoria necessária, porque o trabalhador da saúde merece. O Mário foi bem explícito nisso, fez uma boa fala nesse sentido, e a gente sabe que os trabalhadores da saúde têm uma situação diferente, mas só é diferente na época de campanha! Quando tem campanha, dizem que o trabalhador da saúde é isso, que o trabalhador da saúde é aquilo, pensam no que fazer. E nós temos que estar muito atentos. Há vários candidatos a prefeito agora e tem pessoas muito experientes, eu acho que a gente deve votar neles porque já passaram por lá várias vezes, então já sabem fazer, não é, Mário?

Então eu acho que a gente tem que aprender a votar também, e não só cobrar depois, não é? A gente tem que aprender a votar e a dizer para as pessoas que eles não são melhores que nós em nada. A condição ali é que eles são candidatos e nós não, mas nós somos eleitores e não podemos ser usados só de quatro em quatro anos - inclusive está passando uma propaganda agora na televisão chamando a atenção para isso. Nós, cidadãos brasileiros, temos que aprender a votar, a participar, a deixar as briguinhas de lado, a deixar o vizinho de lado e tentar orientar, porque a gente acha que o mundo gira em volta do nosso umbigo, ou seja, fez para mim, está bom!

O Estado de Santa Catarina tem 1.600 cargos comissionados e na minha pequena avaliação é isso o que estraga com o trabalho público. Eles põem ali pessoas que não têm nada a ver, que não conhecem nada. Só para contar uma história do que aconteceu na Secretaria da Saúde: trouxeram um menino de Lages, brincando com o celular, e para ir à policlínica, duzentos metros à frente, ele pegou um Palio! Dá para ir e voltar em dois minutos, mas o cara pega um carro, chega lá e não tem onde estacionar... Só descobriram porque ele foi multado! Botou o carro lá e a polícia o multou. Entenderam? Então a pessoa vem brincar com o serviço público, mas o trabalhador do serviço público é coisa séria, nós somos trabalhadores sérios e não estamos pedindo esmola! Esse é um direito nosso!

Então nós temos que estar cada vez mais unidos e questionar mesmo. Como disse o governador numa entrevista que deu ao Paulo Alceu, o Estado de Santa Catarina vive em estado de graça - e vive mesmo! E nós não queremos somente salário, não! Nós queremos um direito que é legal, um direito constitucional do trabalhador! O Estado de Santa Catarina está arrecadando mais de R\$ 800 milhões e está gastando menos de R\$ 300 milhões na folha! Tem espaço para tudo, mas para a saúde não tem, para a educação não tem e para a segurança não tem!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) -

Valeu, Pedro. E quando eles falam em estado de graça, Pedro, talvez seja no seguinte sentido: trabalhando de graça. (*Manifestação da plenária.*)

Nós temos aqui algumas pessoas inscritas e não sei quantas mais se inscreveram depois disso. Então eu proponho aos que estão interessados em falar que se inscrevam até a próxima manifestação, porque aí concluímos com todas as falas da plenária e depois voltamos a palavra aos membros da mesa. Acho que assim ganhamos em dinâmica, em aproveitamento de tempo. Pode ser? (*A plenária concorda.*)

Então, quem tem interesse em se inscrever, que o faça durante a próxima fala, que vai ser da dona Schirlei de Azevedo do Amaral Ribeiro, militante em defesa da saúde do trabalhador, a quem concedemos a palavra.

A SRA. SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO - Bom-dia a todas e a todos. Saudando a Edileuza, eu saúdo os membros da mesa, e saudando a minha companheira Regina, do Hemosc, eu saúdo todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras da saúde do Estado. E agradeço a reverência feita pelo Marco no começo da sua fala.

Quero dizer que eu sou uma adoecida no trabalho da iniciativa privada. A iniciativa privada suga a nossa saúde e depois nos descarta, nos joga de volta para a sociedade para correremos atrás de trabalho, o que não conseguimos mais, porque já não se consegue mais passar em nenhum teste de admissão, a gente já não tem capacidade para mais nada. No serviço público eles vão sugando, sugando, sugando até a última gotinha de sangue. E isso eu venho acompanhando pela Rede de Combate ao Assédio Moral que a gente organizou há alguns anos e na qual já atendi algumas pessoas do serviço da saúde.

Eu quero trazer algumas considerações, deputado Amauri, que são as seguintes: um governo que traz as OSs, que traz as Oscips, que faz o que faz com o Hemosc e o Cepon, que está aí discutindo as fundações, que traz propostas de fundos de pensão, de fundos de previdência... E a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras de todos os setores do serviço público está com problemas, não é só a saúde dos trabalhadores da saúde. A gente acompanhou aqui a audiência do pessoal da penitenciária, a audiência da Aprasc já realizada há alguns anos e vemos que o nosso povo está adoecendo, mas nada está sendo feito. Nada! Então está na hora de juntar o Sintesp, o SindSaúde, o Sinte, todos os sindicatos e, através do Fórum dos Servidores Públicos - aqui o Mário e a Edileuza -, fazermos um grande debate sobre a saúde do trabalhador neste Estado. E o trabalhador do serviço público estadual!

Uma proposta que eu já trouxe aqui em outras ocasiões é que a Comissão de Saúde da Assembléia tenha uma subcomissão de saúde do trabalhador, que terá a responsabilidade de mapear os projetos que têm nesta Casa e ver o que é prioridade para nós, sim. Porque um governador que não veta a Semana Estadual da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho, mas em contrapartida veta o projeto do assédio moral que vai coibir essa prática dentro das instituições públicas... Que lógica tem isso? Vai lá e diz: olha, nós temos que conscientizar todo mundo que existe o assédio moral, mas a gente não assume que dentro das próprias instituições existe a prática desse mal! Vemos pessoas chorando na plenária com alguns depoimentos, com algumas falas, porque essas pessoas estão doentes, gente! Quem se reconhece é porque é vítima, e se é vítima, está adoecida, sim! A gente não percebe no início, só vai perceber mais tarde, porque do jeito que somos tratados...

Vocês cuidam da nossa saúde ali no dia-a-dia, vêem as nossas dores, as crianças, as mulheres, os homens, os idosos, os jovens chegando sem nenhuma condição de saúde e não têm instrumentos de trabalho, não têm condições psicológicas de estarem atendendo em algumas situações. Como nós vamos ter uma saúde decente neste Estado se tratam vocês desse jeito? Nós temos que repensar tudo isso.

Eu também queria pedir que se fizesse um estudo não só em relação aos trabalhadores da saúde, mas a todos os servidores públicos, conforme já coloquei naquela audiência dos agentes prisionais, sobre o número de suicídios no Estado entre os trabalhadores da saúde e qual a sua causa, fazer uma investigação, porque pode estar na questão do trabalho.

É isso, gente, e vamos continuar na luta. Eu estive na luta do Hemosc, do Cepon, na luta junto com os sindicatos e a gente tem a Rede aí para trazer a solidariedade a todos e a todas.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Schirlei.

Com a palavra o doutor Luciano Moraes Mendes de Aguiar, médico anesthesiologista e funcionário público estadual.

O SR. LUCIANO MORAES MENDES DE AGUIAR - Eu gostaria de cumprimentar os participantes da mesa e os funcionários da área da saúde. Eu me inscrevi com a intenção de dar o meu depoimento como trabalhador da saúde nos setores de emergência, de plantão dos hospitais.

Quando entrou em discussão esse plano de cargos e salários do pessoal da área da saúde, fui convidado pelo Sindicato dos Médicos a debater, a discutir, antes que ele entrasse em vigor. Então, naquela ocasião, vi que o plano pecava um pouco por não valorizar a figura do plantonista, aquela pessoa que atende emergência, que trabalha no período noturno, nos feriados, nos fins de semana, que perde natais com a família, o 31 de dezembro e se

dedica diuturnamente. Enquanto outras pessoas estão comemorando, festejando, descansando, porque trabalham naquele horário comercial, nós estamos lá atendendo baleados, esfaqueados, acidentados. E em muitas ocasiões tivemos que atender detentos, começar o ato anestésico com o paciente estando algemado na maca, para depois que ele dormir tirar a algema e colocá-lo na mesa cirúrgica.

Então, na discussão eu disse que precisava se valorizar a figura do plantonista. As conseqüências do plantão para você que trabalha no horário noturno, que perde toda uma madrugada atendendo casos graves, casos estressantes, não podem ser colocadas simplesmente como uma questão de acidente de trabalho: ele se espetou com uma agulha ou se contaminou por determinada coisa. É o efeito do estresse! Quando nós trabalhamos estressados, quando perdemos noites de sono para atender uma população que clama por saúde, sendo que dentre aquelas inúmeras pessoas você tem que selecionar o caso mais grave, tem que tentar priorizar os casos mais graves, o efeito desse estresse, da falta da noite de sono, faz a nossa glândula supra-renal colocar em circulação no nosso sangue os hormônios do estresse, são corticóides, a insulina e tal. Você sofre as conseqüências.

Todo mundo sabe que os corticóides são imunossuppressores, então se nós trabalhamos nessa condição de estresse, somos imunossuprimidos. O nosso corpo tem menos resistência a infecções, ao longo dos anos você vai desenvolver osteoporose, você não apanha sol como as outras pessoas - até os presidiários têm direito ao banho de sol -, porque está ali trancado, atendendo tudo aquilo. Então, acho que o efeito disso aí é crônico. E como se revela nos afastamentos em saúde, principalmente? São por problemas psicológicos, são problemas decorrentes do estresse. Eu queria colocar que o efeito da coisa é mais crônico.

Na noite anterior eu estava de plantão no Hospital Florianópolis e o cirurgião, nosso colega, com mais de 60 anos, estava lá. Ele já teve crise hipertensiva, já fez um edema agudo pulmonar, mas estava lá conosco, atendendo. Quer dizer, ele não tem mais capacidade física para enfrentar uma madrugada em cima de um baleado, de um esfaqueado.

Então, como o plano de cargos não atentou para esse lado do plantonista como deveria, talvez uma solução um pouco melhor seja essa proposta da aposentadoria especial, porque você vê que um cirurgião com 60 anos, enfrentando essa situação, virando madrugada, já não tem nem condição física de continuar atendendo.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Muito obrigado, doutor Luciano.

Com a palavra a próxima inscrita, senhora Sueli Kreutzfeld. Pedimos que os inscritos de atenham um pouco ao tempo, para que todos possam se manifestar.

A SRA. SUELI KREUTZFELD - Tanto a população quanto nós, trabalhadores, temos percebido que a saúde pública está doente. E eu tenho me perguntado por que nós, trabalhadores, não buscamos os nossos direitos, que viriam melhorar essa situação.

Eu tenho a convicção de que precisamos trazer para dentro da saúde a educação. Acho que nós, trabalhadores, não conhecemos os nossos direitos, porque não sabemos o que diz a Constituição, o que diz o Código de Ética, e teríamos que trazer isso para todos. Eu queria sugerir o uso da Internet, através de cartas com pequenas informações, porque não temos tempo de ler grandes jornais. Essa seria uma sugestão.

A segunda coisa é que todos nós sabemos que é na saúde pública que está a grande demanda, então nós estamos sempre sobrecarregados de trabalho. Isso significa que muitas vezes a gente prioriza a quantidade em detrimento da qualidade - inclusive existe até uma pressão da liderança do setor. Acredito que a gente precisa também mudar essa mentalidade dentro do nosso grupo de trabalho: quantidade, sim, mas não abrir mão da qualidade, e se não abrimos mão da qualidade vamos ter o apoio do povo. Se Joinville entregou o hospital infantil para a iniciativa privada, é porque alguma coisa estava errada, é porque provavelmente não estava gostando do atendimento que estava sendo dado ali e por isso está apoiando o governo. E nós precisamos ter esse povo do nosso lado, nós precisamos tê-lo como parceiro de luta, e só vamos conseguir isso se valorizarmos o ser humano que ali chega, se dermos um tratamento humanizado, com bastante atenção.

Uma outra questão que eu queria abordar é sobre ter espaço de diálogo dentro do local de trabalho. Eu sei que é muito difícil, mas vamos trabalhar a mentalidade dos chefes de setores dos hospitais no sentido de, por exemplo, fazer um almoço com todos do setor, para ali fazermos uma reunião onde o pessoal do trabalho poderá desabafar sem depois ser perseguido ou coisa assim. Está bom?

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, dona Suelli.

Inscrita para falar a senhora Cátia Regina Santos da Costa, do Cepon, a quem concedemos a palavra.

A SRA. CÁTIA REGINA SANTOS DA COSTA - Eu quero cumprimentar a mesa, na pessoa do deputado Amauri, bem como todos vocês.

Gostaria de pedir licença para falar em nome de todos nós a fim de mostrar o nosso repúdio pela não-presença de um representante da Secretaria da Saúde à mesa. Isso seria de fundamental importância, nem que fosse para dizer que não concordam com a nossa aposentadoria, mas eles deveriam estar sentados aqui para discutir conosco. Assim também é em relação ao Ministério Público, que deveria estar sentado aí, porque se fosse para defender a privatização das entidades ele estaria (*palmas*), como esteve tantas vezes defendendo a privatização do Cepon e do Hemosc, combatendo de frente conosco. E também queremos demonstrar o nosso repúdio pela não-presença do nosso Conselho de Enfermagem, que também deveria estar aqui presente. (*Palmas.*) Se formos contar, a maioria das pessoas aqui é da enfermagem e o nosso Conselho deveria estar sentado aqui para nos defender, para dizer dos riscos que todos os dias nós corremos.

Eu trabalho no Cepon e trabalho na Central de Quimioterapia, administro quimioterapia todos os dias, a doutora Marta é nossa médica do Cepon e sabe disso, ela também corre esse risco, porque trabalhamos com pacientes infecto-contagiosos no Cepon e todos os dias corremos riscos. Nós estamos ficando doentes e ninguém... A Secretaria da Saúde não está dando a importância devida que merecemos.

Eu queria dizer também que como funcionária do Cepon, na luta contra a privatização, lutamos muito contra a OS que hoje se instalou no Cepon e no Hemosc. Não conseguimos barrar, mas conseguimos fazer com que muita coisa não fosse realizada: conseguimos colocar no contrato de gestão muitas coisas que queríamos. Não conseguimos dizer que não se instalasse, mas muita coisa foi feita da maneira como nós queríamos.

Eu quero dizer com isso que só com luta, com muita luta e união é que vamos conseguir alguma coisa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Cátia Regina.

Com a palavra a senhora Maria Celina de Almeida, do Hemosc.

A SRA. MARIA CELINA DE ALMEIDA - Bom-dia a todos. Primeiramente os meus cumprimentos aos membros da mesa e a todos os demais, os que estão e os que não estão aqui.

Nós somos os agentes de mudança e temos que refletir muito sobre isso. Aparentemente somos poucos, mas acho que não. Numa sociedade em que todos os instrumentos trabalham para que a população não tenha conhecimento de causa da realidade, em que tudo é camuflado, escondido, maquiado, eu tenho que me considerar, junto com vocês, uma pessoa feliz por ter um espaço para continuar lutando cada vez mais por esse pouco que ainda nos resta.

Eu quero reiterar o discurso da minha colega Cátia, companheira de luta, companheira do Cepon - e também participo junto com o companheiro Mário, a quem estimo muito -, dizendo que tudo o que a gente conseguiu desse dinossauro, desse monstro que tem sido o neoliberalismo, com esses agentes insuflados de poder, insuflados de vaidade, que se esquecem... E acho que falo aqui em nome de todos os políticos que vêm agindo contrários a tudo o que eles pregam na época da eleição.

Nós, do movimento, do Cepon, da área da saúde temos que nos unir e brigar junto com esses que estão aqui, que vêm mostrar a cara e falar o que a gente pretende. Então, ainda somos vitoriosos nesse sentido, porque temos coragem, diante desse monstro que é o Estado hoje, de nos mostrar e reivindicar.

Eu queria pegar a palavra do Sargento Soares na questão da sensibilização. De fato, hoje esta palavra está na moda e todo mundo tem que ser sensibilizado. Nós também temos que nos sensibilizar, mas menos, porque nós já estamos sensibilizados para algumas causas. Nós temos que sensibilizar os nossos colegas, os nossos vizinhos, os nossos filhos, e é tão difícil hoje sensibilizar alguém pelas causas de luta, pelas causas do povo, porque tem muita coisa sendo feita ao contrário disso.

A Cátia chamou a atenção também dessas pessoas que estão aí no topo, que são os nossos agentes mais importantes do Estado, a secretária, todos os outros funcionários, que poderiam estar aqui discutindo. Aliás, esses benefícios que nós estamos aqui hoje debatendo pertencem a eles também, eles serão beneficiados. E por que eles não vêm? Eu acho que não podemos nos imiscuir e nos tornarmos um agente sozinho nessa causa. Eles pecam muito diante disso, porque é um egoísmo muito grande achar que hoje eu estou num cargo público e eu me benefico. Que bom! Mas que eu possa expandir esse poder que eu tenho para os outros, porque uma sociedade só será bem-vinda, só será fortuita, só será bem sucedida se todos, inerentes às suas condições, tiverem poder de lutar pelas suas causas.

E a população? Hoje ela é esquecida. E eu fico um pouco emocionada, porque nós não temos um espaço na atualidade em que possamos debater e mostrar, com as palavras, com os sentidos, com o nosso conhecimento de causa, o que queremos e pretendemos. E o que nós pretendemos? Melhorar a nossa saúde enquanto agentes, servidores públicos ou privados da saúde, para que possamos atender bem os nossos colegas, os nossos cidadãos. E hoje não acontece isso. Por quê? Fala-se muito que o funcionário público não trabalha. Funcionário público trabalha, e trabalha muito. Eu quero aqui homenagear um funcionário público, o Victor, meu colega, que trabalha muito por essas causas. Ele é um exemplo, num contexto muito grande que eu ainda desconheço.

A Secretaria da Saúde e o Estado vêm hoje trabalhando para que isso seja a aparência do servidor público. O Estado vem trabalhando para mostrar que nós não trabalhamos para ele construir o plano em cima das OSs, para vender o Estado, para nos desfigurar, para nos intimidar. Nós trabalhamos, nós queremos o melhor para o Estado e para todos os cidadãos.

Somos servidores públicos e devemos ter muito orgulho disso, porque não é para qualquer um ser servidor público. Para ser servidor público hoje, temos que lutar muito.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Celina.

Temos mais três pessoas inscritas.

Concedo a palavra à senhora Maria Nilza Oliveira, do Sindprevs.

A SRA. MARIA NILZA OLIVEIRA - Meus cumprimentos à mesa, em especial ao deputado, à Edileuza e ao meu amigo Marco.

Sou do Sindprevs, Sindicato da Previdência e Saúde, e trouxe um documento, mas o deputado Soares já falou aqui que desde a Constituição de 1988 os servidores públicos cobram do governo a regulamentação do dispositivo constitucional que trata da aposentadoria especial. E no Regime Geral do INSS, que é da iniciativa privada, essa matéria está disciplinada nos artigos 57 e 58 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social". O tempo de serviço exigido para aposentadoria na iniciativa privada pode ser de 15 anos, 20 anos ou 25 anos de trabalho.

Então, é uma iniciativa justa, necessária, oportuna, que corrigirá uma enorme injustiça com os trabalhadores do serviço público, que são expostos a riscos ou agentes nocivos à saúde, os quais são punidos pelo simples fato de terem como empregador a Administração Pública. Então, não é diferente. Hoje o Ministério da Saúde faz um trabalho dentro do Hospital Florianópolis, dentro dos postos, das policlínicas, e estamos na mesma situação, brigando por melhores condições de trabalho, pela aposentadoria especial.

Hoje o governo está acenando com um documento, que a gente não sabe se eles vão encaminhar, se vai sair do papel ou se vai ser engavetado. Mas contamos com a luta e com a união, porque temos que nos unir. O nosso sindicato trabalha na luta dia a dia, noite após noite, a gente passa dias e dias tentando. Porque acredito que o governo tem todo um trabalho voltado para prejudicar o servidor, e o servidor tem que trabalhar para tentar combater essa prática do governo.

Na minha família tem servidores públicos estaduais da Saúde - e hoje em dia eu acho que a saúde dos servidores da Saúde está comprometida. A gente tem que cobrar que quem cuida do doente tem que ter saúde para cuidar da doença, porque não se pode dar um tratamento especial para uma pessoa que chega numa emergência adoentado, se estiver doente. Se eu estiver sobrecarregado, como no Hospital Florianópolis, que têm 2 funcionários trabalhando para atender 32 pacientes, sem ter um minuto de descanso. Essa prática acontece, eu conheço, pois vivo dentro do Hospital Florianópolis.

Então, o SUS está morrendo, está adoecido, porque os servidores do SUS, os trabalhadores da saúde também estão doentes.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigada, Maria Nilza.

Com a palavra a próxima inscrita, senhora Mara Regina Joaquim Garcia, diretora do SindSaúde.

A SRA. MARA REGINA JOAQUIM GARCIA - Bom-dia à mesa e a todos os companheiros presentes. Eu sou funcionária do Hospital Regional há 21 anos e diretora do SindSaúde.

Enquanto a gente está aqui hoje nesta Casa, que é dita Casa do Povo, discutindo o nosso direito à aposentadoria, uma coisa que a gente não precisaria lutar, deveria ser implantada já, nós estamos com um companheiro de 42 anos na UTI do Hospital Regional morrendo. Ele está doente desde 2006 com câncer de estômago e não parou de trabalhar. Por quê? Porque se ele parar de trabalhar, como qualquer um de nós, como qualquer pai e mãe de família, vai perder o vale-alimentação, perder essa malfadada hora/plantão, que nos escraviza. *(Emociona-se.)*

Hoje a gente está discutindo, de repente conseguimos nos aposentar. Mas ele vai morrer depois de trabalhar 42 anos, carregando roupa suja da UTI, do centro cirúrgico, da emergência, sem uma proteção - como outros funcionários do Celso Ramos. Eu tenho uma amiga de coração, uma enfermeira da emergência do Hospital Celso Ramos que trabalha usando duas cartelas de analgésicos, porque tem hérnia de disco e não pode parar de trabalhar também. Graças a Deus eu tenho saúde, mas também pode acontecer.

Então, espero que o governador, que os deputados se sensibilizem e que a gente consiga a nossa tão querida aposentadoria aos 25 anos e 30 anos.

Desculpem e obrigada. *(Palmas.)*

O SR PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigada, Mara.

O próximo e último inscrito desse bloco - depois retomaremos à mesa -, é o Valério Rodrigues, da regional do SindSaúde de Joinville, a quem concedo a palavra.

O SR. VALÉRIO RODRIGUES - Bom-dia a todos e a todas. Obrigado pela iniciativa da PEC, da aposentadoria especial, deputado Sargento Soares.

Foi dito pela companheira que Joinville ganhou o Hospital Infantil de presente do governador do Estado e depois, com o passar do tempo, foi entregue à privatização. O povo de Joinville não é e nunca foi a favor de privatização nem de terceirização de serviço público. Pelo contrário! Lá nós somos a favor do serviço público de qualidade - prestamos e procuramos, na medida do possível, prestar um serviço público de qualidade.

Quero agradecer a presença dos colegas de Joinville, temos pessoal do interior também, a presença de todos aqui de Florianópolis, e dizer que terceirização, privatização, é coisa do governo, como foi o Iprev. O Iprev há dias passou como um rolo compressor com mais de cinco mil servidores na Assembléia Legislativa. Quer dizer, como é que vamos conseguir driblar o governo?

O engraçado de tudo isso, gente, é que nós temos deputados dizendo assim: "Olha, eu sou base do governo". Eles dizem isso sempre, o tempo todo. Que base do governo é essa? Quando vai se eleger, para quem que ele pede o voto? Para nós, o povo, o servidor, não é para o governo que ele vem pedir voto. E na hora de votar um projeto tão importante tipo esse nosso, vota com o governo? Está na hora de acabarmos com isso, está na hora de nós darmos um basta nessas coisas todas. E a urna está chegando aí de novo! Vamos pensar, vamos refletir, para ver o que vamos fazer daqui para frente.

Nós temos, em Joinville - além de tudo isso, da aposentadoria especial que precisamos, e com urgência -, casos de perseguição de colegas por parte de chefia. É todo o tempo isso. Nós temos um caso em Joinville, e até as colegas estão se fazendo presentes - daqui a pouco nós vamos à Secretária da Saúde.

As servidoras trabalharam 15 anos e 22 anos, respectivamente, na UTI do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville, e depois de toda essa prestação, fazendo 120 horas/plantão no último mês, foram transferidas simplesmente do plantão noturno para o diurno, sem nenhuma conversa, apenas disseram que elas teriam que se adaptar à nova situação, à nova base. Elas nunca deixaram de contribuir, pelo contrário, as colegas de trabalho pedem o seu retorno! Eu estive lá para fazer a pesquisa com as colegas de trabalho: "Não, elas são baitas profissionais, estão aqui e nós as queremos trabalhando conosco". Por simples capricho de chefia, de diretores que não medem as consequências dos fatos, acabam prejudicando a saúde - o emocional delas está abalado com tudo isso.

Gente, o que nós vimos sofrendo com o passar do tempo... Eu não quero me alongar muito, porque também temos um espaço a cumprir - e sempre fui um simpatizante do Enéas, que fala pouco, mas diz aquilo que tem que dizer.

Quero agradecer a presença de todos novamente, e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Valeu, Valério.

A pedido dos funcionários da Comissão de Saúde da Casa, quero esclarecer que os convites para todas as autoridades foram feitos de forma intensiva, por fax, por telefone, além daquele convite normal feito aqui na Assembléia Legislativa. Além desses, nós ainda elaboramos, para algumas autoridades da área da saúde, incluindo o governador, ofício direto do nosso gabinete, para garantir que ninguém... Nós já sabíamos que os convites tinham sido encaminhados às autoridades, mas resolvemos mandá-los de novo, por sugestão também de funcionário da Casa. Mas a questão é aquela que a gente falou inicialmente: quem estivesse aqui estaria comprometido com essa luta. Portanto, é isso que vamos precisar construir posteriormente.

Nós vamos retomar agora a palavra para a mesa. Sei que todas as lideranças da mesa teriam muito a dizer, mas como estamos chegando ao meio-dia eu sugiro que o tempo seja de até cinco minutos. Sei que é quase uma violência falar isso, mas é para tentarmos terminar antes das 13h. Pode ser? Sugiro o sentido inverso da ordem de fala das pessoas na mesa.

Sendo assim, passo a palavra à senhora Liliana Pischki, representando a Central Única dos Trabalhadores/SC.

A SRA. LILIANA PISCKI - Obrigada.

Com relação às denúncias e à questão da sensibilização, eu acho que a gente tem que usar outra palavra: constrangimento. Temos que constranger o governador, constranger os deputados, constranger os aliados, porque quem vota somos nós. Quem tem que estar sensibilizado são todos os demais trabalhadores que não se fazem aqui presentes - não só os da saúde, mas os demais trabalhadores da iniciativa privada, do serviço público que aqui estão representados pelo Sintespe e pelo Sindiprev.

Então, eu acho que é nosso o compromisso de sensibilizar mais um trabalhador, mais dois trabalhadores na questão dos trabalhadores da saúde deste Estado - e aí eu me refiro aos trabalhadores do serviço público e do serviço privado da saúde, todos os trabalhadores da saúde. Constranger aqueles que se dizem representados e aqueles que se dizem representantes - que não são, porque se fossem e tivessem algum compromisso, alguma sensibilidade, estariam aqui defendendo os nossos interesses. Mas não estão, porque têm bem claro de que lado eles estão.

Acho que é nosso papel sensibilizar os trabalhadores para que venham juntos, para que se somem a nós. Porque, como diz o deputado, a correlação de forças a gente faz, e a gente sabe fazer. Mas no depoimento aqui dos demais trabalhadores vimos que não temos espaço. Por quê? Porque não é nos dado o direito de organização no local de trabalho. Como a companheira relatou, não se tem o direito de parar um minuto, dois minutos, cinco minutos, nem no domingo, que se está trabalhando, cuidando de outra pessoa, de uma família que está necessitada de saúde. Nem no domingo, que é um dia que poderia estar com a sua família, não pode parar no local de trabalho para conversar com seu colega. Não temos o direito de estar organizado no local de trabalho para fazer os encontros necessários.

Então, a falta de organização no local de trabalho é de fato, e só se consegue isso se a gente tiver o conjunto dos trabalhadores sensibilizados, para que se possa fazer correlação de força e aí constranger aqueles que se dizem representantes.

Com relação às denúncias, eu coloco aqui à disposição do SindSaúde o site da CUT, para que se faça a denúncia. E quero dizer que os trabalhadores da saúde podem contar com a Central Única dos Trabalhadores, pois vocês não estão sozinhos. Vamos estar junto com vocês encampando essa luta.

Também o outro espaço de denúncia, do descaso da Secretaria de Estado da Saúde em não fazer a discussão, eu e o Marco, também aqui representando a Cist estadual, gostaríamos de fazer um debate profundo com relação à saúde dos servidores da Saúde, dos servidores públicos do Estado. Marco, que a gente possa assumir um compromisso com quem está aqui, fazendo essa discussão na Cist, aí depois via Conselho - também buscar melhor qualificação no seu local de trabalho, uma qualidade de trabalho digno, e a busca por concursos públicos no Estado. Porque a gente vê aqui nos relatos a questão dos servidores estarem sobrecarregados, fazendo horas e horas de plantão, por não ter mais com quem contar.

Eu só quero parabenizar vocês, porque são guerreiros; vocês não são só servidores que estão ali na frente segurando, mas têm a responsabilidade, têm carinho. Eu só quero dar os parabéns para vocês, porque são guerreiros nessa luta em manter os demais cidadãos, os demais trabalhadores ainda com direito à saúde. E de vocês estão sendo tirados esses direitos. (Palmas.)

[A senhora Lecir Jurema Machado manifesta-se fora do microfone: "Eu quero falar uma coisa para que todos saibam. Olhem como eu sai da Maternidade Darci Vargas (mostra as pernas arroxeadas). Tinham duas funcionárias em cada setor... Quero mostrar para o deputado (mostra novamente as pernas arroxeadas) e vou mostrar lá dentro. Eu vou mostrar!" (Palmas.)]

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Com a palavra o senhor Marco Borges.

O SR. MARCO BORGES - Quero lembrar a todos os companheiros que esse tipo de debate deixa claro que nós precisamos ter, além de tudo, não só a preocupação da luta, mas a sensibilidade de entender esse tipo de gesto apresentado pela companheira; a emoção de cada um falando em razão da falta de respeito que existe da parte governamental com os trabalhadores. Não é só deste governo, de governos passados - mas deste governo em especial, porque estamos vivendo esse momento.

Eu gostaria de lembrar que com a ampla maioria que este governo tem em todos os espaços políticos deste Estado, ele poderia fazer uma história bem diferente; uma história de recuperação e respeito aos trabalhadores de Santa Catarina.

Estamos no debate do piso salarial estadual, que este governo também se nega a assinar. Ele se nega a mandar para a Assembléia Legislativa o projeto que atende outras classes de trabalhadores, que eleva o salário, além do salário nacional.

Também refletir sobre o Estado de graça, que o Pedro lembrou, em razão do que o governador fala. Mas esse Estado de graça é para pouca gente, para grupos de empresários, que assumem e assumiram agora, por exemplo, o Hospital Infantil de Joinville - com certeza, para eles esse Estado é uma mãe. Nesse primeiro momento, até o final do ano, estarão recebendo uma quantia insignificante, R\$ 12,8 milhões, que poderiam, pelos cálculos que a gente conhece do setor público, gerenciar e administrar um hospital infantil lá no oeste e na região sul, que não tem; no planalto, e outros hospitais, além de Joinville.

Então, vejam que há prioridades de governo que acabam não atingindo a todos os servidores públicos e a sociedade nesse contexto.

Trazer para a ordem do dia, conforme as falas, levantamento que a gente tem, Schirlei, que foi até citado por você. Hoje, a quantidade de servidores num universo de 120 mil servidores públicos, é em torno de 700 a 800 servidores adoecidos no local de trabalho. É um número significativo pela ausência de políticas na saúde do trabalhador.

Antes de iniciarmos eu estava comentando com o companheiro Marco, que a Diretoria de Saúde do Trabalhador de Santa Catarina faz dois anos que foi criada na Secretaria de Administração, e até hoje não se falou para que veio. Porque em todas as negociações que a gente senta com o governo, não existe nada de prático para desenvolver um trabalho de saúde para os trabalhadores.

E aí precisamos acatar, sim, propostas como a da Schirlei, de unificar, dentro do Fórum das Entidades, a saúde do trabalhador, a política isonômica de salário, no qual o governo se coloca numa situação majestosa de cumpridor da lei. Agora, quando é para atender os nossos interesses, que a lei também manda, ele não cumpre. Ele não cumpre a reposição salarial, as leis que ele criou e aplicou em 2006, de política salarial, de enquadramento, revisão salarial - isso daí ele não cumpre. Então, qual é o problema deste governo? É problema de fato político. E aí a gente precisa fazer esse debate mais apurado e aprofundado.

A política de aposentadoria especial não só é uma geradora de emprego e renda no Estado, como também dá condições do trabalhador, neste estado todo de pessoas que falaram estressadas, desgastadas com o tempo... Estamos sendo crucificados no local de trabalho e não estamos tendo a condição de ir para a casa mais cedo. Essa é a possibilidade. Uma valorização do ser humano em primeiro lugar, em detrimento do trabalho, como foi colocado também pelo Sebastião.

Nós precisamos pensar mais na família e na saúde e menos no trabalho. O trabalho é importante, mas tem o seu espaço. Precisamos resgatar o valor da família, da saúde, para a gente ter uma vida digna e atender bem a sociedade, que é o nosso papel. Como servidor público, esse é o nosso papel, não precisamos nem discutir. Quando se entra no serviço público está lá na nossa cartilha qual é a atribuição de cada um: atender principalmente bem a sociedade. Para isso que nós somos pagos. E os governos também são pagos para isso, não são pagos para destruir o serviço público.

Tenho um encaminhamento a fazer para a mesa também, é tirarmos daqui, hoje, uma moção de repúdio - a fala da Cátia resgata isso - ao governo pela ausência na mesa, que mostra muito bem o desrespeito aos servidores. Aí está a política deste Estado, de desrespeito aos trabalhadores. Uma moção de repúdio a esse governo por não estar aqui, hoje, respeitando e discutindo a saúde dos trabalhadores, a aposentadoria dos trabalhadores, que é digna - digna no seu direito e na sua função. Devemos fazer essa moção e mandar para todos os deputados desta Casa, Soares, ao Ministério Público, ao Judiciário. Para onde alcançar o nosso direito vamos mandar essa moção de repúdio pela ausência.

E o tratamento dado à política do Estado em relação à campanha salarial que a gente vem desenvolvendo, o sindicato da Saúde vem desenvolvendo, que também se dê no cumprimento da lei, na igualdade da aposentadoria, porque a lei é muito clara - uma lei complementar resolve.

Logicamente que a proposta do Soares também a gente assina embaixo, se é a seqüência da PEC na Constituição do Estado. Temos dois caminhos e o governo pode fazer sem problema, até porque vai dar visibilidade a um governo de responsabilidade e também vai trazer novo corpo funcional para o Estado com mais vitalidade - e lógico que o Estado carece de concursos imediatos e urgentemente.

Agradeço a vinda de todos neste debate, e obrigado, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Passo a palavra ao senhor Marco Borges, do Sintufsc.

O SR. MARCO BORGES - Gostaria de agradecer o deputado e a Comissão de Saúde desta Casa pelo convite. Sinto-me, em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, extremamente honrado com o convite e a oportunidade de colaborar com esse debate.

Eu teria muita coisa para comentar, porque as falas aqui foram muito importantes. Eu anotei todas, mas acho que devemos encaminhar a prerrogativa de trabalho que a Schirlei apresentou, até como membro da Cist/SC, que é o levantamento de dados dos agravos dos trabalhadores dentro do setor público (não necessariamente só da Saúde), para dentro do instrumento da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, do Conselho Estadual de Saúde, fazermos esse trabalho. E isso não se resolve assim, é um trabalho que precisa de entidades, precisa do conjunto do movimento dos trabalhadores participando ativamente, propositivamente, para que se consiga pressionar aqueles que têm à mão a caneta do poder, em nome do poder neoliberal que vivemos no nosso país.

Não podemos nos iludir e achar que estamos vivendo num Estado democrático de direito. O Estado democrático de direito é para quem está no poder, e os trabalhadores não estão no poder. O Partido dos Trabalhadores, infelizmente, fez uma opção aquém do que a classe trabalhadora no País esperava. Estamos vivendo aí os amargores da reforma da previdência - conforme o Pedro já salientou aqui - e nós, servidores públicos, somos os maiores prejudicados, alijados. E ainda trazemos a alcunha do governo de Dom Fernando II, quando nos disse que somos preguiçosos, vagabundos, que não gostamos de trabalhar, que reclamamos do nosso salário e do que fazemos. Eu não faço isso - e não vou enumerar aqui as atividades como as companheiras Cátia e Celina fizeram tão eloquentemente. Penso que cada um de nós sabe de suas obrigações e de seus deveres como cidadão. E quando pensamos em cidadão, temos que colocar aqui a outra cidadã, o outro cidadão, e que poderia ser nós ocupando esse lugar de necessidade.

Estive conversando ao pé do ouvido - digamos assim - com o deputado, e procurei na minha pasta o documento que protocolamos na última reunião ordinária do Conselho Estadual, que é um ofício da minha entidade sindical, solicitando que a Secretaria de Estado da Saúde, pelo Conselho Estadual de Saúde, realize uma audiência pública para debatermos, com toda a sociedade civil deste Estado - não somente com os trabalhadores da saúde -, qual a concepção de Estado que queremos e quais as modalidades de gestão, por dentro do Sistema Único de Saúde, para ofertar à população.

Hoje, dentro do Congresso Nacional, está tramitando o Projeto 092, que trata das fundações estatais. Mas há outros projetos mirabolantes que também tendem a extirpar praticamente os trabalhadores da Saúde como categoria unificada. É o Projeto 026, que está no Senado, que extingue as categorias de auxiliares e técnicos de enfermagem e as parteiras. Esses segmentos da enfermagem, da área da Saúde, que tocam o atendimento nas regiões em que não chega o sistema público, principalmente na região Centro-Oeste e na Amazônia, no nosso Brasil.

Então, eu gostaria que a Comissão fizesse contato com o Sintufsc. Nós temos aqui a cópia do ofício - mas temos que protocolar e devolver a minha entidade sindical - em que requeremos a audiência pública dentro da Assembléia, para tratar sobre a concepção de Estado e as fundações estatais por dentro do Estado, bem como para discutir OS e Oscip. Essa discussão não travou pelo fato do Hemosc e do Cepon terem sido transformados em OS, pessoal. A luta não terminou. Enquanto houver fôlego para a classe trabalhadora nós devemos fazer a resistência, sim. E acredito que a coragem está no nível de enfrentamento às reformas neoliberais que estão sendo implementadas no nosso país.

Para finalizar, eu gostaria de informar - e conclamar - à classe trabalhadora da saúde no Estado que nós, por dentro do Conselho Estadual, vamos realizar a V Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, que vai ser em Caçador, no meio-oeste do Estado, justamente para tentar contemplar as regiões do extremo oeste, do meio-oeste, do planalto norte e planalto nordeste, que têm grande dificuldade, por parte dos gestores, em liberar os trabalhadores que têm representação nos Conselhos municipais a participarem desse momento, para discutirmos não só a questão do SUS, mas a questão da saúde do trabalhador no Estado.

Então, conclamo aos companheiros que vieram de outras regiões, além de Florianópolis, para fazerem parte dos conselhos de saúde, porque, apesar de ser um espaço que muitas vezes a regra é ditada pelo gestor municipal, temos a capacidade e o dever de ocupar esses espaços do movimento sindical dentro dos conselhos de saúde.

Em fevereiro deste ano, a CUT apresentou no Congresso Nacional as diretrizes para a formulação do projeto de lei complementar que especifica, justamente, os artigos 57 e 58 da Lei 8.213 que trata da aposentadoria especial. São 14 itens, que não vou ler aqui por ser muito extenso, que tratam, basicamente, de questões que devemos ter já um certo acúmulo por dentro das comissões e locais por trabalho, contrapondo a lógica da Cipa, que é uma discussão que as entidades, que o movimento sindical tem de aprofundar.

Eu não quero aqui iniciar esse debate, apenas colocar um elemento: que a gente possa ter mais audiências públicas, que a gente possa aprofundar esse debate, deputado Soares, com as outras categorias do serviço público.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade. Vamos à luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Muito obrigado, Marco.

Com a palavra o senhor Victor Crespi.

O SR. VICTOR CRESPI - Como acho que tudo já foi falado, gostaria apenas de comentar uma questão: se a luta dos trabalhadores ficar restrita a um aspecto, ela tende a falhar. Então, a questão da aposentadoria especial tem que estar vinculada a uma luta maior, que é a luta por melhores condições de trabalho. Se isso não for feito, qual será a tendência? As pessoas vão deixar de trabalhar? Vão se aposentar com menor tempo de serviço, vão deixar de ter dupla jornada, de fazer outro trabalho, vão continuar trabalhando nas condições que trabalham hoje?

A luta por melhores condições de trabalho é fundamental, isso tem que estar atrelado, essa questão da aposentadoria é um dos aspectos.

E digo mais: não é só o problema da questão da saúde. Vocês, trabalhadores, têm na família outros trabalhadores, então a luta tem que ser geral. O início é esse, a discussão é essa, só que isso vocês têm de ampliar.

Coloco o Centro de Referência do Trabalhador à disposição de vocês no sentido de desenvolver ações práticas. Existe dinheiro do governo federal, é dinheiro público que a gente pode direcionar para aprofundar questões de interesse da saúde em particular, dos trabalhadores em geral, discutir a questão da aposentadoria, das condições de trabalho.

Como servidor da Secretaria de Estado da Administração, estou à disposição para discutir mais pormenorizadamente essas questões. Se houver um caminho, levar isso até o secretário de Estado da Administração - falaram tanto que poderia vir do Executivo -, e estou falando como servidor. Talvez seja um caminho nós, como servidores, via Secretaria da Administração, termos um projeto vindo dos trabalhadores, lá da Saúde, da Administração, para, de repente, podermos construir alguma coisa.

Eu fico à disposição para aquilo que for possível e útil.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Victor.

Com a palavra a doutora Marta Muller, representante do Conselho Regional de Medicina.

A SRA. MARTA MULLER - Bem, acho que o debate que tivemos esta manhã foi extremamente importante, reflete o que estamos realmente passando, que é um momento muito importante na Saúde.

A não-participação de deputados, de representantes da Secretaria da Saúde e, digo mais, de representantes das instituições em que trabalhamos, diretores e administradores, quer dizer que estamos falando para nós mesmos, denota que temos uma luta pela frente bastante grande, mas uma luta que passa pela sensibilização, e vejo que essa sensibilização só pode acontecer através daquilo que disse a servidora: educação.

A grande maioria dos funcionários, a grande maioria dos servidores não está aqui não só por falta de tempo, porque está trabalhando, mas porque não tem conhecimento daquilo que se está discutindo. Então, não conhece seus direitos, não conhece suas obrigações.

Nós vivemos numa sociedade onde a cultura é boa àquele que tira proveito. Essa é a cultura da nossa sociedade. Aquele que trabalha seriamente, aquele que cumpre as suas obrigações, aquele que participa, aquele que se doa, é considerado uma pessoa boba, digamos assim, para não dizer outro termo pejorativo. Então, essa é uma cultura que precisa mudar.

Nós precisamos saber das legislações, nós precisamos saber das nossas obrigações, dos nossos direitos, e participar muito mais. Como nós vamos fazer isso? Nós somos poucos aqui, considerando todos os trabalhadores da saúde. Mas eu acho que cada um que está aqui, está aqui porque está ciente da situação e isso é muito bom. Então, nós devemos passar essas informações às outras pessoas. E vamos começar. Se é difícil organizar dentro do setor, vamos começar a conversar com a colega que está ao lado, mostrar a legislação, falar. Na hora do lanche, na hora do almoço, vamos fazer grupos pequenos e que esses grupos pequenos, dentro do seu setor, comecem a passar para o departamento e assim para a unidade.

Como disse o deputado inicialmente, esta Casa trabalha por força das circunstâncias, da população que exige. Então, nós precisamos mostrar forças, nós precisamos exigir. Mas, para isso, nós precisamos uma participação maior. Essa cultura precisa ser modificada e nós temos a obrigação de participar da mudança dessa cultura.

Eu não gostaria de polemizar aqui com relação à questão de OS, até porque eu participei efetivamente, quem é do Cepon/Hemosc sabe, da criação da fundação há dez anos. E não há dúvida nenhuma de que houve um encaminhamento bastante importante contra a criação da fundação, que durou dez anos, com grande repercussão no atendimento à população e para os funcionários. As coisas mudaram e eu não gostaria de discutir a OS, até porque eu não participei disso, eu participei pouco, mas acho que os funcionários do Hemosc e do Cepon tiveram uma participação fundamental nessa questão da OS pelo Hemosc/Cepon, na reivindicação de manter os direitos e principalmente na reivindicação de manter a estrutura de atendimento aos pacientes.

Por que eles participaram? Porque eles tiveram durante muito tempo dentro da fundação uma participação mais efetiva no processo de administração da instituição. Então, eu acho que o conhecimento do que é instituição, conhecimento de cada atitude, de cada funcionário, de cada servidor, dentro daquela instituição, é fundamental para que se possa chegar a um momento de reivindicação maior, como essa da aposentadoria especial.

Então eu vejo que cada um de nós tem uma participação importante no repasse desse conhecimento e no convencimento de cada um dos outros servidores. E nós só vamos conseguir isso quando tivermos essa luta integrada.

Eu diria que a palavra do Crespi foi extremamente importante, porque nós estamos hoje batalhando pela aposentadoria especial, mas nós precisamos continuar a batalhar por outros aspectos, como condições de trabalho, remuneração do servidor e fundamentalmente a manutenção e a eficiência do Sistema Único de Saúde, que é fundamental para toda a população do Brasil e por isso nós defendemos.

Mais uma vez parabéns ao deputado, os membros da mesa e agradeço a presença de todos vocês que, para mim, é extremamente importante. Coloco o Conselho à disposição.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Concedo finalmente a palavra à presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (SindSaúde), Edileuza Garcia Fortuna.

A SRA. EDILEUZA GARCIA FORTUNA - Primeiro gostaria de dizer que é importante o debate. Como já foi citado, pena que a gente está falando para nós mesmos. Mas o nosso objetivo, enquanto Sindicato da Saúde, é elevar o nível de consciência dos trabalhadores e mostrar a importância da participação de cada um como agente transformador desse modelo que estamos vivendo.

A nossa luta, pelo menos nesse ano da nossa gestão no SindSaúde, é para manter os direitos; tivemos o Plano de Cargos e Salários aprovado e temos que ir lutar pela progressão funcional. Então, é manter os direitos, e não propor outras conquistas. Esse é o exemplo da aposentadoria especial, que deveria estar efetivamente acontecendo.

É importante salientar esses dados que trouxemos da Secretaria de Administração relativos a afastamento: dos 10.200 servidores ativos da Secretaria de Estado da Saúde, 3.965 foram afastados no último ano, ou seja, 38,8%. Desses 3.965 servidores, 773 (ou seja, 19,5%) têm mais de 25 anos de serviço. É um dado que a gente precisa avaliar, além de ver qual é a condição desses trabalhadores, como está a saúde deles.

Outra questão é o excesso de carga horária. Nós ganhamos 30 horas semanais, mas também ganhamos a maldita hora-plantão para o incremento salarial, e ninguém pode se desvencilhar disso. E agora tem uma nova modalidade: além das 60 horas-plantão, tem as 200 horas de sobreaviso - e já virou moda o pessoal de Joinville fazer 120 horas-plantão. Então, 30 horas semanais mais 30 horas-plantão é igual a 60 horas semanais, porque a média é 45 horas semanais com 60 horas-plantão (se faz o dobro, dá 60 horas). Pergunto: qual é a qualidade de assistência que nós prestamos aos nossos usuários do Sistema Único de Saúde e qual é a nossa saúde enquanto trabalhador?

Então, acredito que, além de elevar o nível de consciência, a gente tem que pensar na qualidade da saúde do trabalhador.

Sobre a gente discutir a gestão, já foi dito que toda vez que sentamos à mesa de negociação o problema é esse. Não temos culpa do modelo de gestão que está implantado. Defendemos o Sistema Único de Saúde, defendemos saúde pública, gratuita e de qualidade, e não queremos entrar nessa de que servidor público está em extinção. A gente vai lutar, sim, pelo serviço público com concurso público sempre!

Quando se fala da participação dos servidores, gostaria de dizer que o SindSaúde, além de já ter feito inúmeras assembleias neste ano, está em estado de greve desde março, e acredito que hoje à tarde a gente consiga desvencilhar isso com a proposta horrorosa que veio da Secretaria: ou vai ou racha.

A maior participação que a gente já teve foi de quinhentos ou mais servidores na semana passada pedindo aposentadoria especial. Então, na reunião de diretoria, conversávamos com o comando de mobilização que ninguém mais quer discutir salário, que queremos discutir saúde do trabalhador, aposentadoria especial, e é isso que estamos aqui prontos para fazer, é isso que motiva os trabalhadores. Porque, bem ou mal, está se fazendo sessenta horas-plantão e ganhando o salário; agora, qual é a qualidade disso?

Para encerrar, vamos apresentar o nosso encaminhamento nesta audiência pública. Antes, queremos registrar que não tem ninguém aqui da Comissão de Saúde, e são cinco, seis ou sete deputados que a integram. Que vergonha! Onde estão os médicos, as enfermeiras, onde está essa gente que não está aqui para discutir a saúde do trabalhador e a nossa situação como trabalhador em saúde? E foram convidados, porque os servidores da Assembléia fizeram esse trabalho.

Gostaria, portanto, de pedir que seja encaminhada pela Assembléia Legislativa uma audiência com o governador do Estado, que não atendeu nenhuma entidade sindical nesses últimos anos, mas que em conjunto, SindSaúde, Sintespe, Sindicato das Farmácias e Sindicato dos Médicos - e peço que a companhia encaminhe o pedido para que o Sindicato dos Médicos venha junto conosco, porque é a mesma luta, somos todos trabalhadores da área da saúde -, talvez ele atenda, para que ele coloque essa lei complementar da saúde.

Para encerrar, deputado, eu estava lendo o jornal Granma, de Cuba, onde existe a melhor medicina do mundo, e numa matéria um médico cubano que havia prestado serviço voluntário em outros países disse que o mais gratificante como trabalhador da saúde não era o salário nem a condição de trabalhador, mas, sim, o sorriso da mãe que vinha agradecer quando ele atendia uma criança doente e de um idoso agradecendo pelo atendimento recebido, e isso especialmente em países pobres. E para nós, trabalhadores da saúde, o nosso maior reconhecimento e a nossa maior alegria não é aquele mínimo salário que recebemos no final do mês, mas, sim, o fato de prestarmos uma saúde de qualidade, pública e gratuita para toda a população de Santa Catarina.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Obrigado, Edileuza.

Nós temos aqui algumas propostas de encaminhamento que, na minha avaliação, não são contraditórias, de forma que acho fácil aprovarmos todas por unanimidade. Uma é a proposta do Ceresst para realizar cursos, palestras, debates em geral, em qualquer hospital, em qualquer quartel, em qualquer local de trabalho de qualquer cidade do Estado, evidentemente que dentro das condições possíveis, para potencializar esse conhecimento de preferência com todos os trabalhadores do serviço público ou os trabalhadores em geral. Outras propostas: a organização, através das entidades sindicais, de debates sobre a saúde do trabalhador em geral; um estudo sobre o número, e daí eu não sei quem realizaria, de suicídio entre os trabalhadores da saúde - nada contra que se faça o estudo, muito pelo contrário, e vocês podem ganhar em picada de agulha, mas em suicídio acho que o pessoal da segurança está na frente.

O SR. VICTOR CRESPI - Deputado, só em nível de informação, gostaria de dizer que a responsabilidade pela administração dos recursos humanos do Estado, ainda se chama assim, é da Secretaria de Estado da Administração, que tem uma perícia médica e uma Gerência de Saúde Ocupacional. Esses dados que vocês têm aqui na cartilhinha do sindicato saíram das informações da Administração, mas como ela não consegue fazer

estatística, o Sindicato da Saúde, junto com o (*ininteligível*), teve que pagar uma pesquisadora para fazer. É uma vergonha, mas é oriundo daqueles dados de lá. Então essa informação tem que ser requerida diretamente ao secretário de Estado da Administração, é responsabilidade do secretário prestar essas informações da saúde e do adocimento dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Muito obrigado, Victor.

A proposta, então, é que se requeira à Secretaria da Administração esses dados, que eles já teriam. Está aqui aprovado também.

Moção de repúdio em virtude da ausência de representante do Poder Executivo a esta audiência pública. Também encaminhá-la aos outros Poderes, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público.

Enviar ata desta audiência pública a todas as autoridades que foram convidadas para participar.

Proposta do Marcos: realizar audiência pública com todos os segmentos da saúde e com a sociedade para discutir as fundações estatais de direito privado, as organizações sociais etc. Inclusive ele já está com um ofício requerendo isso. De nossa parte o encaminharemos - e por sugestão desta audiência pública, fica reforçado como mais um pedido constado em ata.

Vincular a luta pela aposentadoria especial com a luta geral por melhores condições de trabalho, o que inclui inclusive uma política salarial mais justa e menos extorsiva, no aspecto que foi dito aqui. Ou seja, vocês terão salários se trabalharem mais do que já trabalham. Ai não é uma política salarial, é uma extorsão, é uma situação de superexploração.

(A senhora Schirlei de Azevedo do Amaral Ribeiro manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Propôs que...

(O senhor Marco Borges manifesta-se fora do microfone: "A Cist, Comissão Intersectorial da Saúde do Trabalhador, pelo Conselho Estadual, tem meios de acelerar isso por dentro da Secretaria - até em conjunto com o Cerest, aproveitando que o Victor até deu um sinal ali sobre os cursos de formação. Isso tudo tende a conseguirmos abranger os outros seis Cerests no Estado.")

Certo. De acordo com a participação da Cist.

Pedir audiência pública com o governador do Estado, audiência esta assinada por todos os sindicatos e entidades ou conselhos participantes desta audiência pública e outros que porventura possam estar interessados nesse debate. Ou seja, encaminhar um ofício para o governador pedindo audiência - fica constado em ata também que isso estaria sendo feito.

De minha parte, além de fazer uma ata em que constem todas essas deliberações, creio que é importante (e até sugeri) buscar a adesão de todos os líderes dos partidos para assinarem uma indicação ao governador do Estado, pedindo encaminhamento do projeto de lei complementar da aposentadoria especial, no sentido de buscar comprometer, desde agora, as lideranças políticas. Qual a lógica disso? Se ficar sendo uma proposta do deputado Sargento Soares, não teremos resultado. A idéia é buscar envolver o líder de cada partido, assinando uma indicação que seja aprovada aqui e encaminhada ao governador do Estado.

(A senhora Edileuza Garcia Fortuna manifesta-se fora do microfone: "A questão da subcomissão de saúde do trabalhador na Comissão de Saúde da Alesc.")

E existe essa subcomissão?

(A senhora Edileuza Garcia Fortuna manifesta-se fora do microfone: "Não, formar.")

Criar uma subcomissão de saúde do trabalhador na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa.

(O senhor Victor Crespi manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Certo. Buscar nessa audiência com o governador que ele determine, com a Secretaria da Administração, com todos os outros órgãos do governo e com a Secretaria da Saúde, um estudo sobre as condições de implementação da aposentadoria especial. Até porque esse foi o argumento principal para a não-admissibilidade do projeto na terça-feira passada: "Não, infelizmente nós não temos dados do que isso impactaria lá no serviço etc." Embora a PEC já estivesse tramitando há quatro meses, não tinham essa informação. Então, trabalhar no sentido de construir paralelamente esse estudo.

(O senhor Victor Crespi manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Com a proposta do Victor está todo mundo de acordo, não é? Trabalhar com o governo do Estado para que o governador determine um estudo sobre os impactos, os resultados e a necessidade da aposentadoria especial dos trabalhadores da saúde; uma comissão do governo com a participação das entidades sindicais dos setores ligados.

A Edileuza quer dar dois avisos.

A SRA. EDILEUZA GARCIA FORTUNA - Hoje à tarde, a partir das 14h, teremos a assembléia geral da categoria, que vai ser no mesmo local. Então, a partir das 13h o pessoal vai almoçar aqui, e o restante que virá dos hospitais aguardarão aqui no auditório.

Também foi esquecido de citar que tem eleição do Conselho Regional de Enfermagem, e pela primeira vez na história temos uma chapa de oposição (*palmas*). Então, é bom estarmos atentos a isso. Será no final deste mês.

Por último, o Sindprevs está em eleição no final deste mês e tem uma chapa de oposição também, mas a gente sabe que tem um trabalho excelente.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. MARCO BORGES - Na verdade, a gente bate palmas para o anúncio das eleições, mas a gente sabe que isso aí é uma faca no pescoço de quem está entrando para coordenar uma entidade sindical, um conselho de profissionais.

Da nossa parte do Sintufsc, queremos colocar que tem algumas pessoas que participam dentro da área da saúde, dentro da Universidade Federal, que historicamente vêm brigando para mudar o que vem acontecendo no Coren. Que a gente possa realmente se inserir e cobrar, para que não sejam, depois, só as anuidades fazendo valer o papel deles.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Sargento Amauri Soares) - Antes de encerrar esta audiência pública, eu quero fazer um agradecimento à representante da CUT, Liliãna; ao representante do Sintespe, companheiro Mário; ao representante do Sintufsc, Marco; ao Victor, do Cerest; à doutora Marta, do Conselho Regional de Medicina; à Edileuza, do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde.

Quero agradecer a presença de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do sistema de saúde, parabenizando-os pela mobilização e pela luta; agradecer aos servidores da Assembléia Legislativa, da Comissão de Educação, da taquigrafia e dos demais servidores da Assembléia Legislativa, que garantem o suporte técnico e material para a realização da assembléia.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 271/08

INSTITUTO SCHWANKE LUIZ HENRIQUE SCHWANKE

Joinville, 13 de setembro de 2008

Exmo. Sr.

Deputado Julio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis - SC

Senhor Deputado:

Em atendimento ao item IX do art. 2º da Lei 10.436 de 01.07.1997, o Instituto Luiz Henrique Schwanke, CNPJ 05.913.091/0001-70, entidade privada sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública Estadual, encaminha os documentos abaixo:

- 1 - Relatório da diretoria em dezembro de 2005, 2006 e 2007;
- 2 - Balanço patrimonial de 2005, 2006 e 2007;
- 3 - Balanço publicado em jornal de 2005, 2006 e 2007;
- 4 - Parecer do Conselho Fiscal de 2005, 2006 e 2007;
- 5 - Alteração Contratual de 30/08/2007;
- 6 - Cópia da Lei de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento, agradecemos pela atenção de Vossa Senhoria e firmamos-nos muito cordial e

Atenciosamente,

Maria Regina Schwanke Schroeder

Diretora Administrativa do Instituto Schwanke

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 272/08

Blumenau(SC), 01 de setembro de 2008

Prezado Senhor
Deputado Jean Kuhlmann
Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia, inscrita no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, vem respeitosamente solicitar que seja encaminhado para o setor responsável a documentação anexa que se refere a prestação de contas anual para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual conforme requisitos da Lei nº 14.182 de 01/11/2007.
Solicitamos ainda que qualquer contato e documentação seja encaminhada diretamente para nosso escritório de contabilidade conforme dados abaixo:
RH Santa Catarina Contabilidade S/S Ltda.
Rua XV de Novembro, 750, Sala 03
89010-000, Centro, Blumenau, SC
(47) 3322-6123/charles@rhcontabilidade.com.br
Atenciosamente,

CASA DE APOIO

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 273/08**FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL DE SÃO MARTINHO**

São Martinho/SC, 16 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual
Jean Kuhlmann
MD Presidente da Comissão de Trabalho, Adm. e Serviços Públicos
Florianópolis (SC)
Senhor Presidente,
Vimos por intermédio deste encaminhar a Vossa Excelência, cópia do relatório de atividades do exercício de 2007 da Fundação Médico Social Rural de São Martinho, assim como, cópia do Balanço Contábil do exercício de 2007, acompanhado da declaração de que esta entidade continua a cumprir os requisitos exigidos para a manutenção da declaração de utilidade pública.
Sendo o que me apresenta no momento subscrevo-me.
Atenciosamente,

Margarida Marcos Warmling
Presidenta Interina

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 274/08**RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2007****APRESENTAÇÃO:**

A Instituição sem fins lucrativos Cidade da Esperança foi criada com a missão de trazer à tona a fraternidade, o amor e a humildade a muito tempo esquecida pelo homem.
Tem como princípio fazer renascer o sentimento de igualdade entre as pessoas que vêm em busca de ajuda, sem questionar credo, etnia ou classe social, produzindo o bem estar na aplicação de técnicas terapêuticas, fitoterapia aplicada e palestras de orientações educativas, tendo estas como público alvo.
A Instituição traz com ela desde a raiz seu perfil constituído pela fraternidade, amor e caridade baseado na prática do dia a dia. Seu lema é "um por todos e todos por um". Ajuda e cria solidariedade fornecendo, através de várias campanhas, cobertores, cestas básicas, roupas, brinquedos, enxovais e sendo assim levando a esperança a diversas famílias pelo país.
Na entidade, existe cerca de 230 voluntários, que se dedicam, gratuitamente, as mais variadas tarefas. Cada um tem sua área responsável na instituição, onde realizam, em conjunto, o trabalho do dia. Estes mesmos participam quinzenalmente de treinamentos, ministrados pela casa, para o aprimoramento do atendimento.
Sua manutenção dá-se por campanhas, doações de alguns abnegados, subvenções públicas e auxílio de seu presidente.

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 275/08**SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA TERESINHA****HOSPITAL SANTA TERESINHA**

Of. Nº 085/2008

Braço do Norte (SC), 11 de setembro de 2008

Ilmo. Senhor
Julio Cesar Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através do presente enviar relatório de prestação de contas através do relatório anual de atividades (Ano 2007) para permanência da Utilidade Pública Estadual, em cumprimento a Lei Nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

Considerando que o Estado não instituiu modelo padrão de relatório a ser utilizado pelas Instituições para apresentação do relatório anual de atividades, estamos enviando o relatório utilizado pelo Ministério da Justiça cuja prestação de contas foi aprovada como pode ser observada na certidão enviada anexo.

Enviamos também Cópia autenticada da ata da eleição e tomada de posse da atual diretoria, cópia autenticada do Estatuto da Sociedade Beneficente Santa Teresinha, Declaração assinada pelo Presidente e Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

Solicitamos que após conferência e aprovação dos relatórios seja enviada a Instituição CERTIDÃO para comprovação do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento e certos de Vossa compreensão e atendimento, elevamos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Edemir Della Giustina

Presidente da Sociedade Beneficente Santa Teresinha

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 276/08**HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**

Ofício nº 0127/08

Urussanga, 02 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor

JÚLIO GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Deputado,

Saudando-o cordialmente, encaminho, anexo, a Vossa Excelência, cópia do relatório Circunstanciado relativo ao ano de 2007, desta instituição hospitalar, em face da sua condição de entidade declarada de Utilidade Pública Estadual, através da Lei Nº 4.009, de 17/07/1967, para fins de cumprimento ao contido no Artigo 5º, do Decreto Nº 50.517, de 02/05/1961, bem como a documentação pertinente para as Associações.
Na oportunidade, apresento-lhe toda minha consideração e apreço.

CLEUSA REGINA ROVARIS CECHINEL

Presidente do HNSC

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 277/08

Blumenau (SC), 01 de setembro de 2008

Prezado Senhor

Deputado Jean Kuhlmann

Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, vem respeitosamente solicitar que seja encaminhado para o setor responsável a documentação anexa que se refere a prestação de contas anual para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual conforme requisitos da Lei nº 14.182 de 01/11/2007.

Solicitamos ainda que qualquer contato e documentação seja encaminhada diretamente para nosso escritório de contabilidade conforme dados abaixo:

RH Santa Catarina Contabilidade S/S Ltda.

Rua XV de Novembro, 750, Sala 03

89010-000, Centro, Blumenau, SC

(47) 3322-6123/charles@rhcontabilidade.com.br

Atenciosamente,

ABADA

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 278/08

Blumenau (SC), 01 de setembro de 2008

Prezado Senhor

Deputado Jean Kuhlmann

Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.035/0001-07, vem respeitosamente solicitar que seja encaminhado para o setor responsável a documentação anexa que se refere a prestação de contas anual para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual conforme requisitos da Lei nº 14.182 de 01/11/2007.

Solicitamos ainda que qualquer contato e documentação seja encaminhada diretamente para nosso escritório de contabilidade conforme dados abaixo:

RH Santa Catarina Contabilidade S/S Ltda.

Rua XV de Novembro, 750, Sala 03

89010-000, Centro, Blumenau, SC

(47) 3322-6123/charles@rhcontabilidade.com.br

Atenciosamente,

ABLUDEF

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 279/08

Blumenau (SC), 01 de setembro de 2008

Prezado Senhor
Deputado Jean Kuhlmann
Associação Blumenauense de Apoio e Prevenção a AIDS - ABAPA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.968.315/0001-27, vem respeitosamente solicitar que seja encaminhado para o setor responsável a documentação anexa que se refere a prestação de contas anual para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual conforme requisitos da Lei nº 14.182 de 01/11/2007.

Solicitamos ainda que qualquer contato e documentação seja encaminhada diretamente para nosso escritório de contabilidade conforme dados abaixo:
RH Santa Catarina Contabilidade S/S Ltda.
Rua XV de Novembro, 750, Sala 03
89010-000, Centro, Blumenau, SC
(47) 3322-6123/charles@rhcontabilidade.com.br
Atenciosamente,

ABAPA

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 280/08**ASSOCIAÇÃO DOS DIABÉTICOS DE ITAJAÍ E NAVEGANTES**

Itajaí, 25 de agosto de 2008

Ao
Presidente da Assembléia Legislativa
Deputado Júlio Garcia

Venho através deste encaminhar o relatório anual das atividades, declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública, balanço contábil, para o devido controle e identificação das entidades declaradas de utilidade pública estadual.

Atenciosamente.

Ademar de Barros
Presidente da ADIN

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 281/09**ASSOCIAÇÃO DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL**

JOINVILLE, 01 DE SETEMBRO DE 2008

ILMO. SENHOR
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
M.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
PREZADO SENHOR

A ADIPROS (Associação Diocesana de Promoção Social) está enviando os relatórios e os documentos solicitados para a renovação da Utilidade Pública Estadual.

Gostariamos antes de mais nada, dar uma justificativa do não envio de relatórios anuais ao Estado para a renovação da Utilidade Pública.

1º - Em Abril 2005 Faleceu o Diácomo José Carlos Ekstein responsável pela documentação da entidade e elaboração de relatórios para serem enviados ao Município, Estado e União.

2º - Em 2006, pela ironia do destino faleceu a Secretária Roseni Marques, da ADIPROS, que estava a par das documentações, envios de relatórios. Com isso ficamos sem referência para a continuidade da manutenção das Utilidades Públicas. Para a Utilidade Pública Municipal e Federal, recebemos comunicados anuais nos alertando do tempo de vencimento e do envio de novas documentações e no próprio certificado consta a validade do mesmo. Com a Estadual só recebemos comunicado este mês e por este motivo estamos mandando o relatório dos anos anteriores.

Agradecemos vossa compreensão em nos ter enviado o ofício solicitando providências para o envio de documentos e relatórios e aproveitamos enviar os relatórios de dois anos anteriores. E que sem dúvida em 2009 já estamos sabendo desta exigência, e estamos abertos para providenciar qualquer documento que for necessário para a manutenção desta Utilidade Pública, que nos é da maior importância pelos trabalhos que realizamos em nossa entidade.

Atenciosamente,

Ivone Westrupp Effting
Administradora e Procuradora da ADIPROS

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 282/08**REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE TIMBÓ**

TIMBÓ, SC, 29 de agosto de 2008

Exmo. Sr.
Deputado Jean Kuhlmann
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
Senhor Deputado,
Em cumprimento ao Ofício Circular nº 025/2008, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, encaminha a esta Casa, Relatório das Atividades desenvolvidas nas Gestões 2005/2006-2007/2009; Atestado de Funcionamento, cópia autenticada do Estatuto e Balancete Contábil.
Sem mais para o momento, permanecemos à inteira disposição.
Atenciosamente,

ZULEIDE CASAGRANDE ANGELO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 283/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL SANTA CATARINA
ESTATUTO SOCIAL DA
FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL SANTA CATARINA
DE PETROLÂNDIA
CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL SANTA CATARINA DE PETROLÂNDIA, instituída pela escritura pública de 23 (vinte três) de setembro de 1975, lavrada em notas do Tabelião de Petrolândia-SC, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, reger-se-á pelos presentes estatutos e terá sede o foro nesta cidade.

Artigo 2º - A FUNDAÇÃO terá existência por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Artigo 3º - A FUNDAÇÃO tem as seguintes finalidades, que não poderão ser alteradas em nenhuma hipótese:

I - criação e manutenção de unidades hospitalares, assistenciais, médicas e ambulatoriais, destinadas a atender os produtores e trabalhadores rurais e seus dependentes;

II - realização de medicina preventiva em favor do produtor e trabalhador rural;

III - desenvolvimento de campanhas visando a educação sanitária do produtor e trabalhador rural, por palestras, cursos e programas radiofônicos;

IV - elevação do padrão de saúde do produtor e trabalhador rural, mediante cooperação com a comunidade e as entidades públicas e privadas dedicadas aos mesmos propósitos.

V - Aplicação integral de suas rendas recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais no território nacional.

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 284/08**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE**

Of. GAP nº 391-08

Lages, 29 de agosto de 2008

Senhor
Dep. Jean Kuhlmann
Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Prezado senhor,
Com nossas cordiais saudações, encaminhamos o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2007, de acordo com a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007 e conforme solicitado no Ofício Circular nº 025/2008.

Salientamos, ainda, que a não-entrega até 30 de junho se deu por desconhecimento da lei acima mencionada e para os próximos anos estará dentro da programação institucional de apresentação de prestação de contas anual.

Outrossim, conforme demonstrará o relatório que esta Instituição está apresentando, a entidade faz jus ao título de utilidade pública estadual. Os documentos encaminhados são:

- Relatório de atividades do ano de 2007
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública

- Balancete contábil
Certos da sua atenção, agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

Gilberto Borges de Sá
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 285/08

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
ESCOLA ESPECIAL "MARLENE STIEVEN"**
Ofício nº 104/008

Xaxim (SC), 04 de setembro de 2008

ILMO SENHOR
JULIO GARCIA
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - SC

Vimos por meio deste, encaminhar a documentação conforme a Lei nº 14.182/2007, que foi sancionada em 1º de novembro de 2007, e vigorada a partir de 1º de janeiro de 2008, para que possamos manter o status de utilidade pública estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos, colocando-nos a disposição para os esclarecimentos que ainda possam se fazer necessário.

Atenciosamente,
Gilvane Toaldo Giachini
Secretária da APAE de Xaxim

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 286/08

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE -
FORQUILHINHA**
OF. Nº 80/08

Forquilha, 16 de setembro de 2008

Ilmo Senhor
DR. JOACIR MONTAGNA
Assessor Jurídico da Federação das APAEs de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Ilustríssimo Senhor

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste encaminhar, em anexo, documentação solicitada referente ao status de Utilidade Pública Estadual.

Gostaria de solicitar, se possível, confirmação de recebimento desta documentação, para que nossa instituição possa estar segura de seu cumprimento junto ao que lhe é solicitado. A confirmação poderá ser feita pelo e-mail apaeforquilha@ibest.com.br

Atenciosamente,
EDINÉIA SILVA TROMBIM
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 287/08

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
GUARACIABA - APAE**
Of. 057/2008

Guaraciaba-SC, 15 de setembro de 2008

Ao Exmo. Senhor
JULIO GARCIA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Conforme a lei nº 14.182/2007 de 1º de novembro de 2007, iniciando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008 estamos encaminhando os documentos que seguem em anexo:

- I - Relatório Anual de Atividades;
- II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - Cópia autenticada do estatuto da instituição;
- IV - Balancete Contábil.

Documentos solicitados no artigo 3º, para que possam manter o status de utilidade pública.

Atenciosamente,
Jacira Torres Bollico

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 288/08

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO
BENTO DO SUL**

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2008

Ofício nº 060/2008
Ao Presidente
Assembléia Legislativa

Prezados Senhores,
Segue anexo documentos solicitados para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual:

- Cópia do relatório anual de atividades;
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- Balancete contábil.

Certos de podermos contar com seu apoio e compreensão, reiteramos protestos de elevada estima e consideração, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

Carla Fabiane Augustinho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 289/08

**FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal da APAE de Vidal Ramos, sito a Rua Augusto Stoltenberg, s/nº, centro - Vidal Ramos SC. Inscrita no CNPJ nº 79.354.759/0001-22, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente.

Vidal Ramos, 11 de setembro de 2008.
Representante:

DILSON LEANDRO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 290/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARMAZÉM
Ofício nº 30/2008

Armazém SC, 11 de setembro de 2008

À
Presidência da Assembléia Legislativa
Florianópolis - SC

Através deste estamos encaminhando documentações da APAE de Armazém, para a manutenção de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Arno May
Presidente da APAE de Armazém

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 291/08

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE
SANTA CECÍLIA**

Of. Nº 19/2008 Santa Cecília, 11 de setembro de 2008

Exmo. Sr.
JULIO GARCIA
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
Florianópolis - SC

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo, nos dirigimos a Vossa Excelência, para encaminhar documentação desta Entidade APAE de Santa Cecília, para que a mesma possa manter o Título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, desde já agradecemos.

SAUDAÇÕES APAEANAS,
Marilú S. S. da Silva
Diretora
Pedro Cavalheiro Sobrinho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 292/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Of. nº 063 Orleans/SC, 15 de setembro de 2008

Exmo. Sr.
Julio Garcia
DD. Presidente da Assembléia Legislativa
Florianópolis - SC

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Orleans encaminha através desta os documentos abaixo relacionados, necessários para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

- I - Relatório anual (2007) de atividades;
- II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão de Declaração de Utilidade Pública;
- III - Cópia autenticada do Estatuto (houve alteração);
- IV - Balancete contábil (encadernado junto com o Relatório).

Atenciosamente,
Rosilândia Rocha Librelato
Presidente da APAE Orleans

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 293/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - DF
CUNHA PORÃO/SC 09 DE SETEMBRO DE 2008
Senhor(a)

Vimos por intermédio do presente, encaminhar o Relatório de Atividades relativo à Prestação de contas do exercício de 2007 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cunha Porão/SC, a fim de garantir a manutenção da utilidade Pública Estadual.

Cordialmente.

Mercedes Lourdes Eitelvein
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 294/08**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2008

Ofício nº 088/2008

À
Assembléia Legislativa
Att. Sr. Júlio Garcia
DD. Presidente

Prezado Senhor:

Através desta a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul - SC, está enviando documentação para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Ficamos a disposição para melhores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Maria Tereza de Amorim Nora
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 295/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - IPUAÇU - SC**

Ofício nº 066/08

Ipuaçú, 04 de setembro de 2008

Exmo. Sr.
JÚLIO GARCIA
Presidente da Assembléia Legislativa
FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nos dirigimos a V. Exa. com o intuito de encaminhar a documentação necessária para estar quites e regular como Entidade Declarada de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos antecipadamente, desejando-lhe pleno êxito frente os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

VITORIANO VARGAS NETO
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 296/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO JOAQUIM**

São Joaquim, 09 de setembro de 2008

Ofício nº 29/2008

Ilmo. Sr.
Júlio Garcia
Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC

Prezado Senhor,

Com as nossas saudações, vimos a presença de V. Sª, apresentar a documentação solicitada para continuarmos a manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Na oportunidade renovamos votos de amizade e consideração.

Atenciosamente,

Maria Jordelina Lemos de Souza
Presidente da APAE
Luciane dos Santos Velho
Diretora da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 297/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ABELARDO LUZ**

Ofício 037/08

Abelardo Luz, 08 de setembro de 2008

À

Presidência da Assembléia Legislativa

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Abelardo Luz encaminha os seguintes documentos para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública Estadual: Relatório Anual de Atividades, Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual, Cópia autenticada do Estatuto da Entidade com as devidas alterações ocorridas e Balancete Contábil.

Atenciosamente,

Silvia Maria Carolo Rucinski
Diretora da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 298/08**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ**

Timbó, 08 de setembro de 2008

OF. Nº 192/08

À

Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente estamos encaminhando em anexo os documentos necessários para a manutenção do status de Utilidade Pública Estadual, conforme relacionados a seguir:

- Relatório anual das atividades - 2007

- Declaração de que cumpre com os requisitos exigidos para concessão de utilidade pública estadual

- Cópia autenticada do estatuto

- Balancete, anexo ao Relatório Anual

Na certeza de contar com a mesma atenção que sempre dispensou para o movimento apaeano, enviamos nossos sinceros agradecimentos.

Elisabeth Germer

Presidente - APAE - Timbó - SC

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 299/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

São João Batista, 11 de setembro de 2008

Ilmo. Sr.

Julio Garcia
DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste encaminhar em Regime de Urgência, os documentos solicitados no artigo 3º da Lei nº 14.182/2007, sancionada em 1º de novembro de 2007, com a finalidade de manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Em anexo os seguintes documentos: Relatório Anual de Atividades; Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de Utilidade Pública; Balancete Contábil e Cópia autenticada das alterações ocorridas no Estatuto, se houver, porém, como não há alterações, encaminhamo-lo para fins de conhecimento.

Atenciosamente,

Zelito Antonio Silva

Presidente APAE de São João Batista

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 300/08

OF. Nº 078/08

Anchieta, 09 de setembro de 2008

Prezado Sr.

Julio César Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Florianópolis - SC

Cumprimentando-o cordialmente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, juntamente com a Escola Especial Padre Martinho Burguês de Anchieta Estado de Santa Catarina estamos enviando-lhe os documentos exigidos para comprovação do título de Utilidade Pública Estadual exigidos pela lei estadual nº 14.182/2007.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Maria Alice Rizzotto Hoffmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 301/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PINHALZINHO

Ofício 076/2008 Pinhalzinho, 10 de setembro de 2008
Para: Presidência da Assembléia Legislativa
Florianópolis - SC

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através informar que segue em anexo documentação necessária para a manutenção da Utilidade Pública Estadual conforme lei Estadual nº 14 182 de 2007:

- (x) Declaração assinada pelo presidente da APAE;
- (x) Relatório de Gestão do ano 2007;
- (x) Balanço contábil ano 2007;
- (x) Cópia do estatuto.

Sem mais nada a tratar reitero protesto de estima e consideração

Sadi Maria da Costa
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 302/08

APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALN. ARROIO DO SILVA

OF. Nº 0027/2008 Balneário Arroio do Silva (SC), 10/09/2008
Ilmo. Sr.
Julio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa
Fpolis - SC

Ilustríssimo Senhor,
Vimos através deste, encaminhar rol de documentos solicitados no artigo 3º da Lei nº 14.182/2007 sancionada em 01/11/2007 para que possamos manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Certos de sua atenção,
Atenciosamente,

Alinor Vieira Pires
Presidente - Apae

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 303/08

APAE DE PAPANDUVA

Ofício nº 86/2007 PAPANDUVA, 04 de outubro de 2008
Exmo Senhor
JULIO GARCIA
DD., PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Prezado Senhor
Vimos por meio deste encaminhar documentação exigida para a manutenção da declaração de utilidade pública estadual desta entidade.

Sendo o que tínhamos para o momento envio votos de eleva- da estima e consideração
Atenciosamente

Marilza Malikoski dos Santos

Diretora da E.E. Raio de Sol - APAE de Papanduva

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 304/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE

AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Pomerode, 17 de setembro de 2008
PREZADO SENHOR

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de Utilidade Pública;
- Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto;
- Balancete contábil.

Sem mais para o momento, coloco-me disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Rosa Maria Sabin Wachholz
Vice-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 305/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE RELATÓRIO 2007

PALMA SOLA. SC
Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 306/08

ESCOLA ESPECIAL MARIA FREY
APAE DE FRAIBURGO/ 2007

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 307/08

Relatório Circunstanciado

CNPJ: 78.829.421/0001-17

Nome/Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Ano Referência: 2007

Data Envio: 31/07/2008

Número Recibo: 996020224212137080

Tipo Relatório: Prestação de Contas

Identificação

Nome/Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
CNPJ: 78.829.421/0001-17

Nome Fantasia: -

Endereço: Rua João Eleodoro Nunes, 74 - Bela Vista

Cidade: Braço do Norte UF: SC CEP: 88750000

Telefone: 48-36583214 Telefone2: 48 - Fax: 48-36583214

E-mail Entidade: apaebn@matrix.com.br Sítio Eletrônico: -

Natureza Jurídica: Associação

Tipo de Estabelecimento

A Sede da Entidade é: Própria

Estatuto / Diretoria

Documento Legal de Registro (Estatuto)

UF: SC Município: Braço do Norte

Cartório: TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS EM GERAL

Data do registro: 30/10/2006 Livro/Folha: A-7,fls.192

Número do Registro/Matricula: 1617

Composição da Atual Diretoria Estatutária

Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior? Não

Mandato da Atual Diretoria: Data Início: 15/02/2005 Data Término: 31/12/2007

Representante Legal da Entidade: Bertilo Schlickmann

Cargo: Presidente

Profissão: Corretor de Imóveis

CPF: 550.625.209-91 RG: 17397936 - Órgão Expedidor: SSP

Sexo: M Data de Nascimento: 12/11/1964

Nome da Mãe: Lídia Ceolim Schlickmann

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não

Se sim, qual a função exercida? -

Adilson Alberton Volpato
Contador

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 308/08

APAE DE TURVO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2007
TURVO (SC), FEVEREIRO DE 2008

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 309/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Guaramirim, 04 de setembro de 2008

À

Federação das APAEs de SC

Sr. Joacir Montagna

Assessoria Jurídica

Florianópolis - SC

Prezado Senhor:

Conforme solicitação, estamos enviando documentação para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Kelly Graciane Mendes Hackbarth
Secretária Executiva

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 310/08

ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SÃO LUDGERO
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

São Ludgero - SC, 05 de setembro de 2008

A/C

Presidência da Assembléia Legislativa

Florianópolis

Prezado Senhor,

A Escola de Educação Especial São Ludgero - APAE vem através deste mui respeitosamente encaminhar a Vossa Senhoria a documentação referente à manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Em nome da diretoria da APAE de São Ludgero e de todos os Portadores de Deficiência deste município que serão beneficiados antecipamos nossos votos de sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Williana Araujo Baschiro

Diretora da Escola de Educação Especial São Ludgero

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 311/08

PARÓQUIA SÃO CARLOS BORROMEU

São Carlos, 20 de abril de 2008

Declaração

Eu, abaixo assinado, Pe. Inácio Dalla Nora, pároco da Paróquia São Carlos Borromeu, desta cidade, atendendo ao que me foi requerido, declaro para os devidos fins, que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Carlos - SC, com inscrição do CNPJ nº 78504271/0001-71 encontra-se em pleno funcionamento nos últimos cinco anos, cumprindo sua finalidade estatutária, e prestando reconhecida atividade em favor dos excepcionais.

Sendo o que tinha a atestar,

Cordialmente,

Pe Inácio Dalla Nora - Pároco

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 312/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - RODEIO

Rodeio, 05 de setembro de 2008

A/C

PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Assunto: Documentos necessários para a manutenção da entidade declarada de Utilidade Pública Estadual

Estamos encaminhando os documentos solicitados, segundo a Lei Estadual nº 14.182/2007. Segue documentação abaixo relacionada:

01 - Declaração de cumprimento dos requisitos exigidos para a manutenção da Utilidade Pública Estadual

02 - CNPJ

03 - Cópia da Ata de Eleição e de Posse da atual diretoria

04 - RG e CPF do Dirigente

05 - Cópia do Estatuto

06 - Relatório de Gestão

07 - Demonstrativo Contábil

Manifestamo-nos de acordo com as informações contidas na documentação, responsabilizando-nos pela veracidade dos mesmos e nos colocando a disposição para mais informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Splieter

Presidente da APAE de Rodeio

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 313/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAIBI - APAE

Caibi, SC, 05 de setembro de 2008

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APAE de Caibi, sito a Rua Salgado Filho, nº 774, SC, inscrita no CNPJ nº 80.637.333/0001-65, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente.

Edson Antonio Carlesso

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 314/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
ESCOLA "NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS"

São Lourenço do Oeste - SC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
EXERCÍCIO 2007

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 315/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO VERDE

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

	2007	2006
ATIVO	82.565,26	75.846,49
ATIVO CIRCULANTE	18.266,52	16.665,25
DISPONÍVEL	18.266,52	16.665,25
Caixa	47,50	27,50
Bancos Conta Movimento	72,89	16.637,75
Bancos Conta Aplicação	18.146,13	-
ATIVO PERMANENTE	64.297,74	59.181,24
IMOBILIZADO	64.297,74	59.181,24
Veículos	50.622,24	50.622,24
Móveis e Utncilios	7.796,50	2.680,00
Maquinas e Equipamentos e Ferramentas	2.879,00	2.879,00
Equipamentos Didáticos	3.000,00	3.000,00
ATIVO COMPENSADO	1,00	-
COMPENSADO	1,00	-
Bens Cedidos em Comodato	1,00	-
PASSIVO	85.565,26	75.846,49
PASSIVO CIRCULANTE	45,00	-
Obrigações Fiscais e Tributárias	45,00	-
PATRIMONIO LÍQUIDO	82.519,26	75.846,49
Patrimonio Social	75.846,49	79.006,62
Superávit/Déficit do Exercício	3.672,77	(3.160,13)
Doações e Subvenções p/ investimentos	3.000,00	-
PASSIVO COMPENSADO	1,00	-
COMPENSADO	1,00	-
Bens Cedidos em Comodato	1,00	-

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial.

Abelardo Luz - SC., de Dezembro de 2007.

JAIR CARLOS PEDROZO

CRC/SC 17.885/0-5

Contador

LORENI FROSI

Presidente

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

Tesoureiro

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 316/08

FEDERAÇÃO DAS APAEs DO ESTADO DE SANTA CATARINA

José Boiteux, 05 de agosto de 2008

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APAE Escola Especial Flor do Amanhecer Mantenedoura APAE José Boiteux, sito a Rua 1º de maio s/n, SC, inscrita no CNPJ nº 79.372.983/0001-47, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente.

Igdio Fusinato

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 317/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRANI

OF. Nº 039/08

Irani, 18 de setembro de 2008

Prezado Senhor,

Vimos através do presente, encaminhar-lhe conforme solicitação os documentos necessários para a manutenção do título de Utilidade Pública Federal da Escola Especial Arco Íris - APAE de Irani - SC.

Sendo o que tínhamos para o momento, desejamos-lhe votos de estima e consideração.

Cordialmente,

ELZA MARIA DEOLA

DIRETORA

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 318/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Ofício nº 33/2008

Imaruí - SC, 12.09.2008

Exmo. Sr.
Júlio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa
Fpolis - SC

Prezado Presidente,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Imaruí, vem por intermédio deste, encaminhar a Vossa Excelência, os documentos solicitados, para que possamos estar quites como entidade e manter o título de utilidade pública estadual.

Para tanto, segue anexo a documentação necessária.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Respeitosamente,

Nelson Gomes de Medeiros
Presidente da APAE

*Lido no Expediente**Sessão de 08/10/08*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 319/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Ofício nº 84/08

Ilmo. Srs. Responsáveis
Pelo recebimento dos documentos
Solicitados para Manutenção da Utilidade
Pública Estadual das APAEs.
Florianópolis - SC.
Grão-Pará, 17 de setembro de 2008.

Ilmo Senhores Responsáveis

Utilizamos-nos do presente, para encaminhar a Assembléia Legislativa, conforme solicitação da Federação Estadual das APAEs, os seguintes documentos para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual:

- Declaração de que a entidade permanece cumprindo os requisitos exigidos para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública Estadual;
- Demonstrativo Contábil;
- Relatório das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Cópia do Estatuto da entidade.

Atenciosamente,

IRENE SHULZ WESSLER
Presidente da APAE de Grão-Pará

*Lido no Expediente**Sessão de 08/10/08*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 320/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ofício nº 62/08

Maravilha, 16 de setembro de 2008

Prezado Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha, encaminha em anexo a este documentação para manutenção de Utilidade Pública Estadual, sendo:

- Relatório Anual de Atividade/ 2007;
- Declaração que APAE permanece cumprindo os requisitos para a concessão da Declaração de Utilidade Pública Estadual

-Cópia do atual Estatuto da APAE;

-Balancete Contábil/2007.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Cordialmente,

ANGELA MARIA VICARI
Presidente da APAE

*Lido no Expediente**Sessão de 08/10/08*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 321/08**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS****ESCOLA ESPECIAL: CALA - CENTRO DE APOIO LUZES DO AMANHÃ**

Cocal do Sul, 15 de setembro de 2008

Ofício nº 079/08

Exmo. Sr.

Júlio César Garcia
DD. Presidente ALESC
FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos. De acordo solicitado pela sua consultoria ao Jurídico da Federação das APAEs de Santa Catarina, anexamos ao presente:

- I - relatório anual de atividades com balancete contábil;
- II - declaração de cumprimento dos requisitos para utilidade pública;
- III - cópia do estatuto.

Sendo o que tínhamos para o momento e certos de que possamos estar quites e regulares como entidade declarada de utilidade pública, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Ivana Izabel C. Guollo
Presidente APAE COCAL DO SUL

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 322/08**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE - SC**

Campo Alegre, 15 de setembro de 2008

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APAE DE CAMPO ALEGRE, sito à Avenida Dr. Getúlio Vargas, 563, Centro, Campo Alegre - SC, inscrita no CNPJ nº 81.155.319/0001-98, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente.

JOSI SLOMINSKY DOS SANTOS
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 323/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHAPECÓ**

Of. nº 234/08

Chapecó, 05 de setembro de 2008

Ilmo. Sr.
JULIO GARCIA
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Prezado Senhor,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria, encaminhamos em anexo documentação solicitada pela Lei nº 14.182/2007, visando manter o status de Entidade de Utilidade Pública Estadual.

- Parecer do Conselho Fiscal;

- Balanço Patrimonial;

- Relatório de atividades 2007;

- Declaração de cumprimento de requisitos estatutários.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
APAE - CHAPECÓ

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 324/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

Of. nº 118/08

São Miguel do Oeste, 08 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Julio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa

Prezado Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de São Miguel do Oeste vem mui respeitosamente encaminhar a Vossa Excelência documentação necessária para que possamos continuar com a mantendo o título de utilidade pública estadual.

Atenciosamente,

Dilis N. Ribeiro
Diretora E. E. Caminho Alternativo

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 325/08**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ - APAE**

Of. Circular n.º 113/08

São José, 03 de setembro de 2008

Exmo. Senhor

Júlio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa

Exmo. Senhor,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José vem encaminhar os documentos solicitados no artigo 3º da Lei nº. 14.182/2007 para que possamos manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos nosso protesto de estima e apreço.

Atenciosamente,

Amélia Inácia Medeiros Ludwig
Tesoureira

Lido no Expediente
Sessão de 08/10/08

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 287/2008

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lions Clube de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente

Sessão de 08/10/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que visa declarar de utilidade pública estadual o Lions Clube de Xanxerê.

O Lions Clube de Xanxerê está presente em diversas atividades sociais do município, especificamente nos assuntos pertinentes a causa de cunho social, filantrópico e voluntário, pois os associados não esperam remuneração nem participação nos fundos arrecadados.

Sendo assim, espero ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 288/08**TRIBUNAL DE JUSTIÇA****Gabinete da Presidência**

Ofício nº 1009/2008 GP

Ref: Envio de Projeto de Lei

Florianópolis, 6 de outubro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "dispõe sobre a permuta de imóveis, no Município de Brusque", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte em sessão realizada no dia 17 de setembro de 2008.

Cuida-se da permuta do antigo Fórum da Comarca de Brusque com a atual sede da Comarca, que passará ao patrimônio do Estado de Santa Catarina, sendo matéria de alta relevância para o Poder Judiciário, razão pela qual ousou solicitar-lhe a proverbial atenção de Vossa Excelência.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PRESIDENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA**PROJETO DE LEI Nº**

Dispõe sobre a permuta de imóveis, no Município de Brusque.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 10 - Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a permutar o imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 16.809, às fls. 16.809, do Livro nº 2-A, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Brusque-SC, em data de 25 de julho de 1985, por outro de propriedade do Município de Brusque, matriculado sob nº 56.838, à fl. 1, do Livro nº 2, do Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Brusque, em data de 2 de julho de 2008.

§ 10 - O imóvel de propriedade do Estado e referido neste artigo se constitui de um terreno urbano situado na cidade de Brusque, no Lotemnto Jardim Maluche, representado pela quadra nº 62, com área de 4.192,00 m² (quatro mil, cento e noventa e dois metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE com 98,00 metros com a Rua 117, atual Rua Duque de Caxias; FUNDOS com 30,00 metros com a Rua 116, atual Rua Olímpio de Souza Pitanga; DE UM LADO com 69,00 metros com a Rua 143, atual, Rua João Archer e DO OUTRO LADO com 69,00 metros com a Rua 142, atual Rua Vereador Oscar Krieger, e um prédio de alvenaria com 2.026,00 m² de área construída sobre esse terreno.

§ 2º O imóvel de propriedade do Município de Brusque a sepermutado com o Estado, se constitui de um terreno urbano, situado na cidade e comarca de Brusque, na Rua Eduardo Von Buettner, Bairro Centro I, com área de 4.192,04 m² (quatro mil cento e noventa e dois metros e quatro decímetros quadrados), desmembrado de área maior, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE, na extensão de 34,00 metros confronta com a Rua Edgar Von Buettner; FUNDOS, na extensão de 46,35 metros confronta com o acesso a Prefeitura Municipal de Brusque; LADO DIREITO medindo 109,09 metros, confronta em cinco segmentos de medidas, o primeiro na extensão de 12,38 metros, o segundo na extensão de 21,90 metros, o terceiro na extensão de 28,646 metros, o quarto na extensão de 41,08 metros e o quinto na extensão de 5,09 metros, todos confrontam com o acesso à Prefeitura Municipal de Brusque e Parque Zoológico, LADO ESQUERDO na extensão de 68,10 metros, confronta com área remanescente, sem benfeitorias. Em 21 de agosto de 2008 foi averbada construção com área total construída de 3.000,00 m², sob nº AV,2-56,838.

Art. 2º - A permuta autorizada pela presente lei tem a finalidade de transferir definitivamente para o domínio do Estado de Santa Catarina o imóvel de propriedade do Município de Brusque e, para o Município de Brusque, o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, conforme descrições contidas no artigo 10 desta Lei, preenchendo os pressupostos fundamentais elencados no artigo 17, inciso I, alínea "c" e artigo 24, inciso X, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, na medida da responsabilidade do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira
GOVERNADOR DO ESTADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Justificativa

O projeto de lei versa sobre a permuta do imóvel no qual funcionava o Fórum da Comarca de Brusque, que passará ao domínio do Município de Brusque, com o imóvel no qual está atualmente localizada a sede daquela comarca, por convênio que estabeleceu a cessão do uso, que se transferirá ao domínio do Estado de Santa Catarina. A medida, já prevista pela cláusula primeira do instrumento firmado em 27 de março de 1991, é de extrema importância aos interesses do Poder Judiciário e do Município, permitindo a adequação da propriedade dos imóveis ao interesse público.

Por conseguinte, com a permuta, integrar-se-á ao patrimônio do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a atual sede da Comarca de Brusque, que atende satisfatoriamente as atividades jurisdicionais na localidade.

Em cumprimento às exigências legais, os imóveis foram oportunamente avaliados, constatando-se não existir nenhum decréscimo quanto aos bens do Poder Judiciário, além de servir à Administração Pública nas duas esferas, municipal e estadual, em atenção aos princípios presentes no art. 37 da Constituição Federal, especialmente a eficiência no serviço público.

Assevera-se, por fim, que a hipótese dispensa a realização de licitação, conforme o art. 24, X, da Lei 8.666/93, visto que o imóvel recebido, por sua localização e funcionamento, é fundamental à administração do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Ao:
FORUM DA COMARCA DE BRUSQUE

Nesta

Prezados Senhores:

Conforme solicitado, procedemos à avaliação do imóvel abaixo relacionado:
Um terreno localizado na Rua Eduardo Von Buettner, s/n - Praça das Bandeiras, bairro centro Brusque/SC, com área aproximada de 3.950,00m², com um prédio de alvenaria com área de 3.158,00m², cujo terreno ainda não está escriturado nem o prédio averbado, onde funciona o FORUM.

a) Valor do terreno por m²: R\$ 500,00 (Quinhentos reais) - Totalizando R\$ 1.975.000,00 (Hum milhão novecentos e setenta e cinco mil reais).

b) Valor do m² da construção: R\$ 500,00 (Quinhentos reais): Totalizando R\$ 1.579.000,00 (Hum milhão quinhentos e setenta e nove mil reais).

Total da avaliação: R\$ 3.554.000,00 (Três milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil reais).

Sem mais, subscrevemos-nos

Mui,

Atenciosamente

Lourdete Corretora de Imóveis

creci 4114

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Ao:

FORUM DA COMARCA DE BRUSQUE

Nesta

Brusque, 06 de Novembro de 2007

Prezados Senhores:

Conforme solicitado, transcrevemos abaixo o seguinte LAUDO DE AVALIAÇÃO:

Um terreno localizado na Rua Duque de Caxias, s/n - bairro Jardim Maluche - Brusque/SC, com área 4.192,00m², e uma Edificação de alvenaria com área de 2.026,00 (atualmente ocupado pelo SENAC) conforme Registro no CRI sob nº R-2 da matrícula 16809.

a) Valor do terreno por m²: R\$ 230,00 (Duzentos e trinta reais) - Totalizando R\$ 964.160,00 (Novecentos e sessenta e quatro mil cento e sessenta reais).

b) Valor do m² da edificação: R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) - Totalizando R\$ 709.100,00 (Setecentos e nove mil e cem reais).

Total da avaliação: R\$ 1.673.260,00 (Hum milhão seiscentos e setenta e três mil duzentos sessenta reais).

Sem mais, subscrevemos-nos

Mui,

Atenciosamente

Lourdete Corretora de Imóveis

CreCI 4114

Brusque, 01 de novembro de 2007.

Ao

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Nesta

Laudo de Avaliação

Descrição do imóvel: Trata-se de um terreno urbano situado em Brusque-SC, no loteamento Jardim Maluche, representado pela quadra nº 62, com área de 4.192,00m² (quatro mil, cento e noventa e dois metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frentes com 98,00mts com a rua Duque de Caxias; fundos com 30,00 mts com a rua Olimpio de Souza Pitanga, de um lado com 69,00 mts com a rua João Archer, e no outro lado com 69,00 mts com a rua Vereador Oscar Krieger, sobre o qual encontra-se edificado um prédio de alvenaria com 2.026,00m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brusque sob o nº 16.809.

Avaliação:

terreno 4.192,00m² a R\$ 230,00 o m² - R\$ 964.160,00
construção 2.026,00m² a R\$ 450,00 o m² - R\$ 911.700,00
totalizando R\$ 1.875.860,00

Avaliação: Calçados em pesquisas, consultas e análises de mercado imobiliário, considerado a sua privilegiada localização, bem como analisados negócios realizados nas imediações do referido imóvel, atribuímos o valor de R\$ 1.875.860,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil e oitocentos e sessenta reais).

Por estar certo, assino o presente laudo em duas vias de igual teor.

Atenciosamente

Maicon Welter

CreCI/SC 10020

Fone: 3351 4900

Brusque, 01 de novembro de 2007.

Ao

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Nesta

Laudo de Avaliação

Descrição do imóvel: Trata-se de um terreno urbano situado em Brusque-SC, no centro, com localização comercial, com área aproximada de 3.925,00m² (Três mil, novecentos e vinte e cinco metros quadrados), com frente para a rua Eduardo Von Buettner / Praça das Bandeiras, sobre o qual encontra-se edificado um prédio de alvenaria com 3.158,00m², em 4 pavimentos.

Avaliação:

terreno 3.925,00m² a R\$ 450,00 o m² - R\$ 1.766.250,00

construção 3.158,00m² a R\$ 550,00 o m² - R\$ 1.736.900,00

totalizando - R\$ 3.503.150,00

OBS: Caso haja alguma alteração na área do terreno, calcula-se a diferença de valor proporcionalmente utilizando-se o valor de R\$ 450,00 o m², pois o mesmo é desmembrado de área maior.

Avaliação: Calçados em pesquisas, consultas e análises de mercado imobiliário, considerado a sua privilegiada localização comercial, bem como analisados negócios realizados nas imediações do referido imóvel, atribuímos o valor de R\$ 3.503.150,00 (Três milhões, quinhentos e três mil e cento e cinquenta reais).

Por estar certo, assino o presente laudo em duas vias de igual teor.

Atenciosamente

Maicon Welter

CreCI/SC 10020

Fone: 3351 4900

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Solicitante: Tribunal de Justiça Fórum de Brusque/SC

Endereço: Rua Eduardo Von Buettner s/nº - Praça das Bandeiras

Bairro: Centro

Cidade: Brusque/SC - CEP 88350-051

Conforme sua solicitação, para os devidos fins a que se destina, segue abaixo avaliações de terreno e áreas construídas conforme descrição abaixo:

- **Terreno** situado a Rua Eduardo Von Buettner - Bairro Centro - Praça das Bandeiras - Brusque/SC, **área de aproximadamente 4.375,00 m²**, em forma de trapézio com parte plana de frente para a referida rua acima e parte dos fundos em alvíve.

Valor R\$ 1.925.000,00 (Um milhão novecentos e vinte mil reais).

- **Área Construída** sobre o terreno acima, cuja característica do imóvel consta de um prédio de alvenaria com 04 pavimentos inaugurado em 28/02/1992, onde encontra-se hoje a sede do FORUM de Brusque/SC, com **área total de 3.158,00 m²**, não averbados em cartório competente.

- **Valor R\$ 1.900.000,00 (Um milhão e novecentos mil reais).**

O referido imóvel se encontra escriturado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brusque/SC em nome de terceiros (não fornecido nº da matrícula), segundo informações do responsável (Solicitante) devido não ter sido desmembrado o terreno acima da área total, por falta de pagamento do precatório (processo 011.88.000001-6/001).

Com base em valores do mercado imobiliário, considerando a localização e característica do terreno, e atual estado de conservação do prédio, procedemos à avaliação do valor total das áreas em:

R\$ 3.825.000,00 (Três milhões oitocentos e vinte cinco mil reais).

Por estar certo, assino a presente avaliação

Atenciosamente

Brusque-SC, 14 de novembro de 2007.

ADAIR JOÃO RIGO

Corretor de Imóveis - CreCI 10.101

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Solicitante: Tribunal de Justiça/Fórum de Brusque/SC

Endereço: Rua Eduardo Von Buettner s/nº, - Praça das Bandeiras

Bairro: Centro

Cidade: Brusque/SC - CEP 88350-051

Conforme sua solicitação, para os devidos fins a que se destina, segue abaixo avaliações de terreno e áreas construídas conforme descrição abaixo:

- **Terreno** situado a Rua Duque de Caxias, s/nº Bairro Jardim Maluche Brusque/SC, com **área de 4.192,00 m²**, totalmente plano.

Valor R\$ 1.258.000,00 (Um milhão e duzentos e cinquenta e oito mil reais).

Área Construída sobre o terreno acima, cuja característica do imóvel consta de um prédio de alvenaria com 02 pavimentos, onde encontra-se hoje a sede do SENAC, com **área total de 2.026,00 m²**, devidamente averbados no cartório competente.

Valor R\$ 812.000,00 (Oitocentos e doze mil reais).

O referido imóvel, encontra-se registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brusque/SC, sob a matrícula R-2 - 16809 de 25/07/1985.

Com base em valores do mercado imobiliário, considerando a localização do terreno, e atual estado de conservação do prédio, procedemos à avaliação do valor total das áreas em:

R\$ 2.070.000,00 (Dois milhões e setenta mil reais).

Por estar certo, assino a presente avaliação

Atenciosamente

Brusque-SC, 14 de novembro de 2007.

ADAIR JOÃO RIGO

Corretor de Imóveis - CreCI 10.101

*** X X X ***